

**O DRAMA
DO ATOR
NEGRO**

**A ENTREVISTA
DO EMPRESÁRIO
FREITAG**

**ENQUANTO
A MORTE
NÃO VEM**

CRÍTICA

Ano 2/Nº 55

25/31 de agosto de 1975

Cr\$ 4,00



GETÚLIO LUTAS E LIÇÕES

Cinema em debate

O diretor da Embrafilme, cineasta Roberto Farias, dirigiu carta ao Sindicato da Indústria Cinematográfica de São Paulo, em torno de alguns problemas do cinema brasileiro. Dele recebemos, com pedido de publicação, cópia dessa carta. O que fazemos a seguir, o que não importa em endossar ou não os conceitos e opiniões emitidos pelo cineasta. O que nos move, tão somente, é manter as colunas de Crítica abertas a qualquer tipo de debate.

Senhor presidente: Como é do conhecimento da classe, desencadeia-se, no momento, em setores diversos do país, uma campanha intensiva, marcada pela intolerância, contra os interesses do cinema nacional.

O pretexto para deflagração do movimento, que encontra adeptos

entre inimigos declarados da cinematografia brasileira, assim como entre inocentes úteis, vítimas de desinformação e subserviência ao colonialismo cultural coincide com o decidido apoio que o Governo vem prestando à classe, no atendimento de suas mais caras pretensões.

O argumento principal de que lançam mão os adversários, outrora restrito à qualidade da produção, concentra-se agora, exclusivamente, na temática, englobando-se na acusação indiscriminada não só os oportunistas como os produtores bem intencionados que têm dedicado o melhor de suas vidas à elevação do nível do nosso cinema.

Dessa acusação, partida daqueles que só vêem o lado negativo da produção brasileira, ressalta uma severidade exagerada no julgamento, porque se esquecem ou ignoram, voluntária ou involuntariamente, que 90% dos filmes importados filiam-se à mesma temática, que traz a marca do sexo e da violência.

Na condição de produtor, em cuja filmografia não figuram obras do

gênero, e como diretor geral da Empresa Brasileira de Filmes S/A, imponho-me o dever de tomar posição diante das invetivas dos adversários, dirigindo-me, com prioridade, à classe a que pertenço:

1) Em toda a minha atividade, como diretor e produtor cinematográfico, sempre procurei formar ao lado dos que defendem um cinema livre, sem medo e sem repressão, jamais compactuando, entretanto, em decorrência desta atividade liberal, com a licenciosidade e os excessos de qualquer natureza.

2) Como responsável pelo órgão que financia a produção nacional, tenho sido intérprete dos sentimentos e aspirações da classe, levando aos superiores hierárquicos sugestões para a solução adequada dos problemas de que mais nos afligem.

3) Não tenho recomendação, por via direta ou indireta, para discriminar nem para orientar a produção cinematográfica, mesmo porque, em geral, resultam precários os critérios para estabelecer o que é e o que não é arte.

4) Apesar da subjetividade desses critérios, há que reconhecer a existência de um consenso pelo qual todos nos orientamos e que nos dispensa de perspicácia ou argúcia

para determinar o que deve ser estimulado e, principalmente, o que deve ser execrado.

5) Isto exposto, proponho ao sindicato da classe que, em defesa do seu nome, conceito e/ou prestígio, adote as providências necessárias contra os adeptos da pornografia que, tirando proveito de um modismo, naturalmente passageiro, como tantos outros, fornecem munição aos adversários do cinema brasileiro para incidirem no perigo das generalizações que prejudica a todos, sem exceção.

Reiterando a minha posição por uma arte livre, entendo que o Brasil deve assumir a responsabilidade pela sua comédia erótica, que é gênero válido, quando não extravasava as comportas do permissível.

Mas o filme debochado, que se utiliza de publicidade suja, predatória e cínica, não pode ser mais tolerado. O filme que procura levar o público ao cinema como a convidado a participar de uma imoralidade, uma indecência, não pode ser confundido, porque de péssima qualidade e culturalmente indefensável, com o verdadeiro cinema que pretendemos legar às novas gerações.

Não nos prestaremos ao papel passivo de dar carona aos parasitas do nosso esforço, que apenas visam

tirar proveito da luta que empreendemos - Que esses imediatistas não se enganem. Estamos contra eles, sejam produtores, distribuidores ou exibidores.

Alguns exibidores, segundo noticiam as folhas, preparam-se para entrar no mercado da produção, com o propósito de faturar, sem o inconveniente da ação intermediária, os dias reservados por lei para exibição de filmes nacionais. Mas os filmes que lhes interessam são exatamente os que se enquadram, e até excedem, na temática abjeta da pornô-chanchada. De certa forma, isto é bom porque, assim, eles vão tirar a máscara. E estarão assumindo a responsabilidade não só da exibição como da produção do mau cinema.

Quem não estiver disposto a trabalhar honestamente pela construção do cinema brasileiro que não se infiltre em nosso meio, nem se arvore a invocar direitos em nome de uma cultura que não chega a ser sequer contracultura. Os que assim agem em nada estão servindo à causa do cinema que é a nossa meta, mas antes jogando-o contra os pruridos e preconceitos dos adversários.

É o que me cumpre declarar, na defesa intransigente dos princípios que sempre nortearam a minha carreira profissional e do desempenho da honrosa missão que me foi confiada pelo governo da República. Atenciosas saudações

ROBERTO FARIAS
Diretor geral
da Embrafilme
Rio-RJ

Depois da tanga, Ipanema anuncia a sua próxima atração.



O Everest Rio Hotel é a nova moda que Ipanema lançou para você usar de inverno a verão. Cada um de seus 176 apartamentos tem ar condicionado, mini-bar, telefone, televisor e música ambiente.

A piscina e o "Garden Bar" estão na cobertura, para você apreciar uma das mais belas vistas de que se tem notícia: a praia de Ipanema de corpo inteiro, o Leblon, a Lagoa e o Corcovado.

O resta urante "La Casserole" e o coffee shop "La Crema" são duas outras atrações tentadoras. O Everest tem ainda serviço de sauna, fisioterapia, ducha e massagem, dois salões sob medida para festas e reuniões e tudo o que você pode esperar de um hotel de nível internacional. Na sua próxima vinda ao Rio venha conhecer o Everest. Um hotel à altura das boas coisas de Ipanema.

everest rio hotel

O hotel com o charme de Ipanema.
Rua Prudente de Moraes, 1117 - Tel. 287-8282 - Ipanema - Rio de Janeiro

JÁ INAUGURADO
A mais nova opção em Hotel

Para anunciar em

CRÍTICA

telefone para

(021) 242-7395

CRÍTICA

DIRETOR
GERARDO MELLO MOURÃO

DIRETOR-SUPERINTENDENTE
Erivan França

CHEFE DE REDAÇÃO
I.L. de Alencar

ADMINISTRAÇÃO
Gerente Administrativo
T. C. Santos

PAGINAÇÃO:
Maria José da Silva
CAPA: Wagner

PUBLICIDADE
Av. Rio Branco, 156 - 12º and.
sala 1222, tel. 242-7395

ASSINATURAS
- Brasil: um ano Cr\$ 200,00
6 meses Cr\$ 100,00
- Exterior: um ano US\$ 50,00
6 meses US\$ 30,00

- Artigos assinados são da responsabilidade de seus autores.
- A redação não se responsabiliza por manuscritos que lhe sejam enviados.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
Arca Editora e Gráfica S.A.
Rua Equador, 702, Rio (RJ)
Telefone: 223-1715

DISTRIBUIÇÃO:
Superbanca Distribuidora de Jornais, Revistas, Livros e Material de Propaganda Ltda.
Rua do Resende, 18 - Rio - RJ.
Tel. 222-2316 e 222-8597

CRÍTICA

É propriedade do Editora Crítica Ltda.
Av. Rio Branco, 156, 12º andar,
sala 1222, telefone 242-7395



GETÚLIO VARGAS

O MÊS de agosto, cujos idos parecem marcados em nossa história política por um prestígio funesto, lembra mais uma vez, nesta semana, o suicídio de Getúlio Vargas. Vinte e um anos se passaram, desde aquele terrível 24 de agosto, quando o presidente que durante mais longo período governou a república, depois de lavrar um testamento político que continua atualíssimo, escreveu o bilhete lacônico em que se despedia da vida para entrar na história, e deixava, na ascética câmara de seu palácio, com o coração varado à bala, um rastro de sangue que ainda parece vivo.

Todos os julgamentos foram proferidos neste país sobre a cabeça de Getúlio Vargas. Todos – ou quase todos – podem ter sua validade. Mas todos – ou quase todos – são incorretos e parciais, desde que contemplem apenas este ou aquele aspecto do líder multiforme, inumerável e protético que foi o imortal presidente. Pois não há apenas um Getúlio Vargas. Há vários Getúlios, com pelo menos três faces claramente talhadas nas diversas etapas de seu longo consulado.

Há o Getúlio Vargas de 1930, empunhando a bandeira generosa do tenentismo, para a regeneração dos costumes políticos de uma república precocemente envelhecida, partindo de poncho largo e lenço vermelho ao pescoço, para fecundar o país com a presença cavalheiresca e romântica da alma gaúcha e com a vocação liberal do Rio Grande do Sul. Vocação, de resto, não apenas do Rio Grande, mas de todo o Brasil, de Minas e do Nordeste, que se levantaram juntos para a campanha democrática.

Há o Getúlio Vargas de vocação caudilhesca, que implantou no país a primeira ditadura declarada de nossa história – outras viriam depois – e fundou o Estado Novo, à imagem e semelhança do modelo salazarista, em sintonia e cópia do fascismo que florescia à época, no esplendor do poderio de Hitler e Mussolini. As forças armadas, depois de oito anos de tolerância desse regime antidemocrático, despertaram, afinal, do equívoco em que também haviam sido envolvidas, reassumiram seus compromissos históricos com a vocação brasileira para a liberdade, e restauraram o estado de direito, sob os aplausos do povo.

É certo que a ditadura do Estado Novo fechou o Congresso e extinguiu os partidos. Estabeleceu a censura à imprensa e encheu os cárceres de presos políticos. A tortura teve livre curso nos porões da polícia, e muitos brasileiros pagaram com o degredo a coragem de ser fiéis à liberdade. Mas é certo também que, ao menos na época de Getúlio Vargas, essas violações à consciência jurídica do país, feitas, como de hábito – até porque a ditadura não tem imaginação nem originalidade – em nome da ordem e da segurança nacional para o desenvolvimento, não foram colocadas a serviço de grupos econômicos nacionais ou internacionais. O nacionalismo foi uma das marcas do presidente mártir, marca permanente dos três Getúlios que presidiram o país. O nacionalismo e a justiça social.

Se não há remissão ou absolvição para as práticas fascistas do regime de ditadura de 37, é preciso reconhecer que ninguém delas emergiu mais penitente e mais redimido do que o próprio Getúlio Vargas, quando deflagrou no país, ao voltar para sua terceira fase de governo, a campanha de defesa das classes trabalhadoras, e a luta contra a espoliação do povo e da nação

pelos grupos econômicos colonizadores, nacionais e internacionais, cuja atuação celerada o levaria à morte.

ESTA é a terceira face de Getúlio, aquela que o país inteiro guarda como um de seus mais sagrados patrimônios: a face do líder nacionalista, do defensor do povo, que preferiu morrer a entregar o Brasil aos abutres do capitalismo internacional. Que preferiu tombar a transacionar com uma burguesia reacionária de testas-de-ferro, empenhada, ontem como hoje, no esmagamento das classes trabalhadoras.

Foi tão decisivo e tão fecundo o papel de Getúlio Vargas na defesa das causas nacionais e populares, que praticamente tudo que há no país, em matéria de justiça social e embasamento de uma independência econômica efetiva, é obra ou consequência de seu governo. Aí estão a indústria siderúrgica e a Petrobrás, como marcos fundamentais de uma política nacionalista. Aí está a legislação social, que a burguesia reacionária só não removeu, porque Vargas a plantou com raízes profundas na estrutura social do país.

Mas a história tem ironias inesperadas. Alguns dos mais fervorosos combatentes contra a ditadura do Estado Novo, vieram, ao longo do tempo, a transformar-se em pregoeiros de um tipo de ditadura ainda pior. Nem estes, porém, poderão silenciar o coro uníssono do povo brasileiro que celebra o presidente morto como a maior força inspiradora de nossos destinos políticos. Ele, que era ontem a mais alta presença do país, é hoje a mais alta de suas ausências.

De outros chefes de governo, neste e em outros tempos, neste e em outros países, dizem as pessoas de boa vontade que são ou foram também patriotas, nacionalistas e democratas. Mas que não puderam tomar as decisões que desejavam, porque pressões misteriosas não o permitiram. Para estes, o julgamento da história, que é infalível e implacável, há de ser o mesmo já enunciado pelo senador Paulo Brossard: colocados diante da alternativa de ficar com o povo ou ficar com o poder, preferiram ficar com o poder. O futuro que os julgue. As gerações vindouras que profiram sobre eles sua sentença.

DE Getúlio Vargas não se há de dizer isso. Não vacilou em cumprir o seu dever, inspirado por sua vocação de estadista, pois foi um dos poucos presidentes deste país de quem se possa dizer que tinha realmente um corte de estadista, embora em todos os seus predecessores se deva reconhecer a presença de um espírito público exemplar. Getúlio Vargas não hesitou em enfrentar a fúria dos inimigos externos de nossa soberania, e o êxito de sua resistência foi uma chama que se acendeu para sempre na alma dos trabalhadores brasileiros. No momento em que se tornou impossível exercer seu mandato em defesa das causas sagradas da independência econômica do país e da classe trabalhadora, preferiu escrever com o próprio sangue a renúncia a um poder com o qual não poderia comparecer de cabeça erguida perante a história.

Por tudo isso, o imortal presidente continua vivo no coração do povo. Por mais que tentem remover seu nome da paisagem política do país, não o conseguirão. Será mais fácil remover o Pão de Açúcar da paisagem geográfica do Rio.

O NOVO PRESIDENTE DA ARENA

A escolha do novo presidente da Arena foi processada de acordo com o processo estabelecido, segundo o qual ao presidente de honra do partido que outro não é que o presidente da República — caberia a indicação do nome. Essa indicação recaiu num dos arrolados pelo noticiário no grupo dos prováveis, o que, apesar de não constituir evidentemente uma surpresa, evidencia um remanejamento no comportamento do partido governamental.

A observação e o noticiário envolvendo essa escolha deixaram, a princípio, entrever no fundo do quadro perspectivas pouco animadoras para reativação da Arena e sua unidade na defesa de interesses e princípios comuns. Procurava-se, dessa forma, enfatizar o deputado Francelino Pereira sem atributos de uma liderança nacional e, dessa forma, sem condições para conduzir, a contento, a nau partidária, a despeito das manifestações de apoio de algumas lideranças.

O piauiense de Minas, entretanto, desde o primeiro momento, vem demonstrando plena consciência das suas responsabilidades e das condições que devem orientar o seu comportamento na função.

Leve-se em conta, de início, que partindo a sua escolha da presidência de honra do partido, ou melhor, do presidente Geisel, evidencia-se o sentido da representação legítima dos princípios que norteiam o governo na ação partidária, no Congresso ou fora dele, de modo a fazer da Arena, de fato, porque de direito já o é, o instrumento de ação política do governo. Dir-se-á que sempre foi assim na constância dos governos revolucionários e que até aí nada de novo.

A observação simplista, contudo, não tem maior validade no quadro político atual. As condições que informam a atividade política, no presente, não são as mesmas de ontem.

Antes a Arena era como que um rolo compressor cuja expressão numérica no Congresso e as limitações políticas que a beneficiavam levavam-na à idéia do partido único, a que fez alusão o presidente da República no pronunciamento sobre o 15 de novembro.

A certeza da perpetuidade no poder e a delimitação da vida política em linhas intransponíveis, faziam-na como quedar-se no imobilismo dos fatos consumados, convicta de que só nos seus quadros é que se poderia respirar o oxigênio da vivência política.

O estabelecimento de novas normas de propaganda partidária, de pregação cívica, o penhor do presidente Geisel em que se realizassem eleições livres, isentas, de modo a apurar a vontade nacional e sobre essa realidade assentar a estratégia de um projeto político adequado aos princípios dominantes, propiciaram o desenvolvimento da vida política nacional, da qual são os partidos instrumentos vitais.

O comportamento do presidente, cumprindo a palavra empenhada ao país, resultou na manifestação de 15 de novembro quando as urnas deram a vitória à oposição no plano majoritário, atribuindo-a, por outro lado, mais de um terço da Câmara



Francelino Pereira:
vencer as eleições no maior número possível de municípios

dos Deputados, sobre conferir-lhe a maioria em assembleias legislativas de vários Estados.

Se aumentaram as responsabilidades do MDB com esse resultado, também refletiram, e com maior intensidade, sobre o posicionamento da Arena. Partido representativo do governo, cuja imagem deve refletir e cuja ação deve esposar e defender, necessário se tornava o remanejamento do seu comportamento a fim de alcançar os objetivos que lhe são pertinentes. Daí, sem dúvida, a alusão à idéia arenista dominante do partido único, na análise presidencial sobre o pleito de novembro.

O comportamento arenista no Congresso não respondeu, como desejado, ao remanejamento que se impunha e se entregava agressivamente ao propósito de retrocessos no projeto de desenvolvimento em curso. Despreparada se encontrava ela, desse modo, para acompanhar a ação do governo que defendia.

Características novas

Diante desse quadro a presidência da Arena ganhava conteúdo maior com a nítida importância de estreita e íntima ligação com os propósitos governamentais em curso. Dela ter-

se-ia de exigir dinamismo maior, reativando a máquina partidária até as bases com o objetivo de absorver o projeto desenvolvimentista do governo nos termos equacionados e assim procurar sensibilizar a opinião pública, afinal, viver e agir como um partido político que tem responsabilidades na defesa de um programa executado pelo governo que apóia.

O quadro impõe, dessa forma, dimensão maior no exame e debate da problemática nacional, na vivência democrática que é um compromisso revolucionário com a vocação do país, disposição ao diálogo, no plano superior dos interesses do Estado-nação, afastadas as questões que minimizam a atividade política.

A presidência da Arena ganhou, desse modo, características novas, ampliando a faixa do comportamento partidário e estreitando, pela identidade de propósitos, as ligações com o governo do qual é uma das expressões políticas.

Nesse contexto é que surge o novo presidente da Arena. Tendo formado sua imagem política em Minas, na chamada escola democrática de Milton Campos, conhecedor, pela vivência, da política de base,

pois lá sempre militou ganhando os mandatos, disse certa feita que "foi-se o tempo em que se importavam modelos jurídicos e normas políticas, pelo simples fato de terem sido elas vitoriosas em sociedades desenvolvidas. Muitos povos, estagnados, se ajustaram a esses modelos, porque era lindo obedecer ao gênio inventivo das construções jurídicas importadas. Mas, na medida em que esses povos se desenvolveram, as aspirações nacionais adquiriram novos impulsos e as velhas fórmulas jurídicas copiadas foram sendo substituídas ou caindo ao sopro das crises e revoluções"

Dizia ainda que "em política não é fácil experimentar novas fórmulas que obtenham fácil aceitação e ope-rem resultados em nível de duração e de normalidade. E difícil criar e manter um contexto político e duradouro, a não ser que sejamos suficientemente prudentes para aperfeiçoá-lo sem a obsessão da originalidade e segundo a melhor oportunidade".

Já na qualidade de presidente indicado da Arena a linguagem de como entende a função é clara, objetiva: "O objetivo maior da Arena, tanto agora como a partir da convenção de setembro é, obstinadamente, vencer as eleições no maior número possível de municípios, in-

clusivo com o apoio popular das grandes concentrações urbanas".

Enfatizando reconhecer ser "um dos canais de comunicação do governo federal", mostrou a necessidade de o partido integrar-se com o Executivo, pois, expressão sua, "o barco é o mesmo".

Rumos definidos

Claro assim, evidentemente claro, de que os rumos da Arena estão definidos, bem assim o comportamento do partido daqui por diante.

O deputado Francelino Pereira, na presidência da Arena, personifica o remanejamento do partido governamental no sentido de imprimir mais ampla e atuante dinamização à vida partidária, comportando-se como um partido que tem de fato responsabilidades a satisfazer no cumprimento dos objetivos que coincidem com os propósitos governamentais. A sua expressão — "eu quero somar" — diz bem desses propósitos. A constatação de que é um dos canais de comunicação do governo revela a conscientização das responsabilidades que lhe foram atribuídas. O reconhecer a necessidade da Arena integrar-se com o executivo, afirmando que o barco é o mesmo, mostra a exata compreensão do que deve ser um presidente de partido que apóia o governo.

Assinale-se, então que o presidente arenista, a despeito das restrições formuladas de não ser um líder em nível nacional, sabe o que quer e para onde vai e é um político de carreira, habituado ao diálogo.

Diz-se de modo irreverente que, certa feita, ocorria entre os cardeais cerrada disputa no escolher o novo chefe do Vaticano. Já por vários dias as eminências se reuniam mas os votos apurados não eram de molde a consagrar um eleito. Até que, então, ocorreu a lembrança de um deles, de quem pouco se conhecia, pois que consumia a maior parte do seu tempo na imensurável biblioteca do Vaticano. Era um nome com livre trânsito nas áreas conflitantes, pois dele não se conheciam conceitos ou definições, comportamento que vislumbrasse tendência por qualquer das correntes espirituais. Sua investitura representaria como que o imobilismo, o continuar da orientação até então seguida. Seu nome não estava entre os prováveis, nem tinha o relevo a que se acaçavam outros cardeais. Humilde, na planície, não era reconhecido no alto nível das lideranças. E por isso, e por ser assim, foi o denominador comum que resolveu o impasse. Escolhido, qual não foi a surpresa do colégio eleitoral em ouvir do novo chefe um agradecimento no mais puro e castiço latim, demonstrando amplo e profundo conhecimento teológico. Conclui a história que no seu papado editou-se encíclica renovadora de velhos conceitos e acordes aos ensinamentos fundamentais da Igreja.

A história irreverente, verdadeira ou não, espelha um engano ótico a que podem ser submetidas pessoas cultas e experimentadas nos setores a que se dedicam.

Não há dúvida, com a ressalva da sua autenticidade, que ela se ajusta ao novo presidente da Arena, aos que lhe negam como condição precípua para a função uma liderança nacional.

Dizendo já a que veio e como vai se comportar, enunciou os rumos definitivos do partido governamental na etapa que agora começa. É político de carreira, com base eleitoral que lhe outorga representação parlamentar. Tem a jamais negada vivência política mineira forjada na escola democrática de Milton Campos.

Não tenhamos dúvidas: a Arena se prepara, em termos políticos, para enfrentar o adversário, para debater com a oposição na concientização popular, oposição essa que tem o dever de não se deixar surpreender, como os cardeais da história irreverente

HUMBERTO ALENCAR

CONSUMIDOR: GRANDE DESAMPARADO

A situação em que se encontra o consumidor brasileiro, totalmente desamparado no que diz respeito à qualidade dos produtos não corresponde ao proclamado pela propaganda, quase sempre intensa e sofisticada. Sob o ponto de vista técnico não corresponde à realidade do anunciado, e vem provocando sérias preocupações. É o caso do deputado Odemir Furlan, MDB-SP, que acaba de apresentar emendas ao projeto do Código Civil, resguardando o que ele chama de direitos do consumidor, como se vê na entrevista que segue.

C - Debate o deputado, na tribuna da Câmara, a situação do consumidor nacional em face dos produtos expostos no mercado.

OF - Sim, porque creio ser chegada a hora de olharmos com mais interesse e responsabilidade às situações criadas em torno do consu-

midor brasileiro, este anônimo desamparado, a todo momento iludido na sua boa-fé e explorado quanto a qualidade, preço e durabilidade dos produtos entregues ao consumo. O consumidor brasileiro "já passou a ocupar posição de influência no mercado, tornando-se também parte integrante da batalha contra a inflação, pois, tão logo pôde sentir que sua posição de comprador lhe permitia escolher preços e adiar a aquisição, a situação do mercado começou a se modificar. Hoje os produtos são estudados em pesquisas, antes de ser lançados à venda. O consumidor passou ao centro das atenções das empresas e, cada vez mais, ele terá posição determinante no mercado." Temos atualmente no Brasil cerca de 35 milhões de consumidores, os restantes 65% vivem no regime de subsistência. Pois para um país que apresenta este elevado índice populacional de consumidores, proteger o comprador através da

melhoria da máquina judiciária ou da criação de instrumentos específicos é uma necessidade não só ética, como econômica.

Os nossos 35% de consumidores representam um mercado numericamente bem superior ao de diversos países europeus, ao do Canadá ou da Austrália. Além disso, o Brasil consome 80% da sua renda, enquanto o Japão fica atualmente em torno de 65%.

"De acordo com as previsões oficiais, isso quer dizer que num produto interno bruto de 380 bilhões de cruzeiros, mais de 300 bilhões serão consumidos. Considerando-se que a renda per capita americana é superior a 4 mil dólares por ano, enquanto no Brasil ela ainda é pouco superior a 400 dólares, individualmente ainda se consome pouco no país. Mas se consome o suficiente para se reclamar maior proteção".

C - Não há, então, legislação que proteja o consumidor brasileiro quanto à qualidade dos produtos adquiridos.

OF - Não. Ainda não existe no Brasil um conjunto de leis que denominariamos o direito do consumidor. Recentemente uma fábrica de automóveis norte-americana viu-se obrigada, por sentença judicial, a pagar multa de 100 mil dólares simplesmente pelo fato de não haver advertido seus clientes quanto a defeitos de fabricação de caminhões vendidos entre 1960 e 1965.

Em nosso país dificilmente, no

quadro atual, sanção semelhante seria aplicada, pois faltam os instrumentos legais de amparo e proteção ao consumidor. E fato semelhante aos dos caminhões americanos já aconteceu no Brasil, quando do lançamento pela Chrysler automóvel de sua fabricação, o Dodge 1.800, que saiu com defeitos de fábrica, sendo vendidas cerca de 9.800 unidades. Seis meses depois a fábrica relançava o veículo, apregoando suas novas qualidades, sem entretanto ser chamada a indenizar aos que foram iludidos pela qualidade da primeira remessa de carros.

"Os infelizes compradores dos primeiros dodginhos têm sido punidos com demoradas expedições às oficinas dos revendedores. Mas os novos carburadores e sistemas de câmbio até agora estão em falta. E ainda sobrou o triste castigo da depreciação dos carros, de 15 a 20% sobre o valor da compra", observa a revista Veja, em dezembro de 1973. Enquanto isto, os revendedores daqueles veículos se acomodavam, explicando os defeitos como um caso lamentável.

E não há quem defenda e nem como defender o consumidor quando a camisa que é vendida como sendo à prova de encolhimento e que, ao ser lavada, encolhe. O sapato que deveria ter os cordões de nylon, mas na realidade não os possui. A meia que não desfia nunca, mas desfia logo na primeira vez que é usada. O antiácido sem nenhuma das qualidades apregoadas. A vitamina supereficiente, mas de fato, é

inócua. O automóvel que não conta com as normas mínimas de segurança exigida. A lista seria sem fim.

C - E como proteger o consumidor contra esse mercado?

OF - Surge, agora, feliz oportunidade de se defender o consumidor brasileiro contra a publicidade desonestas e fantasiosa, contra os empresários que lançam no mercado consumidor produtos defeituosos ou fora da linha de fabricação. E não queremos perder a ocasião que se nos afugura propícia, quando o Congresso se prepara para discutir e votar o projeto de lei 634/75, oriundo de mensagem do poder executivo, no texto do novo Código Civil.

Não nos anima o espírito de crítica, mas ressalta aos olhos a falta de preocupação dos autores do projeto quanto à situação dos consumidores, esquecidos em todas as linhas previstas para o novo Código Civil.

Corrigindo essa lacuna, já encaminhamos à Comissão Especial nomeada para dar parecer sobre novo Código, emenda a dois artigos, visando a proteger substancialmente o consumidor brasileiro contra o empresário, industrial ou comerciante, que não respeitar o seu direito.

Não pode o consumidor continuar sendo lesado, diariamente, nos produtos que compra, ou é obrigado a comprar, e tampouco iludido com a propaganda mal feita, que atua somente contra os seus interesses.

MILHÕES DE CRIANÇAS AO ABANDONO

O deputado Ruy Codo, MDB-SP, apresentou emenda constitucional com o objetivo de desenvolver os sistemas de ensino e assistência pré-escolar, contribuindo, com a iniciativa, para que se encontre uma solução quanto ao menor, no país, cujo problema se agrava em escala progressiva, gerando um desajustamento social da maior gravidade.

C - Emenda constitucional de sua autoria apresentada ao Congresso reserva parte da receita tributária dos municípios para construção de creches e jardins de infância destinados às crianças até 7 anos, obrigando a União a prestar assistência técnica e financeira para desenvolvimento do ensino e assistência pré-escolar.

RC - Apresentei esse projeto como contribuição à solução do problema do menor que exige ação pronta, pois é um grave problema nacional. A existência, disseminada por todo o país, de população marginalizada, avaliada em mais de 2 milhões de indivíduos de ambos os sexos, com idade que varia entre 5 e os 18 anos, vivendo praticamente da criminalidade, cujas origens os especialistas vinculam à miséria dos seus primeiros anos, decorridos ao abandono, nas favelas e nas ruas dos bairros periféricos dos grandes centros, é a sua razão principal. Os mais recentes trabalhos revelam-nos a crueza da vida dessa popula-

ção marginalizada, recolhida em número infimo aos reformatórios, objeto de vigilância permanente da polícia, ocupada em impedir ou reprimir a criminalidade.

A prevenção ou repressão da criminalidade de nada adiantará, já que não estancará o manancial abastecedor dessa população marginalizada que é o submundo dos hipossuficientes, sobretudo se não cuidarmos de cortar o mal pela raiz, isto é, criar instrumentos hábeis capazes de oferecer, através de uma assistência efetiva de responsabilidade do poder público, as condições mínimas necessárias à perfeita e total integração de todas as criaturas no contexto de nossa organização sócio-econômica. É claro e evidente que o problema do menor abandonado, que se torna grave e urgente nos municípios, somente aflora às preocupações dos escalões superiores dos governos estaduais no instante em que sua existência provoca o clamor público. Outra solução não encontram os governos dos estados que não sejam segregar os elementos considerados altamente perigosos, recolhendo-os a reformatórios que outra coisa não são senão cárceres, prática que as nossas leis condenam frontalmente. Considere-se, ainda, que maioria absoluta dessa população marginalizada é de famílias que vivem dos auxílios homeopáticos do poder público ou da própria caridade pública

As correntes de pensamentos dominantes, quando da elaboração de nossas constituições, tem encarado sempre, como fator básico do engrandecimento nacional, o amparo à família, sobretudo às de prole numerosa. Este é um capítulo doloroso de nossa vida como nação organizada e não poucos foram os estudiosos que esmiuçaram quanto se tem feito de errado e condenável sob o rótulo de assistência social.

Benemerita sob certos aspectos, a assistência social não tem condições que lhe permitam solucionar o problema até mesmo nas regiões onde ela está melhor aparelhada. Não passa de mero paliativo, de efeito muito restrito, uma vez que o número dos assistidos não chega a constituir percentagem apreciável, quando comparado ao total da população marginalizada, das favelas, dos mocambos, ante-salas do crime.

Vivamente empenhado em construir um Brasil novo, realizar a justiça social inscrita na Carta Magna, oferecer a todos os brasileiros as necessárias e justas condições para uma vida humana decente e digna, o Parlamento, cujos integrantes vindos de todos os quadrantes conhecem em minúcia a gravidade do problema, saberá acolher a medida proposta.

A propositura nada tem de revolucionário. Ao contrário, é a solução lógica e inteligente de um problema que se arrasta sem solução podemos dizer há 4 séculos. Vai diretamente à fonte de todos os males sociais e tem por objetivo desfazer, pela oportunidade que oferecerá a todos os brasileiros, os desníveis decorrentes da cultura, do sistema econômico, ensejando com muito maior propriedade a integração, mais completa e perfeita possível, do menor ao processo de nosso desenvolvimento, dentro do qual ele é, hoje, fator

negativo, que reage pelo peso, pela mercia.

C - E por que cometer aos municípios a responsabilidade da execução das medidas?

RC - Baseia-se tanto nas profundas diversidades das condições sócio-econômicas de cada região, quanto no fato de estarem as autoridades locais responsáveis em contato imediato e direto com o problema, o que não acontece com os escalões superiores do poder público federal e estadual, situados sempre à distância de problemas que se repartem pelos municípios existentes em todo o país. É lá que devemos estar presentes em todas as horas do dia, em todas as oportunidades, para que possamos fazer da criança, vinda dos lares sem fortuna, cidadãos prestantes, homens respeitados e dignos, trancando de uma vez para sempre os caminhos da criminalidade e da desonra.

Foi na Constituição de 1934, art. 156, que se instituiu, pela primeira vez, a obrigação extensiva à União e aos municípios de aplicarem 10% e os estados e o Distrito Federal 20% da renda resultante dos impostos, "na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos", princípio que mais tarde, na Carta de 1946, teve nova redação, art. 169. "Anualmente, a União aplicará nunca menos de 10%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios nunca menos de 20% resultantes dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino."

C - A lei de Diretrizes e Bases, estabelecendo nova estrutura ao ensino, atribui aos municípios responsabilidades no setor.

RC - É verdade. Essa lei, entretanto, alterando a estrutura do ensino primário, pois que incorporados foram num mesmo sistema o primá-

rio e o ginásial antigos, criou para os municípios ônus pesadíssimo que eles não terão condições de assumir. Além disso, pela necessidade da manutenção de um nível único, em todo o país, do padrão de ensino ministrado para o 1º grau, criado por essa lei, e fácil entender-se que somente os estados, com orçamentos dotados de maiores recursos, poderão mantê-los e desenvolvê-los.

Dai cuidar-se da instituição de novo tipo de ensino que é ao mesmo tempo de caráter assistencial, de responsabilidade dos municípios. A creche e o jardim de infância mantidos pelos municípios darão a todas as crianças, de todas as classes, as mesmas oportunidades de desenvolvimento físico e cultural, assim como será elemento primordial para um relacionamento mais intenso entre os futuros cidadãos, isso porque a solidariedade nascida na convivência dos primeiros anos de vida e desenvolvida, depois, no decurso dos anos escolares do primeiro grau, será a sementeira de sólidas convicções democráticas, bem como de patriotismo.

A dignidade do cidadão, fruto da educação, da cultura, de convicções políticas e até certo ponto das religiosas, só pode ser medida através e na proporção que o poder público lhe oferece para que o cidadão possa realizar-se como pessoa humana, dotada de cultura e portadora da capacidade de produzir, senão riquezas, pelo menos o necessário para sua manutenção, para a realização do seu destino.

Não pode o legislador, pois, permanecer indiferente ao destino de quase 20 milhões de crianças e jovens, ansiosos por encontrar um caminho em suas vidas, cuja maior parte perambula sem destino, sem condições até mesmo morais que lhes permitam uma convivência sadia e tranqüila com nossas famílias.

RIO COR - TEL: (021) 227-0020

PRONTO SOCORRO CARDIOLÓGICO

Centro de Tratamento Intensivo - Grupos especializados e o melhor equipamento

Resp. Dr. Mário Anache (5.278) - Dr. Raymundo Dias Carneiro (4.584).

Rua Farne de Amoedo, 86, Ipanema - Rio de Janeiro

A ENTREVISTA DO EMPRESÁRIO FREITAG

ROLAND CORBISSIER

O PÚBLICO brasileiro conhece, sem dúvida, as geladeiras Consul, ao que parece de boa qualidade, mas, não deve conhecer, nem mesmo de nome, o sr. Wittich Freitag, diretor-presidente da Indústria de Refrigeração Consul S/A, que fabrica os mencionados refrigeradores. Digamos, em termos hegelianos, que as geladeiras são o "mediato", isto é, aquilo que nos é dado na experiência direta e quotidiana, como objeto de percepção sensível, nas casas de família, nos estabelecimentos comerciais nos escritórios, nos hotéis etc. Ao ver esses objetos e ao utilizá-los, vemos e utilizamos apenas os próprios objetos, sem ter consciência de tudo aquilo que a sua presença implica, como condição de possibilidade. Uma vez instalado, o refrigerador passa a funcionar como se fosse uma realidade autônoma, independente do seu processo de produção. Ora, como o resultado é inseparável do processo que a ele conduz, pois só é o todo efetivo quando apreendido com o seu vir-a-ser, como ensina Hegel, esses refrigeradores são úteis, especialmente no verão, objetos físicos que nos são dados na experiência imediata, implicam toda uma "mediatidade", todo um vir-a-ser, que inclui principalmente a indústria que os produz e o seu diretor-presidente, sr. Freitag.

Ao contrário da produção artesanal, ou da criação estética, que conservam a marca e o nome do artesão e do artista, a produção industrial capitalista é impessoal e anônima, por ser feita em grande ou na maior parte ao trabalho da máquina e não ao trabalho do homem. A partir do momento em que a produção se mecaniza, ou se maquiniza, a conexão entre o "mediato" e o "mediato" se torna cada vez mais remota e difícil de descobrir. Identifica-se, pelo estilo, um boneco de mestre Vitalino, uma novela de Graciliano Ramos ou uma arquitetura de Oscar Niemeyer, mas é impossível descobrir, nas geladeiras Consul, a presença do sr. Wittich Freitag, que é o "mediato". Mas, embora não seja possível descobrir a sua presença nas geladeiras, nem por isso o sr. Freitag deixa de estar presente em todas elas, pois não podemos comprá-las sem contribuir para o enriquecimento desse bem sucedido "executivo", digamos assim.

MAS, PERGUNTARÁ o leitor, por que essa longa digressão a propósito de um ilustre desconhecido, de nome alemão? Justifica-se a digressão porque o sr. Freitag, diretor-presidente da Indústria de Refrigeração Consul S/A, acaba de alienar o controle acionário de sua empresa à Philips, que, como se sabe, é um consórcio estrangeiro ou, para usar o neologismo, uma multinacional. É óbvio que a alienação de uma empresa de capital nacional a um conglomerado estrangeiro não constitui propriamente um ato de patriotismo, que atenda aos interesses do país. Tal alienação constitui, ao contrário, uma traição ao país, aos interesses nacionais, em benefício de interesses particulares e alienígenas. O episódio merece um comentário especial porque levanta o véu que costuma encobrir os negócios dessa natureza, normalmente acertados nas confabulações dos escritórios e no segredo dos gabinetes.

O mediato, o ausente, o invisível, tornou-se, de repente, o imediato, o presente, o visível. Atrás das geladeiras, surgiu a figura do sr. Freitag, o "executivo" que há vinte e cinco anos vem capturando silenciosamente a mais-valia da refrigeração. Com a mesma discrição com que, durante um quarto de século, contribuiu para a produção do frio no país, transferiu para o estrangeiro o controle acionário da indústria da qual é a maior acionista e o principal responsável. Embora os entendimentos com a multinacional holandesa se tenham iniciado em março último e o contrato da venda tenha sido assinado em São Paulo no dia 1 de julho, a realização do negócio não foi divulgada antes porque seria "anticomercial". Resolvendo romper o "longo silêncio" em torno da transação, o sr. Freitag, em entrevista ao Jornal do Brasil, de 31 de julho passado, expõe os motivos pelos quais decidiu vender a Consul ao consórcio estrangeiro.

A entrevista começa com a seguinte e patética declaração: "Não é mais com a Consul que estou me preocupando, mas com o Brasil." No momento preciso em que trai o país, em que sacrifica os interesses nacionais aos seus interesses pessoais, o sr. Freitag nos diz que não está mais preocupado com a Consul, mas com o Brasil! Observe o leitor como é coerente o patriotismo desse "executivo" que passa a preocupar-se com o país a partir do momento em que vendeu sua fábrica ao estrangeiro. Prosseguindo na entrevista, diz o sr. Freitag que as "causas principais" da operação foram "as altas taxas de juros e correção monetária, cobradas para os financiamentos necessários à expansão da indústria e as medidas adotadas pelo Conselho Interministerial de Preços". E, adiante informa que, em estudo realizado há poucos meses, verificou-se que a empresa precisava de Cr\$ 100 milhões para racionalizar sua produção e que, a respeito do assunto, entendeu-se com o Ibrasa que se dispôs a efetuar o empréstimo com a condição de os diretores da empresa endossarem pessoalmente a operação.

O sr. Freitag confessa, como acabamos de ver, que o organismo oficial de crédito se prontificou a ajudá-lo, em uma operação de Cr\$ 100 milhões, em prazo de 8 a 10 anos, desde que os diretores da empresa se dispusessem a assumir também a responsabilidade pessoal pelo financiamento. O sr. Freitag teria concordado com todas as condições do empréstimo, juros, correção monetária, prazo etc. mas teria discordado de uma só, a garantia pessoal. E, por que não aceitou essa exigência que lhe teria permitido racionalizar a produção de sua fábrica, "compatibilizando os custos industriais com os resultados da comercialização de seus produtos"? Não aceitou a condição porque, de acordo com suas próprias palavras, não comprometeria o "patrimônio familiar", construído "com muito sacrifício ao longo de minha vida". Não foram, portanto, nem os juros nem a correção monetária, alegados como pretextos, as "causas principais" que impediram o sr. Freitag de aceitar o financiamento do Ibrasa, mas a cláusula que poderia comprometer o "patrimônio familiar", conseguido com "muito sacrifício", como acabamos de ver. Diante da

alternativa, de comprometer o patrimônio doméstico ou vender a fábrica ao estrangeiro o sr. Freitag, que se diz tão preocupado com o Brasil, não teve dúvidas nem escrúpulos, preservou o patrimônio familiar e entregou a indústria catarinense à multinacional holandesa.

Acrescenta, porém, que "as garantias oferecidas pela empresa cobriam perfeitamente a operação pretendida". Ora, se essas garantias eram mais do que suficientes para cobrir a operação, por que recusar-se à exigência de garantia pessoal que não passaria de mera formalidade? É, se a garantia pessoal era a condição única para a obtenção do financiamento que evitaria a alienação da empresa ao capital estrangeiro? A empresa, que não foi construída nem apenas nem principalmente pelo sr. Freitag, mas por todos aqueles que nela trabalharam, inclusive sem enriquecer, sem fazer fortuna, a empresa pode ser vendida à multinacional, mas o "patrimônio familiar", esse é sagrado, intocável, porque construído com muito sacrifício. Veremos adiante, porque a informação só se encontra no fim da entrevista, qual foi o preço desse sacrifício.

Mas, voltando às "causas principais" o sr. Freitag alega que a CIP "manietava" a sua empresa, não reconhecendo o aumento das despesas e dos encargos financeiros e impedindo que a Consul reajustasse os seus preços. "Os preços fixados pelo CIP", diz textualmente, "acabariam por estrangular a empresa, levando-a à ruína". Ora, linhas atrás, o sr. Freitag nos diz que a sua fábrica "procurava vender seus produtos aos menores preços", às vezes inferiores ao teto fixado pelos próprios revendedores. O sentido de tal política de preços era fazer uma empresa não "para hoje, mas para o futuro". Em seguida afirma que "nossas concorrentes vendem a preços superiores" pois "nunca conseguimos igualar seus preços porque a CIP não deixava". O sr. Freitag nos diz, como acabamos de ver, que a Consul procurava vender as geladeiras pelo menor preço e, logo em seguida, acusa a CIP de "manietá-la", impedindo-a de igualar seus preços aos das concorrentes. Onde a coerência?

Esquecendo-se dos pretextos, o sr.

Freitag nos informa que em Salzburgo, o governo (da Áustria) "fez uma promoção para atrair investimentos estrangeiros. Aqui acontece isto." E esclarece, dizendo o mais importante: "querer concorrer hoje com os grandes grupos é quase uma utopia". Nessa declaração está implícita uma grave crítica à política econômico-financeira do governo federal, que o sr. Freitag aponta como responsável pela alienação da Consul, pois as "causas principais" da alienação teriam sido, como vimos, o "politicagem" de crédito e de preços dos órgãos oficiais. Impedido de obter os recursos que lhe permitiriam "racionalizar" a produção da fábrica, e impedido também de aumentar os preços de suas geladeiras, o sr. Freitag, recusando-se a comprometer o "patrimônio familiar", e observando que "não se pode colocar a emoção acima da razão", pois é necessário "enfrentar a realidade" uma vez que "o comércio é inclemente", o sr. Freitag resolveu, então, vender-se à Philips, "no interesse da comunidade, do Estado e da nação", de acordo com suas próprias palavras. Ficamos sabendo, assim, que a melhor maneira de servir aos interesses da comunidade, do Estado e da nação é transferir o controle de nossa economia para o capital forâneo.

O sr. Freitag não o diz claramente, mas está implícita em suas declarações a tese de que o governo federal, por sua política de crédito e de preços, faz o jogo das multinacionais, compelindo as indústrias brasileiras "manietadas" a entregar-se ao capital estrangeiro. Não cabe a nós, da oposição defender o governo, bastante forte para defender-se sozinho. O que nos cabe observar é que a "empresa privada", cuja única razão de ser é o lucro, não hesita em vender-se ao estrangeiro, em prostituir-se, em desnacionalizar a economia do país, desde que tal alienação atenda aos interesses da própria empresa privada. Onde está o espírito público, o patriotismo desses empresários privados, privados de tanta coisa, inclusive de espírito público e de patriotismo?

NÃO NOS consta que o general Geisel, principal responsável, segundo o sr. Freitag, pela venda da Consul, seja um homem rico nem que tenha enriquecido na presidência da Petrobrás. Como é público e notório, o general é um homem de classe média, um soldado que sempre viveu do soldo de militar. O presidente da Consul, ao contrário, é um potentado econômico, que acaba de vender suas ações ao consórcio holandês por 750 milhões de cruzeiros. Esses 750 milhões de cruzeiros são uma parte apenas do "patrimônio familiar" que o sr. Freitag construiu com "muito sacrifício", ao longo de sua vida. Admitindo que, segundo suas informações, o sr. Freitag tenha presidido a Consul durante 25 anos, e distribuindo os referidos 750 milhões ao longo desse prazo, teríamos a importância de 3 milhões de cruzeiros por ano, ou então, 250 mil cruzeiros por mês. Como estão vendendo, o sr. Freitag sacrificou-se durante um quarto de século à razão de 250 mil cruzeiros por mês. Convenhamos que, em matéria de sacrifício, o do sr. Freitag foi muito bem remunerado.

Disse um matutino, defensor da empresa privada, que a entrevista do sr. Freitag era "modelar". Sem dúvida é modelar, ou significativa, ou sintomática, mas, a nosso ver, não pelos motivos apontados pelo jornal. É modelar porque constitui, na fase agônica do sistema, um retrato de corpo inteiro do empresário capitalista, dessa figura que o desenvolvimento científico e tecnológico está tomando cada vez mais anacrônica e supérflua. O empresário privado que, após explorar, durante várias décadas, o trabalho dos outros, acumula uma imensa fortuna e aliena a sua empresa ao estrangeiro apenas porque essa alienação atende aos seus interesses também privados. O capitalista, que não tem compromissos nem com a comunidade, nem com o Estado, nem com a nação, mas somente com o lucro e o "patrimônio familiar", internacional ou multinacional, apátrida por definição, porque só está onde está o seu interesse e onde se encontra o dinheiro aí se encontra também a sua verdadeira pátria.



Um fabuloso patrimônio familiar construído com "muito sacrifício" ao longo da vida

GOVERNO INEPTO E ARBITRÁRIO

As revelações sobre irregularidades e corrupções administrativas envolvendo interesses políticos e/ou enriquecimento ilícito, bem assim assim de incapacidade na gestão dos bens públicos, vêm sendo feitas na tribuna da Câmara ou fora dela e dizem respeito a várias unidades da Federação. Agora é a vez do Amapá, cujas denúncias são formuladas pelo deputado Antonio Pontes, MDB-AP, e que até aqui foram devidamente apuradas, apesar de fundadas em documentação autêntica, aqui reiteradas nas declarações abaixo.

C - O deputado teve ocasião de referir-se na Câmara à condição especial em que se encontram os representantes dos territórios forçados a exercer também funções específicas de deputado estadual e até de vereador.

AP - É certo que nós somos obrigados a debater da tribuna da Câmara Federal assunto de natureza eminentemente local, quando ali é uma Casa para problemas de ordem nacional. Infelizmente, pela legislação, os territórios federais não têm assembleias legislativas às quais caberia, a priori, fiscalizar os atos praticados pelo governo, e seus representantes, como nós, são muitas vezes levados a exercer o mandato como se fossem deputado estadual e até mesmo vereador. Eis por que temos abordado alguns aspectos que dizem respeito à administração territorial. Era nosso desejo, quando ocupamos a tribuna da Câmara, focalizar aspectos positivos. Fomos obrigados, entretanto, a traçar com amargura o quadro que está vivendo atualmente o Amapá.

Quando o atual governador tomou posse em Brasília, sentimo-nos no dever de com ele travar contato e sobretudo estabelecer um diálogo em termos de entendimento, sem adesão e sem subserviência, sem adesismo e sem prevaricamento de poderes, para que pudéssemos trabalhar unidos, no sentido de acelerar o processo de desenvolvimento do Amapá, que brevemente, tenho a certeza, chegará a condições de Estado, num preito de justiça. Naquela oportunidade, falamos ao delegado da confiança do presidente da República acerca do que era o Amapá, terra que ele não conhecia, pois jamais lá estivera.

Dissertei sobre os planos social, econômico, cultural e político, e passamos às suas mãos uma série de livros nos quais são abordados problemas do nosso Território. Na ocasião, solicitamos que aproveitasse o máximo possível os homens da terra, seus valores. Infelizmente, levou ele toda uma equipe de secretários de fora, marginalizando os valores locais. E não satisfeito com isso, mais recentemente nomeou um peruano, naturalizado, ferindo sensivelmente a dignidade e os valores dos homens da região.

Lamento profundamente que o ministro do Interior não esteja bem informado a respeito do que ali se passa. Tenho certeza de que, se conhecesse a situação administrativa do Amapá, de certo não concordaria com o estado de coisas que todos presenciamos.

Recentemente, quando do recesso parlamentar, viajei ao Amapá e lá fui procurado por um cidadão, que ali reside há longos anos, que me narrou fato que bem caracteriza a atual administração. A carta que me foi enviada por Sílvio Camilo foi lida por mim da tribuna da Câmara, para que constasse dos Anais e lá se encontra a denúncia do desvio de material do Posto Agropecuario de Macapá, por ordem do então secre-

tário de Economia, Agricultura e Colonização. Quando do inquérito na polícia federal e ser chamado o atual titular do cargo para depor, foi orientado por um dos seus assessores de que seria exonerado das funções de chefe do Posto, se confirmasse a denúncia. Isso está na carta transcrita no Diário do Congresso, assim como o depoimento do denunciante na polícia federal e o documento comprovador do desvio.

O mais grave, entretanto, é que não obstante saber do que estava ocorrendo, o Governador demitiu esse rapaz das funções que vinha exercendo há 8 anos, de Chefe do Posto Agropecuario do Amapá. O atual secretário da Agricultura, que é o peruano a que já me referi, agastou-se com o depoimento confirmando a denúncia e propôs a exoneração do Chefe denunciante, o que foi autorizado pelo governador, que assinou a exoneração, apesar da garantia que lhe fora dada pela Polícia Federal de que não seria exonerado em razão desse fato. Esta é a verdade, indesmentível, diante da documentação que fiz transcrever no Diário do Congresso.

C - E quanto a administração, em termos globais, do Amapá?

AP - Exige, sem dúvida, apuração mais profunda dos órgãos federais responsáveis, de modo a adequá-la aos interesses do desenvolvimento da região. Quando a Comissão da Amazônia esteve no Território, realizando mesas-redondas, como fizemos em toda a Amazônia legal, nas capitais de Estados e Territórios, para discutir os problemas que ainda impedem o nosso desenvolvimento, recebemos, através de representante da Associação Comercial e do Clube dos Diretores Lojistas, um apelo veemente na defesa do comércio local, considerando que o governo do Amapá havia deixado de comprar no Território, para fazê-lo em outros centros do país. Foi endereçado à Comissão da Amazônia esse documento. Assumimos, então, a defesa do comércio local e mostramos de corpo presente ao governador que no quadro atual o maior cliente do comércio ainda é o governo e à medida que ele deixa de fazer suas compras na região cria um grave problema econômico-social para a unidade que está dirigindo.

Que aconteceu, então? Foi reduzido o movimento comercial da praça de Macapá e o governo passou a comprar em São Paulo. Uma das emissoras do Território noticiou que o governo estava fazendo compras em São Paulo na ordem de 85 milhões de cruzeiros, mas depois veio a informação para o responsável do noticiário de que a compra fora na ordem de 92 milhões e 690 cruzeiros, informação essa firmada, em documento, pelo ex-secretário de Finanças, que também se acha divulgado no Diário do Congresso, como os demais.

Cabe ao governo federal, até porque a administração é exercida por delegado da sua confiança, apurar os fatos que ali estão ocorrendo,

enquadrando-os como irregularidades administrativas ou corrupção, punindo os responsáveis, de maneira a restabelecer a necessária respeitabilidade na gestão dos negócios públicos.

Mas há mais: o Amapá mantém uma representação em Belém. O prédio em que funcionava necessitava de reforma e nela foram gastos cerca de 400 mil cruzeiros. Durante a reforma, alugou-se um outro. Concluídos os trabalhos, o prédio alugado provisoriamente continua sendo pago, enquanto o reformado, que deveria servir de sede à representação do governo, está sendo utilizado simplesmente como depósito de um órgão. Mas, não pára aí. Além de alugar outro prédio para a representação, após o custeio da reforma no interior, está pagando um apartamento em Belém para residência do representante do governo. São gastos que não se justificam numa terra cada vez mais carente de recursos.

Vamos mais longe, porém; em setembro ou outubro, segundo a previsão da Eletronorte, será inaugurada a Hidrelétrica Coaracy Nunes, de Paredão. O governo não se preocupou com a extensão das linhas até Vila Maia, comunidade com mais de 5 mil habitantes, nem até Ferreira Gomes, distrito de Macapá. Essas duas comunidades vão assistir à iluminação nas outras áreas, ficando marginalizadas por inépcia administrativa.

C - Macapá que é a capital do Território, como está sendo administrada?

AP - Infelizmente o governador levou para Macapá um cidadão não muito recomendável para exercer as funções de prefeito. Parece-me que o governo não atentou bem para o fato, pois estamos de posse de documentos que comprovam a sua inidoneidade financeira o que, em termos de administração pública, revela incapacidade administrativa. Esses documentos também foram divulgados pelo Diário do Congresso. Entre eles, composto quase todos de certidões dos cartórios de Belo Horizonte, há um que certifica a falência de uma firma da qual era sócio o prefeito, além de protestos de títulos e uma carta aberta dos cidadãos de Macapá ao governador sobre esse prefeito, que deveria, de há muito, ter sido demitido das funções, não se sabendo mesmo o porquê das razões que o faz permanecer nas funções.

Saliente-se, ainda, que a máquina administrativa montada às custas dos cofres da União está praticamente parada. A sua engrenagem foi quebrada. Recentemente foram demitidos três secretários de Estado: Finanças, Educação e Saúde. Logo depois mais um: o de Obras. Basta isso para atestar o desentrosamento na administração do Território, que está a exigir apuração e corretivo do governo federal, a fim de repor as coisas nos seus devidos lugares, não só resguardando os recursos federais mas aplicando-os para o real desenvolvimento do Território.

INEDITORAIS

CARTA AOS LEITORES

Sr. Editor:

No noticiário publicado na 3ª página da edição de hoje (segunda-feira) do «JORNAL DA BAHIA», sobre as homenagens que serão tributadas à memória de João Mangabeira, há duas expressões equivocadas a merecerem retificação, pois a arrumação das palavras no texto deixa transparecer haverem sido por mim proferidas.

A primeira é a afirmação de que o Instituto dos Advogados da Bahia teria sido "pressionado" pelo Governo anterior.

O I. A. B. nunca sofreu, pelo menos durante nossa gestão, no primeiro como no atual mandato, pressão de qualquer espécie ou em qualquer sentido, tanto mais quanto, de resto, seria repelida qualquer tentativa no particular, conveniente e oportunamente.

A segunda é a de que o ex-governador declara a um jornal local que os restos mortais do eminente jurista brasileiro ficaram "onde estão".

O fato é verdadeiro. Não é exata, porém, a versão que o atribui a declaração do ex-governador, porquanto incerto em nota redacional.

Gostaria de ver publicadas estes esclarecimentos, a bem da verdade. Tão-só a bem da verdade.

Cordialmente,

VIRGÍLIO MOTTA LEAL Jr.,

Presidente.

● Esta é a carta, publicada na íntegra, recebida na segunda-feira última, do Advogado Virgilio Motta Leal Jr., presidente do Instituto dos Advogados da Bahia. As retificações solicitadas pelo destacado missivista estão, portanto, feitas com a publicação de sua carta.

(Transcrito do «JORNAL DA BAHIA» de 2/6/1975)

SEM INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA NÃO HÁ IMPRENSA LIVRE

a independência de CRÍTICA depende de sua assinatura - de muitas assinaturas. não perca tempo, faça a sua agora.

PEDIDO DE ASSINATURA

Destaque este cupom e mande junto ao pagamento à ordem de

EDITORA CRÍTICA LTDA.

Av. Rio Branco, 156, sala 1222, Rio - RJ, Brasil

DESEJO FAZER UMA ASSINATURA DE

1 ANO BRASIL (Cr\$ 200,00) EXTERIOR (US\$ 50,00)
6 MESES BRASIL (Cr\$ 100,00) EXTERIOR (US\$ 30,00)

NOME

RUA

CIDADE

PAÍS

JUNTO MEU PAGAMENTO POR

CHEQUE VISADO PAGÁVEL NO RIO
 VALE POSTAL



SEBASTIÃO NERY LANÇA SEU PORTUGAL



Está nas bancas hoje, sexta-feira dia 22, o novo livro de SEBASTIÃO NERY, «Portugal, um Salto no Escuro». Jornalista político que o país aprendeu a admirar, Nery terminou - como era natural em terrenos tão afins - por enveredar pelo mundo do livro. Todos se recordam de seu recente «16 Derratas que Abalaram o Brasil» - um retrato vivo da vitória da oposição nas urnas de 15 de novembro de 1974.

A revolução portuguesa e a queda da ditadura salazarista tocaram as cordas da sensibilidade do velho guerreiro que Nery é, e lá se mandou ele para Portugal no afã de viver e contar para os brasileiros a fascinante experiência de nossos irmãos lusitanos. E como diz Franklin de Oliveira, na apresentação do livro:

«Sebastião Nery é, antes de tudo, um escritor - um homem que sabe dizer, precisamente porque sabe pensar. São as suas qualidades inatas de escritor que lhe permitem ver o que um simples colecionador de fatos não intuem ou percebem. A estas virtudes literárias - clareza, ironia, agilidade de diction, senso polêmico, riqueza argumentativa - Sebastião Nery alia uma concepção de vida de timbre humanístico, para ele, o homem é a raiz de todas as coisas. Com essa visão armada, jornalista e escritor podem traçar, nestas páginas, o largo painel da insurreição portuguesa, que se situa em um dos episódios capitais da história contemporânea não só da Europa como de todo o mundo ocidental.»

Há momentos, e não são raros, em que sua exposição alcança níveis de pura beleza literária, como não é de se estranhar em antigo leitor desta grande reportagem estética que se chama «A Holanda», de Ramalho Ortigão. Só que em Sebastião Nery a presença do político é bem mais viva - viva e participante.



SEBASTIÃO NERY

General de araque

De um livro de memórias a ser publicado ainda este ano no Rio Grande do Norte, o autor conta, além de outros, três fatos que envolvem o senador Dinarte Mariz, também conhecido na região do Seridó, no seu Estado, pelo título de general da serra do Doutor. O autor estranha uma recente entrevista do senador potiguar quando se diz ferido a bala três vezes nos embates políticos dos tempos passados. O Rio Grande do Norte desconhece esses balacões no corpo do velho senador.

O que sei dele - conta - é que em 1930 mandou fardar seis bandidos como farda do exército para matar Café Filho, obrigando-o à fuga e ao exílio no Estado da Paraíba.

O que sei dele - continua - é a sua responsabilidade de mandante para matar o sr. Virgílio Aguiar, ex-prefeito de Caicó, quando este, muitos anos depois de ausência no Estado, durante o governo Rafael Fernandes, veio pacificamente ao Rio Grande do Norte e passando por Caicó foi vítima brutal do pistoleiro Quintino, por coincidência, motorista de Dinarte.

Sei também - revela o autor dessas memórias - quando do levante comunista de 1935, foi organizada na serra do Doutor a resistência contra os rebeldes, Dinarte Mariz que se diz general daquela resistência, estava em Campina Grande, na Paraíba, da carreira que deu de Caicó, quando soube que Natal estava em poder dos revoltosos. E acrescenta: Quem organizou a resistência foram os ex-sargentos Raimundo Duarte e Manoel Varela, entre outros, depois do primeiro tiroteio ocorrido em Panelas, hoje município de Bom Jesus.

Depois, sim, Dinarte apareceu, e como chefe político da região, se considerou general da resistência, não passando de um autêntico general de araque...

STE vai julgar ex-cassado

A procuradora Luiza Cassales vai bater às portas do Superior Tribunal Eleitoral. Não concordou com a decisão unânime do TRE do Rio Grande do Sul, que deferiu o pedido de registro do diretório do MDB de Porto Alegre em favor dos delegados à Convenção Regional de domingo próximo, por se encontrarem entre os relacionados, cidadãos políticos que tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos, mas cujo período já terminou.

Salário para consumo mais caro

Transformando-se num instrumento de trabalho para várias classes, o automóvel pequeno vem sofrendo, como os outros, um aumento de preços em períodos relativamente curtos, tornando dia-a-dia mais difícil a sua aquisição pela população que dele necessita. O deputado Eloy Lenzi (MDB-RS), fazendo-se o intérprete da grito geral, analisou o problema na Câmara dos Deputados: «Em dezembro do ano passado, tivemos o aumento de 8%; pouco depois, em abril, houve aquele de 12%, totalizando 20%. O de julho, acrescentaram-se os preços dos automóveis em cerca de 23%».

Mas há notícias de que ainda virão novos aumentos. Apenas se mudou a estratégia. «Não serão, assim, explica Lenzi, de 8 ou 12%, que saltam às vistas de todos. A nova mentalidade das fábricas, de comum acordo com o governo federal, provocará verdadeiros bombardeios de mini-aumentos nos preços dos veículos, mais ou menos em torno de 3%. Possivelmente, dentro em pouco virá outro aumento de 2 ou 3%».

O raciocínio do representante oposicionista é então de «que a finalida-

de básica pela qual o governo aumentou em mais de 40% o salário mínimo, não foi a de permitir que os brasileiros comprem mais mercadorias, mas, ao contrário, a de permitir que paguem mais caro pelas mercadorias de que necessitam». Diante das exigências da vida moderna, o automóvel pequeno deixou de ser um objeto de luxo para se transformar, na verdade, para muitas atividades, num instrumento de trabalho. Milhões de brasileiros dele se utilizam para se deslocarem até seus empregos, ou para promoverem suas vendas, seu comércio. No entanto, os preços dos veículos são extremamente elevados. O Volkswagen, como o próprio nome indica (em alemão) deveria ser o carro do povo, com preços acessíveis à classe média até a C. Hoje em dia, porém, está custando mais de 30 mil cruzeiros.

«Já protestei contra isso da tribuna da Câmara», acrescenta o deputado, «por três vezes, e através de Crítica renovo esse protesto quanto aos abusivos aumentos que os fabricantes de automóveis estão impondo ao consumidor. Apesar de terem efetuado aquele aumento de 12% à revelia do CIP, este órgão depois concedeu-lhes mais 3% de quebra».

Zillo expõe no Rio

Até o próximo dia 8 de setembro, os cariocas terão oportunidade para visitar a exposição do pintor Carlos Zillo, integrada por telas, serigrafias, objetos e múltiplos. É a primeira mostra individual do artista, que participou do movimento Opinião (1966) e do Nova Objetividade Brasileira, em 1967. Lançando nessas iniciativas polêmicas que se prendiam críticas em relação à tradição artística e à própria sociedade, Zillo alia tem esses interesses em relação a seu trabalho atual. Ele afirma que sua exposição não pretende ser apenas o resultado da disposição dos trabalhos nas paredes, mas sim uma carta crítica junto ao circuito de arte.

Dinarte, um futuro "imortal"?

Em entrevista à revista Fatos e Fotos, o senador Dinarte Mariz disse que desde 1940 que folheia livros de Economia e de História do Brasil, lê os jornais do dia e se entrega aos problemas do espírito lendo Kail Gibran e Olavo Bilac.

Do que se aproveitou Woden Madruga, na Tribuna do Norte, de Natal, para comentar:

«Nesta pisada, o senador Dinarte Mariz vai terminar na Academia de Letras.»

Os bons charutos vão ficar

Os bons fumantes podem ficar tranquilos. A terrível ameaça de desaparecimento que ainda há pouco tempo pesava sobre os famosos «puros» baianos, é coisa do passado. A Fábrica Suerdieck, cujas marcas de charuto ganharam fama mundo afora, conseguiu enfim superar a sua maré de dificuldades e já está de volta, com toda agressividade, ao mercado nacional e internacional.

Não foi um milagre dos céus, mas certamente foi o milagre da eficiência empresarial que resultou do casamento da experiência alemã com o dinamismo deste excelente homem de negócios que é Raimundo Carvalho. No Rio, para tratar da expansão de sua indústria fumageira, o empresário baiano está rindo à toa e distribuindo charutos - a melhor tradição de sua terra - aos amigos.

"Pregoeiros" vence festival: Sergipe

«Os Pregoeiros de São Luiz», de José Murilo Moraes dos Santos, maranhense, foi o primeiro colocado no III Festival Nacional de Cinema Amador de Sergipe, realizado recentemente sob a promoção da Universidade de Sergipe e com apoio do INC e do Clube de Cinema de Sergipe. «Monopias de Alfredo Bichels», do carioca José Alencar Castro, foi o segundo colocado, seguindo-se «Cotidiano», de Jorge Abreu Moura (Sergipe), «Antes do Baile Verde», do paulista Alex Fleming, e a «Banda do Sarafim», dos pernambucanos Douglas de Almeida e Enéas Alvares.

Curso de Filosofia da Arte

Inicia-se esta semana, na sede da Pró Arte (rua Alice, 462, Laranjeiras), o Curso de Filosofia da Arte, a cargo do professor Roland Corbisier. Será dado em 15 aulas, às quintas-feiras, das 20h30m às 22h30m, e obedecerá ao seguinte programa:

PRIMEIRA PARTE: 1) Que é filosofia? - 2) Que é arte? - 3) Que é filosofia da arte?
SEGUNDA PARTE: 1) O pensamento grego: a) Platão; b) Aristóteles; c) Plotino - 2) O pensamento cristão: a) Boécio; b) Santo Tomás de Aquino; c) Escoto Erígen - 3) O pensamento moderno: a) Kant; b) Hegel; c) A teoria da Praxia.

TERCEIRA PARTE: 1) Arte e sociedade - 2) Arte e política - 3) A estética e a ética do futuro.

Inscrições e informações no local ou pelo tel.: 245-0684.

DIREITO AUTORAL AO DESAMPARO

A regulamentação do direito autoral e a sua consequente arrecadação é um dos maiores escândalos da vida brasileira. Para desespero dos autores, que se vêem, em sua grande maioria, ao desamparo e ao sabor de complicadas fórmulas aritméticas de prioridades. Debatido pelo deputado Dias Menezes (MDB-SP) na tribuna da Câmara, Crítica foi ouvida para seus leitores:

C - O problema do direito autoral vem sendo uma das suas preocupações na atividade parlamentar.

DM - É verdade. Mas esclareçamos: em dezembro de 1973 o Congresso Nacional aprovou, após demorado exame, projeto enviado pelo executivo, em caráter de urgência, dispoendo sobre o código de Direito Autoral. A nova lei foi promulgada e entrou em vigor em janeiro de 1974. Um de seus dispositivos fixou o prazo de 60 dias para que o executivo regulamentasse para sua entrada em execução e formação do Conselho Nacional do Direito Autoral, órgão ao qual caberá, privativamente, a fiscalização das sociedades autorais, transformadas em associações, para a plena proteção dos direitos dos autores, compositores, artistas e outros.

Já se passaram mais de ano e meio de vigência da lei e o executivo não se dignou, apesar do prazo legal por ele mesmo fixado de 60 dias, regulamentar a lei e formar o Conselho Nacional de Direito Autoral. Como resultado disso, as sociedades de autores ainda não se transformaram em associações, como manda a lei, e continuam arrecadando, em nome dos autores, quando isso deveria estar sendo feito pelo órgão próprio do Conselho, através da rede bancária, conforme ainda a referida lei.

C - O atraso da regulamentação da lei, que foi votada em regime de urgência, de certo vem acarretando maiores prejuízos à classe.

DM - Sem dúvida. A vista da ausência da regulamentação da lei, anunciam-se a fundação de novas sociedades autorais, no Rio e em São Paulo, como é o caso das denominadas Sombrias e Sonar. Sociedade Nacional de Autores Reunidos, cujos objetivos, conforme anunciado, é fiscalização das sociedades autorais, transformadas em associações, para privacidade, ao Conselho Nacional de Direitos Autorais. Aliás, a lei em vigor mas ainda não regulamentada e, portanto, ainda não aplicada, diz que novas sociedades ou associações só poderão ser fundadas após a vigência da lei, 1º de janeiro de 1974, com a devida licença do Conselho Nacional de Direitos Autorais, o que dá uma coloração de ilegalidade à formação dessas duas novas sociedades, que, aliás, já promoveram espetáculos para arrecadar fundos destinados à sua organização, o que nos parece estranho em virtude de suas inexistências legais.

A incúria do governo federal nesse setor, assim, está mais que patente. Com um prazo legal de 60 dias para baixar o regulamento, são passados mais de 500 dias e ainda não se dignou fazê-lo com a formação do Conselho Nacional do Direito Autoral. O resultado é esse que está: a formação de entidades fantasmas, porque sem respaldo, arrecadando fundos e pretendendo usurpar atribuições que a lei, através do Congresso Nacional e da Presidência da República, outorgou ao Conselho Nacional do Direito Autoral.

Representação contra Chagas no STF

De acordo com o parecer do procurador regional eleitoral, Carlos Waldemar Rollemberg, foi enviada ao STF, onde já se encontra, longa representação contra o ex-governador Chagas Freitas, formulada por Orlando Machado Sobrinho, considerando-o incurso em vários dispositivos do Código Eleitoral por favoritismo à eleição de Waldemiro Teixeira e Sandra Salim, deputados, respectivamente, federal e estadual.

Diz o procurador, em seu parecer, que, «é certo que a lei nº 5.249/67 considera de ação pública os processos de responsabilidade pelos abusos definidos na lei nº 4.884/65, mas a iniciativa dessa ação cabe, obviamente, ao órgão do ministério público que funcionar junto ao juízo ou tribunal competente para o julgamento, tanto mais que o denunciante também alude a abuso de direito individual político, cujo exame o art. 154 da Constituição atribui especificamente ao Excelso Pretório, mediante representação do Procurador Geral da República», razão por que opina pela remessa ao STF, parecer que foi acolhido pela instância regional.

Galotti: liberdade é benéfica

Do ministro Luiz Galotti, do Supremo Tribunal Federal, os governos, longe de serem prejudicados, são beneficiados pela liberdade de imprensa, pois ela permite que os governantes conheçam o que esteja sendo feito contra a lei ou contra o interesse público e possam ordenar as correções e sanções indispensáveis.

SANTA INQUISIÇÃO CONTRA A FEITICEIRA

Uma das regras do chamado direito consuetudinário que vigorava aqui na antiga Cidade Maranhense, determina que não é de boa ética falar de colegas. Quem quiser, fique com a regra, porque eu estou na obrigação de meter minha colher numa sopa que anda fumegando por aí. Na obrigação e no maior «à vontade». Trata-se de uma polêmica que já passou para as páginas dos jornais. Enquanto era objeto apenas de conversas de bastidores, não vi razão para entrar no assunto, mas como chegou aos jornais, quero registrar minha posição.

Quais são as peças que estão fatiando horrores? E só correr os olhos pelos jornais: «Gaiola das Loucas», «Madame Gonatas e outras do mesmo "valor"». Até aí, nada demais. Tudo muito racional, dentro da chamada lógica vigente. Os críticos, cumprindo seu papel, não se cansam de abordar séria e criticamente esse tipo de espetáculo, menos por seu significado imediato, e mais pelo que representa, pelo que escanteia.

Bem, então quando uma atriz se propõe a montar um espetáculo sério, com um rigor profissional dificilmente encontrado por aqui, a crítica cai em cima. Já chamaram até de «showzinho familiar» o espetáculo «Feiticeiras que Marília Pera está apresentando no Casa Grande».

Eu confesso que acho «repugnante» esse tipo de atitude. Nelson Motta precisou fazer uma carta a um jornal carioca, colocando os devidos pingos nos ii. Embora não seja amigo de Nelson, conheço sua seriedade e sei como deve ter sido penoso para ele ter que escrever a carta que mandou ao jornalista Armando Blanco.



Realmente «Feiticeiras» não tem sido exatamente um sucesso comercial. Sucesso comercial é dona Tônia Carrero com seu desfile de modas no teatro do Copacabana Palace. «Feiticeiras» é um trabalho da maior valia: boas (feminis) músicas, textos de maior importância. Tudo muito profissional e com grande respeito ao público. Respeito ao público, coisa difícil de ser encontrada: quando uma atriz já assumiu de público o fato de não dar espetáculo por só ter 15 pessoas no teatro? Ela com a maior honestidade dialo-

gou com os poucos espectadores. Contou a verdade. O normal é «não ter espetáculo porque a estrela passou mal nos bastidores».

Repito: não sou amigo de Nelson nem de Marília. Nossas críticas até agora são apenas profissionais, mas considero uma obrigação minha mandar este recado ao casal: bola pra frente, sem ligar para a santa inquisição que anda por aí. No mais, insisto: «Feiticeiras» é um dos espetáculos mais bonitos já montados no Rio. Azar de quem perdeu. - A. O.

cios, ampliando a largura das calçadas, o fez como uma solução - capenga, diga-se de passagem - já que uma solução definitiva somente poderia ser implantada a longo prazo, com a construção de edifícios-garagens em número suficiente.

Vieram então os abusos, principalmente devido à deficiente fiscalização. Ao invés de colocarem os carros paralelamente à rua, sobre as calçadas, os motoristas preferiram colocá-los atravessados, para permitir mais vagas. Foi a expulsão do pedestre. Que fez o Detran? No lugar de regular o uso da calçada, de modo a não prejudicar o pedestre, simplesmente proibiu, de uma vez. E os motoristas, sem garagens e sem ruas para deixar seus carros, estão na quebra de correr o bicho pega, se ficar o bicho come...

É um impasse, repita-se, que se resguarda os direitos do pedestre, mas é preciso também, que o governo não transfira para cada cidadão um problema que ele, o governo, criou.

Proteção ao latifúndio

Sob o título acima, publicamos na nossa edição passada (Crítica, nº 54), o artigo «Proteção ao Latifúndio», do qual, lamentavelmente, deixou de constar o nome de seu autor, Deputado Federal Amaury Müller, do MDB do Rio Grande do Sul. Com a compreensão do autor e dos leitores, esclareçamos que se tratou de uma falha técnica, que, de resto, escapa ao controle de Crítica.

Comissão de Direitos do Homem

O deputado estadual Delio dos Santos, do MDB-RJ, apresentou emenda ao projeto de resolução que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, criando a Comissão dos Direitos do Homem. Entre os objetivos está o de «emitir pareceres sobre proposições ou denúncias, quando se verificar qualquer forma de violência, seja política, social ou econômica, contra a pessoa humana».

Na justificativa que acompanhou a emenda, Delio dos Santos mencionou o fato de que os direitos humanos «são constantemente violados. Sabemos que há prisões arbitrárias, torturas, morte lenta, sob a forma "suí generis" de endemia, pela poluição e pelo baixo poder aquisitivo da população».

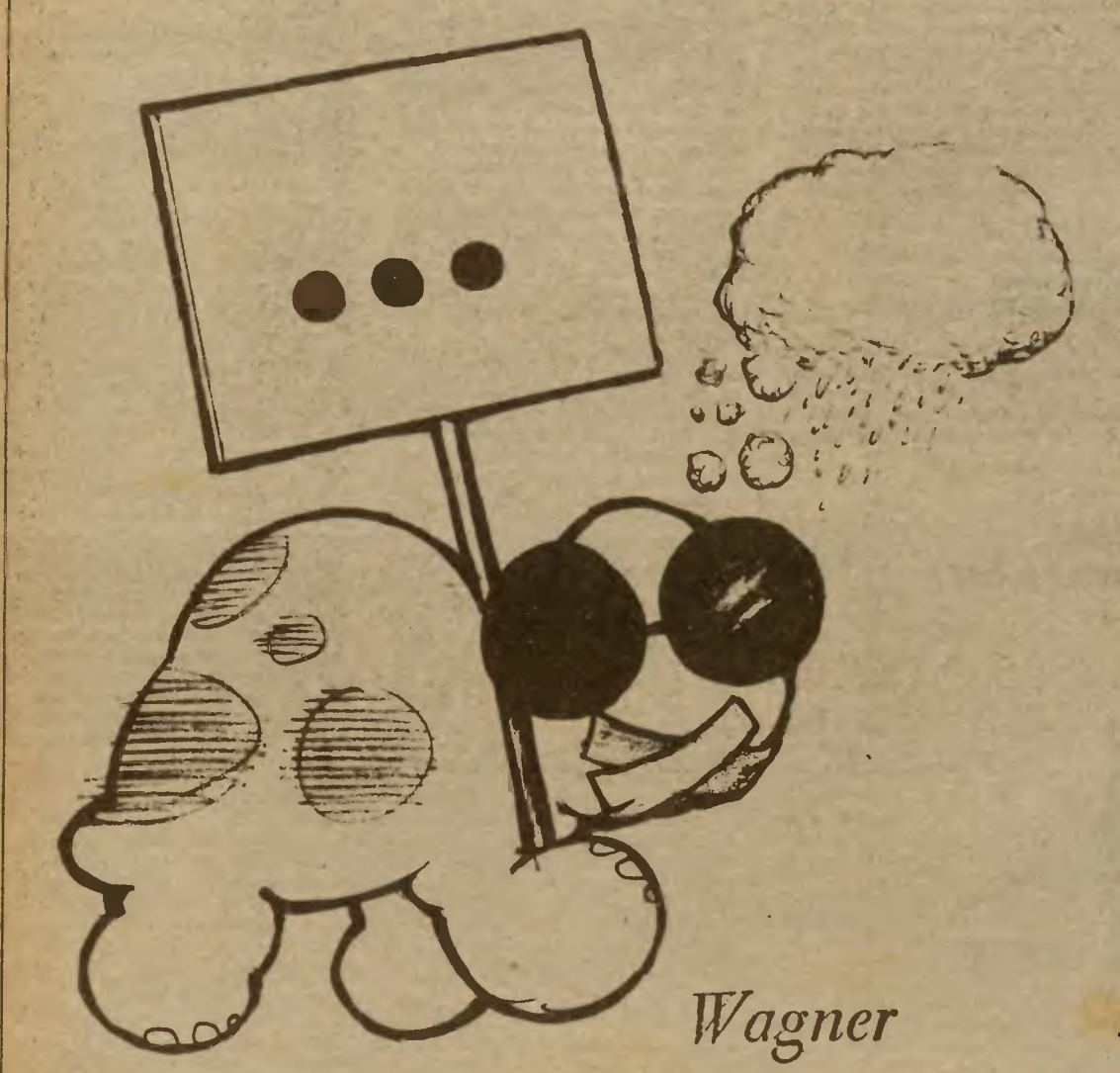
CPI investiga vendas de hospitais do INPS

A cessão de cinco hospitais do INPS a uma empresa paulista, em troca de um terreno de valor ainda não sabido, há cerca de dois anos, pela administração anterior do órgão, será investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito a ser criada com o apoio, inclusive, da Arena, conforme anúncio de deputado da Comissão de Segurança Nacional, deputado Italo Conti.

A transação em torno dos cinco hospitais - dois no Paraná e os demais em São Paulo e Minas Gerais - vem constituindo um dilema tanto para Italo Conti, que além de deputado é general, há mais de um ano vem tentando obter esclarecimentos sobre o assunto, não se sabendo até hoje sequer o valor das partes que entraram no negócio.

O assunto ganhou ainda mais importância depois que um dos estabelecimentos - o de Santa Cruz, em Curitiba - fechou as portas logo depois de comprado, pois ofereceu perigo de vida às pessoas que ali trabalhavam e se tratavam.

VERINHA COMEMORA O DIA DO ARTISTA



Wagner

O INCENTIVO À FRAUDE

Em depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a atuação das companhias multinacionais na economia brasileira, o deputado estadual Aldo Pinto da Silva (MDB-RS) aborda a questão dos fertilizantes. O Brasil, denuncia o parlamentar, está submetido à manipulação do mercado mundial; os distribuidores alteram a fórmula de tal maneira que a Federação da Agricultura de Minas Gerais chegou a recomendar aos agricultores que não comprassem determinadas marcas. Entretanto, a legislação é deficiente e as multas irrisórias são um incentivo à fraude. São as principais passagens deste depoimento que publicamos aqui.

Sinto-me especialmente gratificado em comparecer perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de prestar depoimento sobre matéria do mais alto interesse para a nacionalidade, que é a que se refere à produção e comercialização de fertilizantes e corretivos de solo, e discorrer, dentro dos meus limitados conhecimentos, a respeito de suas implicações nos custos da produção primária brasileira.

Embora manifestando minha honra em ter sido chamado a colaborar com os ilustres parlamentares, devo aduzir que minha presença é apenas o cumprimento de uma obrigação cívica, porque todos nós - os deputados federais nesta casa, e nós na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul - estamos preocupados em desvendar as teias nas quais se enreda a economia brasileira, como depositária que é da atividade das empresas multinacionais, e, dentro do tema, os grupos que exploram os fertilizantes, corretivos e insumos agrícolas.

Cabe, inicialmente, informar as razões que nos levaram a estudar o problema dos fertilizantes e suas variantes econômicas, técnicas e políticas, e, especialmente, os seus reflexos globais.

O Rio Grande do Sul, como de resto vastas áreas cultiváveis do solo brasileiro, apresenta uma variada gama de solos ou tipos de solo, que necessitam - todos eles, - da incorporação de fertilizantes e cor-

retivos, para eliminação ou equilíbrio da acidez, e para manterem o seu nível de fertilidade. Determinadas culturas necessitam retirar do solo elementos minerais para a sua sobrevivência e produção. E é através do emprego de fertilizantes e corretivos que se procura oferecer ao solo maior fertilidade.

Agrega-se a essas necessidades naturais e técnicas o dado que o Brasil produz, internamente, um percentual muito baixo de fertilizantes, dependendo, por isso, e quase exclusivamente, da importação de insumos. Submete-se o Brasil, assim, à manipulação do mercado mundial de insumos modernos, trazendo para a produção primária todos os problemas atinentes a esse emaranhado de interesses.

Diante de tais fatos, e presentes, ainda, os problemas de qualidade, preços, produção pela indústria nacional, legislação sobre produção e comercialização dos fertilizantes, e pela necessidade de maior conhecimento a respeito das jazidas de fertilizantes existentes em nosso país, e, sobretudo, pela necessidade de esclarecer o produtor riograndense, fomos levados a constituir uma Comissão Especial, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, para estudar todos esses problemas, a fim de que, no final dos trabalhos, pudessemos apresentar subsídios ao governo brasileiro.

Os senhores certamente têm plena consciência da gravidade do problema dos fertilizantes e de suas conseqüências na economia brasilei-

ra. Por isso entendemos que nosso depoimento há de ter importância que tem todo o nosso trabalho, embora aqui a sua referência se enquadre em apenas um dos aspectos do tema "multinacionais".

Nem poderíamos deixar de lado problema de tanta gravidade, quando sabemos que os gastos brasileiros com a importação de fertilizantes subiram de 1973 para 1974, de 138,5 milhões de dólares para 402,9 milhões. No caso do Rio Grande do Sul, cujos produtos de maior importância na produção primária são o trigo e a soja, o uso de fertilizantes e corretivos significa um percentual de 44,8% na soja, conforme dados elaborados e divulgados pela Fecotrig.

Passamos a informar a esta comissão, em detalhes, os elementos de convicção que, entendemos, poderão permitir um definitivo posicionamento em relação ao que dissemos à guisa de introdução.

Julgamos fundamental a exposição e análise histórica da legislação brasileira sobre fertilizantes, e a qualidade dos adubos industriais.

I - A legislação sobre fertilizantes e o problema da qualidade dos adubos industriais

a) O processo de modernização da lavoura nacional, intensificou-se no período recente, tendo sido acompanhado - como não poderia deixar de ser - por xorte aumento no consu-

mo de fertilizantes em geral. Infelizmente, há um lado negro nesta programação, pois as denúncias de deficiências nos produtos aumentam em ritmo, pelo menos igual ao da utilização de adubos industriais.

Com efeito, multiplicam-se por todo o território nacional, as reclamações, os protestos e as denúncias contra os abusos a que se encontra sujeito, atualmente, o homem do campo. Avolumam-se, assim, as declarações de agricultores lesados, os documentos emitidos pelas entidades da classe, as notícias de jornais, as intervenções parlamentares, evidenciando a adulteração sistemática da qualidade dos fertilizantes, usualmente comercializados, bem como as escandalosas manobras de manipulação de preços. Apenas a título exemplificativo, poderíamos citar:

I - O protesto do presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Fábio Meirelles, que afirmou caber aos distribuidores a responsabilidade pela adulteração da fórmula dos fertilizantes (cf. Folha da Manhã de 24.5.75);

II - A denúncia feita pelo deputado Herbert Levy, informado que 75% das amostras abalisadas pelo Instituto Agronômico de Campinas, não correspondiam às especificações, e que 25% delas se constituíam em produtos adulterados. (cf. O Estado de São Paulo de 8.11.74);

III - A recomendação feita pela Federação da Agricultura de Minas Gerais, de que os agricultores daquele estado deixem de comprar fertilizantes preparados pelas empresas distribuidoras. (cf. Folha da Tarde de 17.5.75);

IV - O corte de crédito a doze empresas produtoras de fertilizantes determinado pelo Banco do Brasil S/A., em razão de fraudes na elaboração das formulações.

Mas há mais, pois é da própria intervenção do poder público que se pode depreender o alto número de irregularidades, posto que multiplicam incontavelmente, as multas aos infratores (por exemplo, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, de 17.1.75).

De norte a sul do país - veiculadas por órgãos de imprensa e por associações regionais de produtores, comprovadas pelos laboratórios competentes, reconhecidas pelas autoridades públicas - acumulam-se as provas de um processo de deficiências sistemáticas e de exploração maciça dos produtores.

Não obstante tudo isso, portavozes do setor procuram encobrir fatos inofensivos. Para isso, alegam, simultaneamente, divergências nas análises do mesmo material feitas por laboratórios distintos (decorrentes de diferenças na metodologia da análise), e o fato de que os problemas de qualidade são frequentes também em países desenvolvidos, e, finalmente, a dificuldade de manter o padrão do produto ofertado em condições de demanda explosiva. Pouco convincentes, no entanto, são os argumentos apresentados, sobretudo quando se observa que o último deles implica em compreender a fraude, apelando para o "inevitável" apressamento da produção e vendas, o que tornaria difícil a preservação da qualidade dos produtos sob condição de alta procura.

Muito mais graves do que a tomada de posição do setor são, todavia, as declarações dos altos responsáveis do Ministério da Agricultura, que, furtando-se ao imperioso dever da fiscalização, tratam de desculpar os infratores, tentando minizar, inseqüentemente, os percentuais de fraudamento do produto. Assim, podemos tristemente constatar que no mesmo momento em que o diretor estadual do Ministério da Agricultura no Rio Grande do Sul, Cleber Vieira Canabarro Lucas, respondendo pergunta feita pela Subcomissão da Agricultura da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, nos informava que 311 amostras analisadas pelo laboratório do setor de corretivos e fertilizantes do GEV-RS, nos anos de 1973/1974,

somente 101 eram consideradas normais, o diretor da Divisão de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura afirmava desconhecer a ocorrência significativa de fraudes. Mais, era o próprio ministro da Agricultura que, irresponsavelmente, procurava minizar os fatos, afirmando que as falsificações se deviam a firmas de fundo de quintal.

b) Na base de todos os abusos e na raiz de todas as dúvidas desculpas, estava, contudo, o inacreditável decreto nº 50.146, de 27 de janeiro de 1961, que ao legislar sobre o comércio de fertilizantes e produtos correlatos institucionalizou a fraude, e como que implantou um sistema de incentivos às irregularidades. Efetivamente, o estabelecimento do limite de fraude numa percentagem de adulteração dos nutrientes superior a 30%, combinado com a irrisoriada de das multas impostas aos fabricantes de produtos deficientes, abriu a possibilidade para altos sobrelucros legais, apoiados na deturpação sistemática dos compostos presentes nos fertilizantes levados ao mercado. O seguinte exemplo ilustra claramente a maneira pela qual eram auferidos tais sobrelucros: suponhamos que em tonelada de fertilizantes composto segundo a fórmula 9-36-12, houvesse uma deficiência de 30% em P205, implicando na falta de 160 kg do referido nutriente na mercadoria vendida. Em termos monetários, resulta que o agricultor-comprador, ao pagar Cr\$ 3.000,00 pela tonelada do composto, foi lesado - considerando-se que o preço unitário do P205 é de Cr\$ 6,00 - em Cr\$ 960,00, correspondente à deficiência do produto comercializado.

Observe-se ainda, que mesmo se o produtor da mercadoria adulterada houvesse pago a multa legal, a operação ter-lhe-ia sido vantajosa, pois do lucro indicado se deveria subtrair apenas Cr\$ 10.000,00 (em cruzeiros antigos), conforme prescrevia o inciso II do artigo 44 do decreto nº 50.146, de 27/1/61.

Toda razão tinha, portanto, um editorialista de jornal de São Paulo, ao observar que "a fraude e a baixa qualidade dos fertilizantes tendem a prosseguir estimuladas que são pela insignificância das multas, cuja manutenção é por muitos apontada como resultado de uma criminosa conivência de alguns setores governamentais, com poderosos grupos produtores dessa matéria-prima.

Hoje, felizmente, pelo menos do ponto de vista legal, modificou-se essa situação, graças ao Decreto nº 75.593, de 9 de abril de 1975, que fixou normas mais rigorosas para o registro de fertilizantes, bem como adotou uma política de penalidades capaz de, efetivamente, dissuadir os faltosos.

Malgrado este indiscutível progresso, três pontos importantes devem ser criticados na nova legislação. O primeiro diz respeito à omissão de regulamentação do uso de fosfatos naturais granulados, omissão que implica na impossibilidade de utilização legal do P205 sob esta forma, já que a metodologia de análise imposta pela nova lei - a utilização da "via seca" para a determinação da finura do material - só é aplicável a material pulverizado. A sugestão óbvia para o problema, sendo a determinação da finura do material original, é a utilização da análise pela "via úmida". Aliás, essa solução foi proposta pela Cia. Riograndense de Adubos, - em estudo que realizou sobre a questão.

O segundo ponto a ser criticado na nova legislação - talvez mais importante do que o anterior - diz respeito à desvalorização dos fosfatos naturais, decorrente da nova metodologia de análise, preconizada pelo diploma legal hoje em vigor. Com efeito, a nova legislação estabeleceu um novo critério que diminui a solubilidade dos fosfatos naturais, pois o antigo critério fixava o extrator ácido cítrico a 2%, na proporção de 1:300 (determinante de uma mais alta solubilidade dos fosfatos naturais, conforme quadro anexo).



Aldo Pinto: multiplicam-se os protestos e as denúncias contra os abusos a que está sujeito o homem do campo

Material	TEORES DE 205 (%)					
	Extrator: ácido cítrico 2% -					
	1:100	1:200	1:500	1:750	1:1000	TOTAL
Apatita de Araxá	5,3	11,6	14,8	17,7	18,9	31,8
Apatita de Jacupiranga	4,6	9,2	12,0	13,2	13,5	38,8
Fosfato de Gafsa	12,9	26,4	27,0	27,5	28,0	28,8
Fosfato de Florida	8,7	19,5	26,7	31,2	32,8	33,6

(Fonte: Anais da ESALQ - Piracicaba XXII 109p. 1965). -

O novo critério, ao baixar essa proporção em 1:100, diminui, obviamente, a solubilidade dos fosfatos naturais. Isso acarreta sérias consequências quanto à economicidade da utilização do P205, existente em nosso território. Isto fica bem claro no seguinte exemplo: "para uma adubação corretiva de fósforo, tomando-se como média exigida pela maioria dos solos gaúchos, que é 120 kg/ha de P205, necessitaríamos para atingir esse nível, a quantidade de 480 kg de fosfato natural.

E agora, com a redução da solubilidade do produto, graças à nova metodologia usada, será necessário, para atingir o mesmo nível da recomendação da pesquisa, a quantidade de 960 kg. Logicamente, o custo aumenta.

Esse posicionamento veio ocorrer exatamente quando extraordinárias perspectivas se abrem para o Brasil na produção de fosfatos naturais, capazes de tornar o País auto-suficiente na matéria, graças às jazidas existentes no território nacional, de Jacupiranga, Ipanema, Serrote, Araxá, Tapira, Catalão, Fosforita, Trauíra, e mais recentemente, as de Patos de Minas e Coromandel.

Salientamos o uso de fosfatos naturais baseados mais do que nunca em dados de pesquisa, pois estudos têm demonstrado que, acima de metodologias como esta prevista na nova lei, deverá ser levada em conta, fundamentalmente, a cinética do solo.

Com a comprovada desvalorização, como expusemos, dificilmente

atenderemos o programa do Plano Nacional de Fertilizantes e Corretivos (PNFC), que prevê a nossa auto-suficiência para 1980.

c) - O terceiro aspecto a ser criticado nos recentes ensaios de regulamentação da utilização de fertilizantes, diz respeito à portaria do Banco Central, de nº 257, que ao negar o subsídio para a compra dos adubos orgânicos, prejudica o agricultor e desestimula a produção nacional de fertilizantes. Mais um golpe é dado a uma matéria produzida no Brasil e industrializada por empresas nacionais.

2 - Evolução recente do mercado de fertilizantes e a política governamental para o setor.

a) - A produção internacional de fertilizantes é controlada, em quase a sua totalidade, por um pequeno grupo de empresas multinacionais. O setor de fertilizantes no Brasil, não constitui exceção neste quadro. A maioria esmagadora das empresas que operam internamente no setor está ligada, com efeito, a grandes grupos multinacionais, destacadamente com o Grupo Bunge & Born e com outros de procedência francesa, alemã e portuguesa.

Aspecto mais importante ainda na determinação dos problemas enfrentados pela economia brasileira nesse setor, é o que respeita à alta participação das importações no consumo interno de fertilizantes, assim expressada:

Cr\$ 7,5 milhões; lucro em 1973, Cr\$ 6 milhões; em 1974 Cr\$ 28 milhões.

A Sociedade Cachoeirense de Fertilizantes tem um capital de Cr\$ 3.600.000,00; seu lucro líquido em 1973 foi de Cr\$ 1.628.864,00 e de Cr\$ 12.072.000,00 em 1974, 335% sobre o capital.

O caso da Cia. Riograndense de Adubos (CRA) é ainda mais gritante: seu capital Cr\$ 35 milhões; seu lucro líquido em 1973 Cr\$ 2.436.373,00; em 1974, foi de Cr\$ 68.432.114,00. Neste caso, poderiam argumentar que o aumento das vendas explicaria tão grande e fantástica majoração nos lucros, mas acontece que para um aumento de vendas da ordem de 96% (Cr\$ 226.475.248,00 em 1973 para Cr\$ 442.460.258,00 em 1974), houve um aumento de lucro da ordem de 2709% (dois mil setecentos e nove por cento), ou Cr\$ 2.436.373,00 em 1973, para Cr\$ 68.432.114,00 em 1974. Estarrecer mais ainda o fato de que, para evitar "eventuais divergências de interpretação da legislação fiscal", a Diretoria dessa empresa - CRA - propôs partilhar o aumento do seu capital em duas etapas: na primeira, conforme ficou estabelecido na ata de assembléia geral de 29/5/75, decidiu-se que o aumento seria de 5 milhões para 55 milhões de cruzeiros; na segunda, a ter lugar sessenta dias mais tarde, quando em nova assembléia extraordinária, proceder-se-ia a elevação dos 55 milhões para 105 milhões de cruzeiros, intenção primeira da empresa, sempre mediante a "incorporação de reservas".

Devemos informar que as presentes informações, acima referidas, já foram levadas a público através do magnífico pronunciamento do senador Paulo Brossard de Souza Pinto perante o Senado Federal, em junho passado.

Todos os casos referidos se relacionam com empresas sediadas no Estado do Rio Grande do Sul, mas estamos seguros de que o mesmo ocorre em todo o território nacional.

b) - Esta hiperbólica majoração dos preços dos fertilizantes ocasionou, como era de se esperar, uma considerável retração da demanda, o que acabou por provocar um expressivo congelamento dos estoques acumulados pelas firmas que dominam o setor. É que, evidentemente, os agricultores brasileiros não tinham condições de absorver esses estoques a preços quadruplicados, tornando-se o fertilizante um artigo de luxo.

Foi nessa conjuntura que o governo decidiu intervir no setor, concedendo um subsídio de 40% para a aquisição de fertilizantes. Medida singularmente ambígua, pois embora viesse a tornar o produto mais barato para o agricultor, tinha como efeito provavelmente principal a possibilidade de escoamento dos onerosos estoques que haviam sido anteriormente acumulados pelas empresas importadoras do setor. Deste ponto-de-vista, constata-se que a política governamental estava, de fato, a financiar a especulação dos grupos multinacionais que operam na área de produção e comercialização de fertilizantes. O grande prejudicado por essa manobra sutil é, evidentemente, o contribuinte nacional que esteve a arcar com o ônus da "socialização das perdas", implicada por este subsídio.

A segunda importante medida da política econômica adotada pelo governo, consistiu no contingenciamento das importações de fertilizantes. Seu objetivo foi o de limitar, a curto prazo, as importações. Três motivos, segundo o ministro da Fazenda, justificavam a medida: estimular a produção nacional, aliviar o balanço de pagamentos, e inibir a estocagem especulativa. Em declarações prestadas à imprensa brasileira, o ministro da Agricultura declarou-se contrário ao contingenciamento das importações.

Um exame mais atento da medida permite ver, no entanto, que por trás dos macrointeresses implicados nessas justificativas, está, ainda uma vez, o interesse setorial e de curto prazo dos importadores. É o que fica claro quando observamos que, a partir de 1974, os preços dos fertilizantes começaram a cair no mercado internacional, pois não é difícil compreender que, a manter-se o fluxo de importações, baixaria o custo médio dos produtos ofertados, forçando uma consequente baixa do preço de comercialização. Que o contingenciamento, nessas condições, sirva como um recurso desti-

nado a manter altos preços do produto estocado, é o que se compreende sem dificuldades.

Se tentarmos agora fazer um breve balanço das referidas medidas do governo federal, com relação ao problema em discussão, deveremos, antes de mais nada, observar que elas se orientam segundo interesses de curto prazo, e privilegiando a posição dos grupos industriais que controlam o setor. Foi o que acabamos de ver ao examinar o duplo sentido da política de subsídios e da determinação do contingenciamento. Nos dois casos, sendo indiscutível que o grande objetivo a ser alcançado era a manutenção da alta taxa de lucros dos importadores. Deste ponto-de-vista é importante observar que, embora a subsídioção tenha servido como um desafio para o agricultor incapacitado de adquirir os fertilizantes aos inícríveis preços correntes, representa ela uma política de curto prazo, incapaz de solucionar os verdadeiros problemas do setor. O mesmo se poderia dizer da política de contingenciamento das importações de fertilizantes que, além de ter servido, em curto prazo, para garantir o escoamento dos estoques, não tem, em seus eventuais efeitos de longo prazo, as vantagens que, à primeira vista, seríamos tentados a lhe atribuir, pois embora o contingenciamento estimule a substituição de exportações no setor, trará ele, de per si, solução para os problemas apontados.

Um aumento da capacidade de produção interna, que fique entregue às firmas que atualmente controlam o setor - em sua esmagadora maioria, como constatamos reiteradas vezes, filiadas aos grandes grupos internacionais - permitirá, na verdade, que a oferta de fertilizantes continue a ser controlada pelo interesse a curto prazo dos grandes grupos, que poderão sempre recorrer às medidas de sub e superfaturamento, permissoras das conhecidas manipulações de preços, e, por meio destas, de altos lucros.

O que é necessário fazer e coibir abusos que estão ocorrendo na produção e comercialização de fertilizantes, e isso só será feito com medidas de política econômica que libertem o país da dependência estrangeira no setor; assim como foi necessária a estatização do petróleo para o país controlar os abusos que eram perpetrados, também será com a gradativa estatização da produção e comercialização dos fertilizantes, e o Brasil se tornará auto-suficiente quanto a este produto. Há dez anos, o governo anunciou a descoberta de grandes jazidas de potássio em Carmópolis. Até hoje nada foi feito com relação à grande descoberta.

Será que o atraso na implantação do Projeto Potássio em Sergipe é uma simples consequência da incapacidade e inidoneidade do Grupo Lume? É interessante observar que a poucos quilômetros dali, sem qualquer conflito de lavra, crie problemas às pesquisas da Petrobrás em Sergipe, que realiza o Projeto Salgema. Esses dados, fornecidos pelo Relatório Reservado, demonstram que, se tivéssemos empresas estatais, responsáveis pelo problema, não estaríamos hoje - como acontece - importando cem por cento desse macronutriente.

Para se avaliar esta afirmação, só no ano de 1974 foram importadas em torno de 600 mil toneladas de potássio, no valor de Cr\$ 552 milhões, aproximadamente.

Esperamos que em relação às promissoras jazidas de fosfato, não se incorra no mesmo erro como nas medidas tomadas em relação às jazidas de potássio. Contamos, contudo, que em breve possamos retomar uma posição de vanguarda, para que, através do próprio Governo brasileiro, explorando as nossas jazidas, consigamos atingir os altos objetivos do Plano Nacional de Fertilizantes e Corretivos Agrícolas (PNFCA).

Diante de tudo o que foi exposto, é claro que, a curto prazo, medidas urgentes devem ser adotadas, para controlar os fatos aqui denunciados. Assim, o CIP anuncia o controle dos preços dos fertilizantes. Esta é uma posição que deverá ser cumprida e que iremos cobrar, para que o agricultor brasileiro não sofra novamente os desmandos das empresas multinacionais. Da mesma forma, esperamos que o Ministério da Agricultura, munido do novo decreto nº 75.573, se capacite para controlar efetiva e decisivamente a qualidade dos fertilizantes.

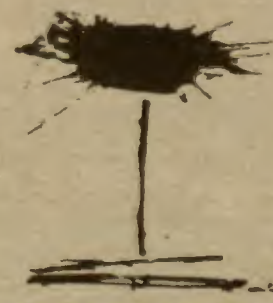
ASSIM FALOU NENEM PRANCHA



Um livro de Pedro Zadora sobre futebol, com as dicas do velho profeta do futebol, Nenem Prancha. Neste livro, Zadora fala da história do jogo e de suas leis, princípios do jogo, leitura do jogo, sistemas de jogo, táticas, concentração, apresentando ainda os "Onze mandamentos do jogador de futebol", que tem a supervisão do Professor Almir de Almeida Prefácio de João Saldanha Preço: Cr\$ 20,00

Peçam pelo Reembolso Postal a Editora Crítica Av. Rio Branco, 156, s. 1222 Rio de Janeiro

ORKESIS



ORKESIS

POEMAS DE FERNANDO MOUSINHO

Coleção Periódica EDITORA CRÍTICA Cr\$ 12,00

Pedidos para Editora Crítica Av. Rio Branco 156/1222 - Ed. Av. Central ou pelo telefone: 242-7395

(Façam acompanhar seus pedidos com a correspondente ordem de pagamento no valor de Cr\$ 12,00)

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIENTES E PARTICIPAÇÃO NACIONAL DO MERCADO

ANOS	NITROGENADOS	%	FOSFATADOS	%	POTÁSSICOS	%
1968	9.300	13	35.000	6	0	0
1969	6.500	18	46.700	4	0	0
1970	2004000	14	59.500	7	0	0
1971	69.200	15v	78.900	24	0	0
1972	91.493	7	64.000	22	0	0
1973	126.400	11	87.900	36	0	0

FONTE: PNFC

Somente a partir dessa total dependência do setor de fertilizantes relativamente às grandes firmas multinacionais e que se pode compreender as escandalosas manobras de manipulação de estoques e preços de adubos industrializados ocorridas no período mais recente.

Com efeito, em 1973, alegando os conhecidos aumentos no preço do petróleo, as grandes empresas que controlam o setor elevaram seus preços a níveis quase inacreditáveis.

O seguinte quadro esclarece este fato de maneira exemplar:

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE FERTILIZANTES NO ESTADO DE S. PAULO

ANOS	PREÇOS MÉDIOS (Cr\$/10 ton)		Índice: 1967 - 100		
	Preço Corrente	Preço Real (1)	Corrente	Real	Real
1965	1.834,00	1.433,00	100,0	100,0	
1966	2.228,00	1.401,00	121,5	97,8	
1967	2.603,00	1.356,00	141,9	94,6	
1968	2.846,00	1.237,00	155,2	86,3	
1969	3.552,00	1.282,00	193,7	89,5	
1970	4.419,00	1.364,00	240,9	95,2	
1971	5.472,00	1.467,00	298,4	102,4	
1972	14.319,00	2.983,00	781,0	208,1	

(1) Corrigido pelo Índice "2" da FGV; (2) Estimativa

FONTE: Instituto de Economia Agrícola. -

Percebe-se, assim, que enquanto o índice do custo de vida se elevava, no período, em 108%, os preços dos fertilizantes aumentavam, em igual tempo, em 681%. Os lucros, bem entendido, foram proporcionais à elevação dos preços. Vejamos: a Fertilis S/A., com sede na cidade de

Rio Grande, teve um lucro líquido de Cr\$ 7.186.182,00 em 1973, e de Cr\$ 73.696.663,00 em 1974. Isso com o capital de Cr\$ 36 milhões, o que significa um lucro de 205% sobre o capital; a Feisa S/A., do mesmo grupo, e no mesmo período, teve um lucro de Cr\$ 7.826.044,00, aumentan-

do seu capital de 17 para 25,5 milhões; seu lucro em 1974 foi de Cr\$ 31.930.943,00, isto é, 125% sobre o capital já aumentado. Com um capital de Cr\$ 7,5 milhões, uma empresa com sede em Canoas (RS), Adubos Pampa S/A., em 1973 teve um lucro de Cr\$ 6.056.000,00 e um lucro líquido de Cr\$ 28.176.057,00 em 1974, sendo que em dezembro do ano passado elevou o capital, mediante a utilização de lucros em suspensão, de Cr\$ 7,5 milhões para Cr\$ 25 milhões, ou seja, em dezembro, às vésperas do encerramento do balanço. O lucro líquido do ano de 1974 foi de Cr\$ 28 milhões: capital



Do palácio do Catete até a porta do avião
a multidão era uma só: as mesmas cenas se repetiriam no Rio
Grande, onde Vargas foi sepultado

LUTAS E LIÇÕES DE GETÚLIO

Ocupando, por 24 anos, o centro da vida política nacional, com uma liderança incontestada, porque posta à prova vitoriosamente várias vezes, o tempo decorrido ainda não é o suficiente para o julgamento isento que lhe deve o país e sua história, pois a simples lembrança de seu nome ainda ressuscita ódios represados que o rancor dos inimigos não deixou sepultar e a exaltação passional em amplas camadas da comunidade que apoiavam a sua conduta de homem público.

A avaliação do dimensionamento dessa liderança na vida nacional escapa, entretanto, ao ódio e à exaltação e se faz presente na constatação dos rumos empreendidos, marcados por uma contradição que fluiu dos contratempos de um mundo em ebulição, sem esmaecer no homem público as constantes da sua personalidade de estadista desde os idos da Aliança Liberal que o conduziu à chefia da nação: fidelidade a um comportamento nacionalista e ao amparo das classes trabalhadoras. Dirigia o Estado atento à bússola do tempo, salvaguardando esses princípios que informaram e presidiram, na calmaria e na tempestade, a afirmação da incontestada liderança.

Se é certo que dele se diverge quanto aos métodos que conceituavam o contraditório na direção do país, não menos certo é o reconhecimento de que a sua figura de estadista preenche todo um longo período da vida nacional sempre voltada para as idéias básicas que respaldavam o seu comportamento político.

Vivendo o seu tempo, identificando o entrelaço dos interesses da época em que viveu, procurando salvaguardar a nação das investidas externas que a desejavam dependente dos interesses alienígenas e, ao mesmo tempo, amparar a grande massa assalariada, oferecendo-lhe, como no dizer de um jurista, uma "superioridade jurídica que compensasse a sua inferioridade econômica", de modo a fazê-la participar do processo político-social desencadeado pela revolução industrial, na busca permanente do amortecimento dos confrontos cruentos, Getúlio Vargas deixou marcado, até o último dia, através do testamento político, o vigor dessa liderança cujo exame qualificadamente isento o tempo ainda não permitiu fazer.

Não é possível, desse modo, sem incorrer em julgamento precipitado, oferecer em termos históricos a precisão da sua trajetória, a análise das razões do comportamento por vezes contraditório. Que homens públicos ou estadistas não terão tido, no seu tempo, também comportamento assim identificado? Ruy, mais distante no tempo, ainda hoje divide análises e pesquisadores, tornando-o por isso mesmo polêmico. Ninguém, entretanto, ousa negar-lhe o espaço histórico que lhe cabe na vida brasileira, pela pregação que ia das praças às mais altas tribunas do país, como as do Senado e do STF, plena de exemplos edificantes e também, segundo tantos, de contradições políticas, fazendo com que, ainda hoje, em torno da sua figura se reacendam paixões ora de louvores, ora de restrições. Outras tantas figuras podem ser situadas nesse plano passional, figuras mais distantes no tempo.

Não é de estranhar-se, assim, que em torno da figura de Getúlio



lio, mais próximo de nós, e cuja ausência se processou de modo chocante, a traumatizar a nação, após 24 anos de uma presença marcante, não se reacenda o passionalismo desmedido que glorifica ou renasce rancores.

A crônica política não pode, entretanto, sem desmerecer o seu dever de contribuição histórica, deixou de registrar a caminhada de quem por 24 anos foi o centro da vida política nacional.

Aliança Liberal

A campanha de 1930 contra o autoritarismo do poder central, comandada por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, na frente democrática que se chamou de Aliança Liberal, foi o encontro do idealismo tenentista dos dois 5 de julho, o de 22 e o de 24, com as lideranças políticas dos três Estados então acordes em oferecer ao país novos rumos políticos, entre os quais se sobressaía a verdade eleitoral com o voto secreto e uma justiça especializada, derubando o artificialismo das atas falsas que consagravam as oligarquias sob a unção de um Congresso obediente ao partido dominante.

Revezavam-se no poder as lideranças oriundas da chamada política do café-com-leite, São Paulo e Minas. E quando Washington Luiz, paulista de Macaé, que viera do governo bandeirante, resolve quebrar as regras do jogo e impor a candidatura do governador paulista Júlio Prestes. Insatisfeito, o governador de Minas, Antonio Carlos, encontra no chamado movimento dos tenentes e na minoria oposicionista que teimava em substituir, aliados naturais. Não bastava, porém, para enfrentar a oligarquia dominante.

Uma nova geração de políticos gaúchos e a energia nordestina de João Pessoa, identificadas com as teses dos tenentes, vieram oferecer a conjugação de forças que formaria a Aliança Liberal e com ela, mais tarde, a segunda república. Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul, concordou em ser candidato à Presidência da República tendo por companheiro o governador da Paraíba, em oposição à chapa governamental, formada por Júlio Prestes, de São Paulo, e Vital Soares, da Bahia.

A Aliança Liberal defendia o voto secreto, a justiça eleitoral e a legislação social. A nação despertava para os novos conceitos, mas as urnas, fruto de uma máquina eleitoral viciada, deram a vitória aos candidatos do partido governamental. Não satisfeitos, os aliancistas denunciaram ao país a fraude eleitoral e o assassinato de João Pessoa apressou o movimento

"Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história." Com estas palavras, encerrando o testamento político que legou ao país, desaparecia há 21 anos Getúlio Vargas, num "precedente mais trágico e chocante que se possa conceber", como diria mais tarde Milton Campos, num gesto que surpreendia os inimigos rancorosos pelo que nele se contém de coragem, levando às multidões que apoiavam a sua liderança carismática a insatisfação e a desesperança.



Oswaldo Aranha: auxiliar e amigo do chefe político morto



O povo de Minas levou ao Rio Grande sua palavra de sentimento, na voz de Tancredo Neves

de 30 que levou Getúlio Vargas ao poder.

Instalado fora o Ministério do Trabalho, mas o chamamento do povo às urnas se fazia demorar. A impaciência dominava alguns setores políticos e militares em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Daí a insurreição de 32, a revolução constitucionalista, deflagrada em São Paulo, mas contida por Getúlio com o apoio dos líderes militares e dos interventores estaduais.

Já em 33, porém, realizavam-se as eleições para a Constituinte, que proclamou a Carta e legitimou o mandato de Getúlio, elegendo-o presidente da República.

Em 35, precedendo dias de intensa agitação política, ocorreu a sublevação comunista no Rio e em Recife, dando lugar a que se declarasse o estado de guerra até o início da campanha presidencial que visava à rotatividade do poder, com a substituição de Getúlio na Presidência da República. As forças governamentais ligadas ao tenentismo idealista tinham em José Américo o candidato natural, enquanto a oposição encontrava no governador de São Paulo, Armando Sales de Oliveira, o denominador comum.

Estado Novo

A campanha empolgava o país, o povo acorrendo às praças para a pregação cívica. Mas antes da eleição, Getúlio dissolve o congresso e outorga uma Constituição, a chamada polaca, de autoria do jurista Francisco Campos, de fundo autoritário e corporativista, à moda da época, passando a governar com poderes absolutos.

Em 38, sufocada a insurreição integralista, versão brasileira do fascismo, Getúlio governa sob o império do decreto-lei e dos interventores estaduais, quando eclodiu a segunda grande guerra mundial. Manteve-se ele neutro, dominando o país sob normas arbitrárias. Era o chamado Estado Novo governado muitas vezes à revelia da Carta outorgada. Dessa época é o marco inicial da siderurgia nacional, com Volta Redonda, como também não se descurava das massas trabalhadoras, procurando nestas e nas forças militares o apoio necessário ao poder.

A situação internacional — como a repetir a lição de Ruy, na primeira grande guerra, de que a neutralidade entre o arbítrio e a liberdade é crime — conduziu Getúlio a combater o nazifascismo, ombreado-se aos aliados na luta. Saliente-se que a opinião pública, diante dos naufrágios de navios nacionais e da traição política brasileira, começava a demonstrar impaciência tomando partido pela causa da liberdade.

A vitória dos aliados impõe, por reflexo, a caminhada brasileira para os rumos democráticos. E quando se desencadeia o movimento de libertação nacional. E em 45 Getúlio, deposto, deixa o poder, entregando-o ao presidente do STF, para que se procedessem as eleições à Constituinte e à Presidência da República, quando foi eleito o marechal Dutra.

Entretanto, surgia no quadro político um novo partido, o Trabalhista Brasileiro, por cuja legenda Getúlio foi eleito em quase todos os Estados, ora deputado, ora senador. Recolhido voluntariamente ao exílio dos pampas, retornava à cena política unido pela legitimidade do voto popular. A esse respeito, depõe Tancredo Neves, seu último ministro da Justiça: "Vargas, após sua deposição em 45, recolheu-se ao exílio de São Borja. Não que fosse forçado a isto, mas por livre e espontânea vontade. Esta atitude discreta ele fez questão de manter mesmo depois de eleito deputado e senador por vários estados. Como sua presença no Rio por aquela ocasião podia tornar-se fonte de intrigas e explorações, e como não pretendia se transformar num pólo de atrito com o governo do marechal Dutra, perturbando-lhe a ação administrativa, continuou recolhido aos seus pagos".

O Retorno

Aberta a sucessão do marechal Dutra, fala ainda Tancredo Neves: "Getúlio Vargas permaneceu de 3 a 4 anos em São Borja. Só voltou quando, por ocasião da sucessão de Dutra, o povo foi buscá-lo para reempossá-lo na Presidência da República. Foi esse sem dúvida, um dos episódios mais memoráveis de nossa história republicana. Contando apenas com o apoio do povo — e somente do povo — ele deixou o exílio para derrotar os situacionismos federal, estaduais e municipais. Derrotou ainda os grandes partidos, a grande imprensa e os grandes grupos econômicos e financeiros tanto brasileiros como estrangeiros, empenhados todos em impedir seu retorno à presidência."

E diz ainda o ex-ministro: "Em tais circunstâncias a posse de Vargas haveria de se efetuar em ambiente de agitação, de contradição, de impugnação. Assim o presidente instalou seu último governo sob o rescaldo de ressentimentos, de paixões e de ódios. Contra sua posse foram levantadas todas as objeções possíveis. As surradas teses da maioria absoluta foram levadas aos tribunais, ensejando amplo debate a respeito. Os meios militares, por sua vez, se dividiram. E não faltou, inclusi-



CARTA TESTAMENTO

"Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo ordenaram-se novamente e se desencandeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam-me; não me combatem, caluniam-me e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Depois de décadas de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais; fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaturei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos

nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei dos lucros extraordinários foi detida no Congresso.

Contra a justiça de revisão do salário se desencandearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero.

Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente.

de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano.

Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado.

Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o sangue

do povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado.

Quando a fome bater a vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para lutar por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me

derrotaram respondendo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil.

Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio.

Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história."



ve, a ameaça terrorista de eliminação pessoal. Não obstante tudo isso, a força da opinião pública, expressa através da maciça votação que lhe foi conferida, terminou prevalecendo, sendo ele, como de direito, empossado."

Sentiu Getúlio que seria necessário, como primeira etapa política, procurar o caminho tanto quanto possível da harmonia nacional de modo a oferecer à administração pública a necessária tranquilidade para retomar o curso da exequibilidade dos princípios de que não abrisse mão um só instante em todo os ciclos que vivera como primeiro magistrado, a partir de 30: o nacionalismo e os direitos e o bem-estar dos trabalhadores, de modo a fazê-los participar da riqueza e do progresso sociais.

Assis Chateaubriand, num dos seus melhores artigos políticos, com o estilo e a verve que lhe eram peculiares, escreveu ainda no Estado Novo, que Getúlio tinha um cemitério particular onde costumava enterrar amigos que no momento lhe traziam dificuldades para depois, com uma varinha de condão, quando deles necessitasse, ressuscitá-los, trazendo-os à cena.

A imagem do jornalista se fazia de novo realidade, nos primórdios do último governo de Getúlio. Só o PTB não lhe daria sequer a maioria parlamentar de que necessitava, quanto mais a tranquilidade e a força para projetos mais ambiciosos do seu ideário político. E assim atraiu o PSD e mesmo parte da UDN mais receptível a um projeto de união nacional. E assim fez o primeiro ministério, que dissera de experiência, no qual figuravam figuras da oposição, como também nas sociedades de economia mista.

A atitude conciliadora de Getúlio teve como resposta, de certos setores radicais da oposição, comportamento agressivo que progredia à proporção que o governo firmava posições coerentes à sua liderança.

Tentando conter a inflação e melhorar as condições de vida do povo, concluir as refinarias de petróleo já iniciadas no governo anterior, de um lado, procurou, de outro, dar solução a dois problemas fundamentais da economia brasileira e que foram bandeiras de sua campanha política: a regulamentação da remessa de lucros para o exterior e amortização do capital aqui investido e a criação da Petrobrás.

Para Tancredo Neves o processo político que culminou com a tragédia de 24 de agosto de 54 teve início justamente aqui, nas medidas iniciais de justiça social e nacionalistas.

Investimento estrangeiro e Petrobrás

Necessário é assinalar que até então a amortização do capital externo aqui empregado e a remessa dos lucros para o exterior eram inteiramente livres, não estavam disciplinadas por nenhuma regulamentação.



O choro anônimo: expressão do luto popular.

Os rumos da comercialização no mercado internacional, o fluxo do capital externo encaminhando-se para a concentração, os conglomerados, até as multinacionais de hoje, dão a medida da visão de Vargas no pretender resguardar a soberania nacional contra as investidas que, hoje, exigem vigilância infatigável do governo.

Quando à política do petróleo, os rumos estavam definidos no famoso discurso que pronunciou no Largo da Sé, em Salvador, na Bahia, durante a campanha presidencial. Era como que o eco da grande campanha nacional pelo monopólio.

Para Getúlio, o problema do petróleo não era só do governo ou de um grupo de partidos. Mas, de toda a nação. Daí o manifesto desejo de um amplo entendimento, sem ferir o princípio geral do monopólio, de modo a que o projeto fosse aprovado por larga e irretorquível maioria, de modo a surgir no exterior como a palavra definitiva do povo.

Negociações foram feitas nesse sentido, por via da Comissão Especial Legislativa, que tinha a assisti-la Jesus Soares Pereira e Pedro Neiva de Figueiredo, da assessoria econômica presiden-

cial, sob a chefia de Rômulo de Almeida.

Para alguns adversários do governo, entretanto, o ódio pessoal a Getúlio falava mais alto do que os próprios interesses nacionais. Assim é que, após reunião noturna da comissão no 2º andar do Palácio Tiradentes, integrada por representantes de todos os partidos que ouviu a palavra de Rômulo de Almeida, e fixados os pontos principais do projeto, sem ferir a idéia mestra, mas para sair consagrado pelo consenso, esses adversários radicais e rancorosos foram à tribuna do Congresso tentando demonstrar que Vargas traía seus compromissos nacionalistas.

O ódio, o rancor, a ira pessoal, a frustração política, falavam mais alto do que os interesses nacionais.

Dias após, numa solenidade programada pelo Conselho Nacional do Petróleo, do qual era então presidente Plínio Cathedra, hoje presidindo a Siderúrgica Nacional, Getúlio intercalava no discurso de Candeias, do próprio punho, uma frase só que responderia a esses adversários, declarando que jamais a bandeira nacionalista seria arancada de suas mãos.

O atuante grupo radical da oposição não se contentava em divergir e atacar tudo que vinha de Getúlio, mas em linha ascendente, esposava a agressão e pregava a subversão, procurando sensibilizar os centros de decisão.

Lutava Getúlio internamente contra o ódio e a frustração políticos, e externamente contra os interesses contrariados que forcejavam por fazer dependente a nação soberana.

Um testemunho

A oposição não se contentava com o radicalismo, mas descambava para a virulência e o deboche, num emprego panfletário sem memória neste país.

Nesse ambiente de conspiração contínua e de radical e virulenta oposição, ocorre o chamado crime da rua Toneleiros, que seria, para os radicais, a ansiosamente esperada gota d'água para alcançar suas aspirações. Aí, então, tentou-se vincular o presidente da República ao crime. A esse respeito, depõe Oswaldo Aranha:

"Não conheci condenação mais profunda e decidida à monstruosidade da rua Tonelei-

ros do que a de Getúlio Vargas. Ao saber da participação no crime de um dos elementos de sua guarda pessoal, dissolveu-a imediatamente e a pôs à disposição da polícia, imediatamente, sem qualquer exceção pessoal. A sua disposição de punir os responsáveis era definitiva e irrevogável. Não creio mesmo que alguém haja concorrido mais decisivamente para a apuração desse crime, prisão dos criminosos e elucidação desses crimes e dolorosos fatos".

Diz mais adiante: "Lembro-me de que no domingo, 7 de agosto, chamou-me a palácio, e, informado das primeiras suspeitas, convocou à sua presença o coronel Adil de Oliveira, então simples representante da aeronáutica no inquérito policial, e recomendou-lhe, ao que me disse, que usasse dos seus próprios poderes presidenciais, do norte ao sul do país, e no próprio palácio do governo, para que a apuração do crime e punição dos culpados fosse feita, recaísse em quem viesse a recair. Ameaçadas as investigações logo após, por pedidos de habeas-corpus requeridos à Justiça em favor de alguns suspeitos, autorizou o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Nero Moura, a nomear uma comissão de inquérito policial-militar, indicando para presidí-la o próprio coronel Adil de Oliveira, a fim de evitar que pudesse ser frustrada a ação reparadora e punitiva da Justiça".

E mais conta Aranha: "Mandou abrir as portas e as gavetas dos arquivos de seu palácio, lar inviolável dos presidentes, para que a investigação não sofresse restrições nem mesmo as do decoro e do respeito que nos devemos uns aos outros, e todos à intimidade e à dignidade da casa do chefe da nação. Ordenou aos seus que se pusessem independentemente de suas imunidades à disposição da polícia e da comissão de inquérito. A sanha das paixões, à suspeita caluniosa das suposições, às insinuações contra sua família divulgadas diariamente pela imprensa, às injúrias, às infâmias contra sua pessoa e seu governo, à inculpação indiscriminada de inocente, respondia com a serenidade de sua atitude e a força de sua repulsa ao crime".

Nada importava ao rolo compressor do radicalismo virulento que tentava pelo ódio destruir o líder, tentando apagá-lo, pela desonra, da memória nacional. Pouco se lhe importava que patrióticos interesses estivessem em jogo e a própria honra nacional, na pessoa do seu presidente.

A pusilanimidade de uns, o daltonismo de outros, nada representa, diante do clima deliberadamente criado para a humilhação e a desonra. Getúlio, entretanto, com o gesto extremo, de coragem e dignidade, surpreendeu o radicalismo, e legou ao País um testemunho político que se incorpora à história como documento imperecível, atentando-se para as palavras de Lourival Fontes sobre o dramático episódio: "O petróleo, a energia elétrica e a luta contra a opressão dos capitais estrangeiros devem estar no fundo do quadro".



Salvador

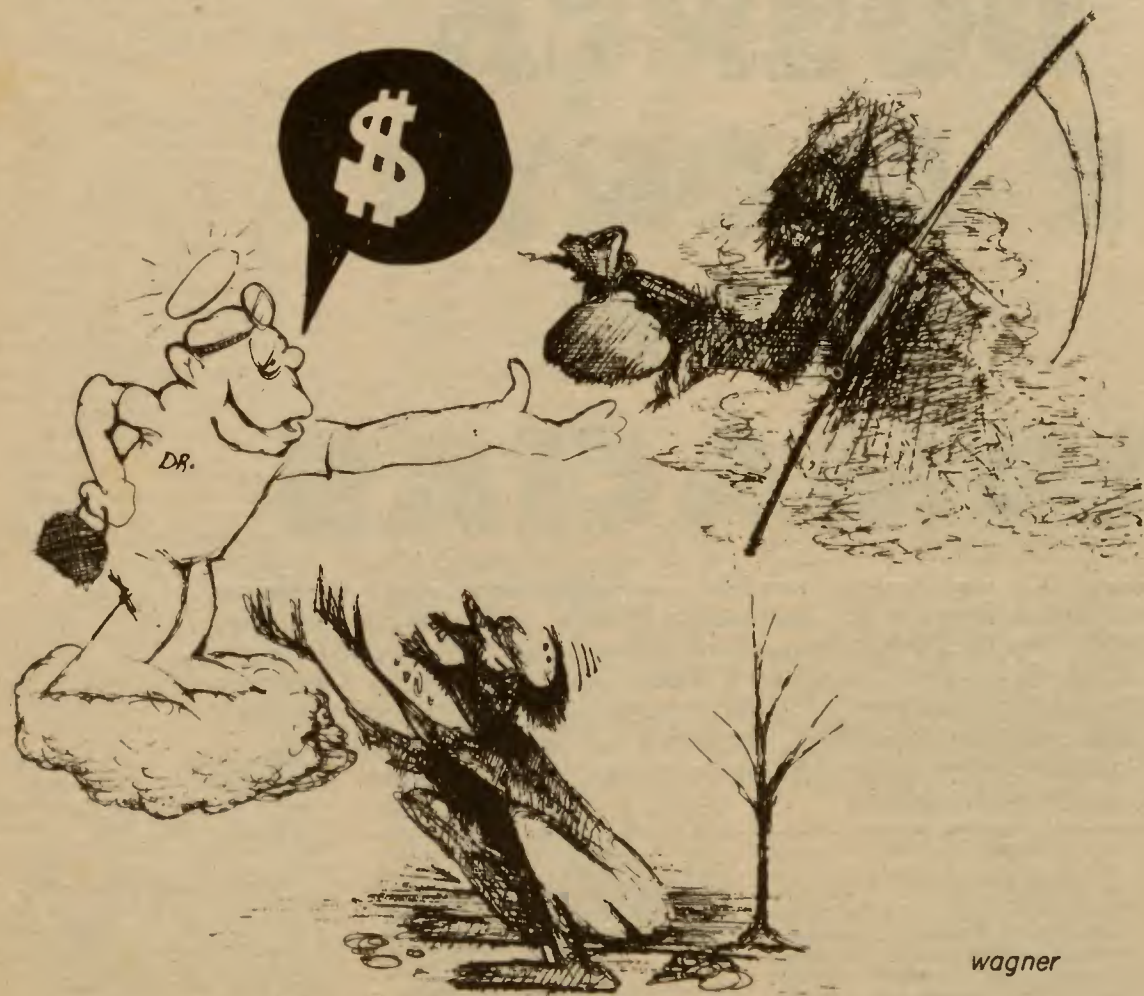
ARMÁRIOS EMBUTIDOS - COZINHAS - MÓVEIS
DIVISÓRIAS - INSTALAÇÕES ESPECIAIS

Ind. e Com. de Armários Emb. e Moveis Ltda. - R. Constancio Alves, 2 - Saúde - Tel. 3-1990



SANTA





ENQUANTO A MORTE NÃO VEM

Quando o INPS encampou a Rede Hospitalar Conceição, a população gaúcha respirou aliviada: os doentes já não mais morreriam pelos corredores, à espera de uma vaga, sempre inexistente quando se tratava de "doente do INPS". A nova administração prometeu melhoras substanciais, e a população aplaudiu. Melhorou?

Os fatos mostram que não. A "falta de vagas" é uma alegação crônica. Seria injustiça dizer que essa alegação é prerrogativa dos hospitais da ex-Rede Conceição. Não é. É um fenômeno comum a todos os hospitais. E não apenas à "falta de vagas" - que estranhamente ocorre com menor incidência em "doentes particulares" - como o mau atendimento e as constantes - e, quase sempre, bem fundamentadas - queixas contra a comercialização da medicina.

Minha opinião é de que a medicina não pode fugir ao processo capitalista geral. O doente é, antes de tudo, a fonte de lucro. O sentimento humanitarista - quando existe - vem depois. Para transformar esse quadro cruel, esse ambiente de pesadelo que o enfermo recebe e

enfrenta sempre que atravessa os umbrais do hospital, seria necessária a socialização da medicina. Mas, pergunta-se, pode-se socializar determinado ramo de atividade inserido no processo geral capitalista? Não.

Pode-se, contudo, impor medidas restritivas para coibir - coibir, já que é impossível ao sistema eliminar - o abuso dentro de um ramo tão importante quanto à saúde pública. Para que, ao menos, se evitem casos dolorosos como o da criança que morreu literalmente torrada nas estufas do berçário do Hospital Nossa Senhora da Pompéia, em Caxias do Sul. De quem é a culpa, num caso desses? A administração do hospital tentou inculpar uma atendente - despreparada, cujo exíguo salário obrigava-a a aceitar a imposição de trabalhar além

das horas normais e em diversos setores simultaneamente. Está claro que, num caso desses, a atendente seria a menos responsável; a maior responsabilidade caberia à própria administração.

Fui procurado há dois dias atrás por um pai inconsolável. Entregou-me ele um documento - uma denúncia pública, com firma reconhecida em cartório, que os jornais de Porto Alegre haviam se recusado a publicar. Pediu-me que o publicasse em Crítica. Abaixo, transcrevo o documento na íntegra.

O documento

"Porto Alegre, julho de 1975 - As autoridades constituídas, civis e militares, parlamentares e patricios em geral - Denúncia Pública:

"A 17 de maio deste ano de um mil novecentos e setenta e cinco, na cidade de Porto Alegre, falecia, no Hospital Psiquiátrico São Pedro, órgão da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, o jovem Dorival Ignácio Cavalheiro. No livro "C" 91, de Assentamento de Óbitos do Cartório da Segunda Zona de Porto Alegre, às folhas quatorze verso a quinze (14 vs a 15), encontra-se o termo nº 91.733, do seguinte teor: - Aos dezoito dias do mês de maio de 1975, nesta cidade de Porto Alegre, ao cartório de Registro Civil da Segunda Zona, compareceu o sr. José Constantino Silveira Cavalheiro, industrial, residente à av. Beira Lago 190, Vila Santa Isabel, município de Viamão, neste Estado, e, exibindo uma declaração de óbito, firmada pelo médico doutor Jean Franco Cardi, declarou que ontem, às 18 horas, no Hospital São Pedro, nesta capital, faleceu de insuficiência cardíaca aguda, desnutrição/alcoolismo crônico, Dorivaldo Ignácio Cavalheiro, com vinte e um anos de idade, sexo masculino, cor branca, serralheiro, solteiro, natural deste Estado, domiciliado e residente nesta capital, filho legítimo do declarante e sua esposa, dona Maria Ignácio Cavalheiro, dona-de-casa, ambos naturais deste Estado, aqui residentes. O finado não deixou bens nem testamento. O sepultamento será feito no cemitério de Viamão. Do que, para constar, eu, Maria Marlene Francisco Mello, oficial ajudante, lavrei este termo que, lido e achado conforme, subscrevo e assino com o declarante. Maria Marlene Francisco Mello, José Constantino Silveira Cavalheiro. Assento e certidão Cr\$ 8,50."

"A 10/4/75, os pais de Dorivaldo Ignácio Cavalheiro procuraram interná-lo no Hospital Psiquiátrico São Pedro, para tratamento antialcoolismo. O psiquiatra de plantão negou a baixa, sob a alegação de que "bêbado não tem direito a hospital", "Generosamente", entretanto, aconselhou o tratamento domiciliar, o qual foi rigorosamente cumprido, com resultados aparentemente satisfatórios.

"Porém, a 15/5/75, Dorivaldo entrava em estado de coma. Como era natural, os pais do paciente levaram-no imediatamente ao Hospital São Pedro; por coincidência, o mesmo psiquiatra que o atendera da primeira vez foi quem o recebeu nesta segunda ocasião. Relatou em prestar atendimento, somente acedendo em fazê-lo ante às súplicas dos pais desesperados."

"Depois da resposta negativa destes, sobre se o paciente fizesse uso de bebidas alcoólicas ou maconha, autorizou a baixa determinando exame clínico, após o qual obtiveram os pais a informação de que "o caso é tão simples que dentro de dois ou três dias o rapaz estará curado". Dispondo-se os pais ao pagamento de qualquer despesa, foram informados de que ali, no Hospital São Pedro, todos os casos eram atendidos gratuitamente."

"Cumpridas as formalidades de admissão, o paciente foi entregue aos cuidados do enfermeiro de plantão, sr. Pedro, tendo este avisado que o horário de visitas era a partir de nove horas, diariamente. No dia seguinte, 16/5/75, o pai procurou ver o doente, sendo impedido sob o pretexto de que o mesmo "encontrava-se na sala de recuperação"; tendo voltado à tarde e

à noite, o pai recebeu, nessas ocasiões, a informação de que "o doente está passando bem".

"No dia seguinte, 17/5/75, tendo a mãe procurado notícias do filho, não as obteve, simplesmente porque, ninguém, no Hospital São Pedro, sabia informar do seu paradeiro; desesperada, e por mero acaso, obteve a colaboração de uma estagiária que, mediante a descrição física de Dorivaldo, informou que o rapaz fora encontrado, às sete horas da manhã deste mesmo dia, por ela, a estagiária, caído e inconsciente entre duas camas do pavilhão 108 e que, por sua iniciativa, fora transferido para a enfermaria."

"A partir dessa informação, a mãe foi encontrar Dorivaldo, ainda em estado de coma e sem que lhe tivesse sido ministrado qualquer medicamento. A mãe do paciente tentou sensibilizar os responsáveis, sem conseguir."

Peregrinação para a morte

"Saindo do Hospital São Pedro" - continua o documento - "a mãe de Dorivaldo foi ao encontro do marido, em seu local de trabalho, relatando-lhe a gravidade da situação e concluindo ambos pela imediata remoção do paciente para outro hospital".

"Recorreram à Santa Casa de Misericórdia: não havia vaga. Após várias horas de espera na fila de atendimento, embora se tratasse de um caso de extrema urgência, não houve atendimento."

"Saindo da Santa Casa, às 10 horas, os pais de Dorivaldo procuraram a Clínica Pinel, onde preencheram os formulários necessários ao internamento; feito isto, veio a informação de que não havia vaga. Entretanto, por interferência do próprio funcionário que os atendeu, o médico responsável propôs que a transferência fosse feita, porém sem que a Clínica Pinel se responsabilizasse pelo caso, mediante caução de Cr\$ 3.000,00 e diária de Cr\$ 100,00 fora o tratamento, em segunda classe."

"Como não houvesse garantia de vaga e a clínica se recusasse a assumir responsabilidades, os pais procuraram outro hospital. Chegando ao Hospital Espirita, foram informados de que ali só haveria vaga no dia 2 (dois) de junho (era 17 de maio). Recomendaram-lhes, entretanto, que, se procurassem o diretor, no segundo andar, poderiam conseguir o internamento pago."

"Na ausência do referido diretor, atendeu uma enfermeira, informando que este voltaria dentro de duas horas; ao saber que o paciente não era contribuinte do INPS mas que seus pais o eram, a enfermeira adiantou que haveria possibilidade de que Dorivaldo fosse internado e que, neste caso, os papéis poderiam ser feitos até segunda-feira."

"Tendo chegado o diretor, entretanto, informando que, em se tratando de responsabilidade do INPS, não haveria condições de atendimento. Esclareceu, porém, que em caráter particular o internamento seria imediato, em apartamento de luxo, mediante o pagamento de Cr\$ 8.500,00 de caução, mais Cr\$ 800,00 de diária, fora as despesas."

"Ora, diante de tão elevadas cifras, os pais de Dorivaldo desistiram do Hospital Espirita e retornaram ao Hospital São Pe-



dro, onde encontraram o rapaz recebendo aplicação de soro, mas ainda em estado de total inconsciência. Isto ocorreu por volta das 14 horas. Terminado o soro, e como o paciente não reagisse, o pai solicitou a renovação de medicamento, sendo informado de que nova dose não poderia ser aplicada sem ordem do médico, tendo o pai, então, exigido energicamente a presença deste, o qual, todavia, somente apareceria às dezessete horas e quarenta minutos, quando já o paciente agonizava."

"Nessa ocasião, o pai de Dorivaldo propôs a sua remoção para um Pronto Socorro Particular, sendo-lhe negada esta alternativa. Às dez e oito horas, vinha o paciente a falecer."

"Cabe aqui um parêntese, para que se registrem os atos lamentáveis de maus tratamentos imputados aos doentes, presenciados por José Cavalheiro, nas poucas horas em que acompanhou a agonia do filho, na tarde de sábado, 17/5/75."

"Ora, meus patricios" - diz ainda o documento - "os fatos relatados, porque exprimem a verdade nua e crua, e revelam uma realidade pungente, lamentável e vergonhosa a que não podemos fechar os olhos, sob pena de convivência, são muito mais do que simples relato, constituindo-se numa denúncia e num libelo contra o descaso e o desprezo a que se relegam vidas humanas, numa sociedade que se pretende socialmente justa, humana, cristã e democrática. (ass) José Constantino Silveira Cavalheiro - Rua Beira Lago, 190 - Vila Santa Isabel - Viamão, RS - 2º Tabelionato (Cartório Cassal) - Sibelena Campos, 1184 - Loja 2 - Tabelião: Miguel Ivo Cassal - Reconheço a autenticidade da firma de José Constantino Silveira Cavalheiro. Dou fé em testemunho da verdade. Porto Alegre, 16 de Junho de 1975".

Medicina S.A.

Aqui termina o documento. Seria desumano apelar para um sentimentalismo fácil ou criar frases de efeito em cima da dor e do desespero de um casal pobre que assiste à agonia do filho. Impossível, contudo, reprimir a indignação e riscar da memória o quadro imaginado - e não imaginário, porque real, dolorosamente real - dos pais peregrinando, enquanto a morte não vem, tentando salvar o filho, mas esbarrando sempre nas douradas muralhas da Medicina S.A. e obtendo, cada vez mais, a confirmação de que, para transpô-las, uma carteira de INPS não é suficiente. Não é suficiente a condição de trabalhador honrado que vem há anos contribuindo religiosamente. É preciso mais. É preciso dinheiro, de que não dispunham, para queimar como incenso no altar dos mercadores da saúde pública.

Em um sistema verdadeiramente preocupado com a saúde e a segurança social de todos os seus cidadãos - e não apenas com a da elite de possuidores - não haveria lugar nem mesmo para um médico - um psiquiatra - capaz de afirmar, como qualquer policial primário o faria, de que "bebado não tem direito a hospital". Sem mesmo atentar para os fatores eminentemente sociais que devem ter impellido esse jovem à prematura desgraça, e à morte prematura - repetindo Moacyr Félix - "numa que se diz civilização, incapaz de salvar uma criança."

JORGE FISCHER NUNES

REMÉDIOS

DOENÇA E MORTE NAS FARMÁCIAS

Proibidos nos países desenvolvidos ou denunciados como nocivos à saúde, alguns podendo até matar instantaneamente, centenas de remédios continuam sendo vendidos indiscriminadamente no Brasil. Um estudo divulgado recentemente pelo jornal New York Times, revelou que as empresas multinacionais vendem medicamentos "duvidosos" na América Latina e citou vários remédios que são vendidos, inclusive, no Brasil. Por exemplo, o Commel, o Raudixin, entre outros. Saiba como um "bom remédio" pode lhe fazer mal. Ou até mesmo matá-lo.

Há cerca de cinco anos, um folheto do laboratório multinacional Sterling-Winthrop, com sede nos Estados Unidos, anunciava o lançamento no Brasil do "mais poderoso e mais eficaz esquistossomicida" já obtido - o Etrenol. Em janeiro deste ano, cinco anos depois, o Guia Farmacêutico já não trazia o nome do Etrenol, orgulhosamente apresentado pela Winthrop como a cura total e definitiva da esquistossomose, fato que indica a retirada sigilosa do produto do mercado.

Nenhuma advertência, entretanto, foi feita ao público, aos médicos ou aos farmacêuticos de que o Etrenol deixaria de ser fabricado, enquanto continuavam sendo vendidos os estoques que restavam nas prateleiras. Nem uma palavra sobre os motivos da suspensão, pois isso poderia comprometer a imagem do laboratório fabricante, muito embora mais de meio milhão de brasilei-

ros tenham sido injetados com Etrenol até hoje.

As consequências da utilização desse medicamento na utilização não foram levantadas, mas sabe-se que o Etrenol jamais foi aprovado para comercialização nos Estados Unidos e que pode induzir à formação de câncer, a mutações genéticas ou até mesmo matar. Quando o medicamento chegou ao Brasil, em 1969, ainda não havia sido aprovado para comercialização em nenhum país do mundo, devido ao desconhecimento dos riscos que poderiam advir da utilização do hycanthone, substância básica do Etrenol.

Fabricado sob licença provisória na Inglaterra, apenas para exportação, já naquele país não existe esquistossomose, o Etrenol foi adquirido, inicialmente, pelo governo do Estado de São Paulo - o primeiro lote foi de 55 mil unidades, em março de 1969 - e amplamente utili-

zado na erradicação maciça da esquistossomose. Sua retirada do mercado, entretanto, não se deveu às denúncias envolvendo os efeitos colaterais do hycanthone, mas sim ao lançamento da Oxaminique, pelo laboratório também multinacional Pfizer Corporation, a preços muito abaixo dos do Etrenol, que tornaram este produto não competitivo.

Esse episódio, que não constitui um fato isolado, pode bem ilustrar a facilidade - ou a impunidade - com que os grandes laboratórios estrangeiros trazem para o Brasil medicamentos comprovadamente nocivos à saúde ou até mesmo perigosos. Muitos deles, proibidos nos países desenvolvidos, continuam sendo vendidos nas nossas farmácias, sem qualquer restrição, ao povo totalmente desinformado.

É o caso, por exemplo, do cloranfenicol, um antibiótico praticamente proibido nos Estados Unidos e que

continua sendo vendido em toda a América Latina e, inclusive, no Brasil, sob o nome de cloromicetina. Extremamente tóxico e recomendado apenas para febre tifóide, o laboratório Parke Davis conseguia vender, anualmente, em 1969, cerca de quatro milhões de doses, muito embora apenas 140 casos dessa febre houvessem se registrado em todo país.

Em consequência, a Food and Drug Administration (Centro de Controle de Alimentos e Remédios dos Estados Unidos) resolveu restringir drasticamente as vendas da droga e, impressionada com o volume das vendas na América Latina, chegou a enviar uma circular a todos os governos do continente, alertando para os perigos de seu uso indiscriminado, apesar do que continuam sendo vendidos em grande escala, recomendando seu fabricante até mesmo seu uso para os resfriados de crianças.

Conteúdo 150 ml

Medicamento para uso externo

Venda sob prescrição médica

Fabricado por
THE SYDNEY ROSS CO.
C. G. C. 33.040.171/002
Av Brasil, 22.155 - RIO - 68
Farm. Resp. J. A. Coutinho
CRF-7 - Carteira 274
Lic. S.N.F.M.F. 693/1958
INDÚSTRIA BRASILEIRA

2038-91-5

FÓRMULA - Entusofon - 50 g; Hexaclorofeno 3 g; Emulsão neutra q.s. para obter 100 cm³.
MODO DE USAR - Colocar algumas gotas sobre as mãos, ou sobre a superfície epidérmica umedecida, distendê-las com pequeno volume de água e friccionar até formação de espuma. Enxaguar.

FisoHex

(pHisoHex)

Antisséptico
Emoliente
Detergente

Hipoalergênico,
não queratolítico

pH idêntico ao
pH da pele normal

Para higiene
e limpeza da pele

ATENÇÃO - Contém Hexaclorofeno. Exclusivamente para uso cutâneo como bacteriostático.
PRECAUÇÕES - Após o uso enxague completamente. Não deve ser usado em condições patológicas que possibilitem maior absorção, a não ser sob orientação do médico as-

Fixações: o hexaclorofeno é uma ameaça constante à saúde do brasileiro

CRÍTICA 25/8 a 1/9 de 1975

Só nos Estados Unidos, a FDA determinou a retirada de 90 antibióticos diferentes, apesar do que esses produtos continuam sendo exportados para o resto do mundo ou mesmo fabricado nas subsidiárias das indústrias americanas, de modo a compensar os prejuízos provocados pelas proibições da FDA.

(Só o antibiótico Panalba, fabricado pela Upjohn e retirado do mercado, rendeu ao laboratório, nos 13 anos em que foi produzido, 50 milhões de dólares, significando 12% de suas rendas internas. Em 1972, quando se divulgaram relatórios alertando sobre o perigo dos anti-concepcionais, as ações da Searle — responsável por um terço da produção de pílulas — caíram 50%, motivo pelo qual grandes laboratórios decidiram reinvestir na promoção de seus medicamentos juntos aos médicos, o que gerou um aumento de aproximadamente 25% nos remédios, dentro dos Estados Unidos.)

Ainda nos Estados Unidos, desencadeou-se, há cerca de dois anos, uma campanha contra os antiácidos como o Alka-Seltzer e similares, amplamente utilizados pela população e vendidos sem receita médica. A propaganda do Alka-Seltzer, por exemplo, o recomenda para "distúrbios gástricos, azia e má digestão, nas dores moderadas, tais como as de cabeça, dentes, ouvidos, garganta — e nas febres da gripe e do resfriado comum".

Foi essa mistura mirabolante de combinações químicas que levou a FDA a exigir, a partir de 1973, modificações na bula desse medicamento — assim como nas do Gelusil, Mylanta, Kolantyl todos similares — além de: a) limitações quanto à sua indicação; b) novos esclarecimentos sobre os perigos da sua utilização; c) modificações nas fórmulas, para eliminar substâncias consideradas desnecessárias ou nocivas e d) teste indicativo para provar sua eficácia.

As normas da FDA condenam as combinações de antiácidos e outros ingredientes, argumentando que a maioria das misturas provoca irritações, assim como as combinações de antiácidos com analgésicos, laxativos, sedativos, antiespasmódicos e tranquilizantes. O Alka-Seltzer, por exemplo, contém antiácidos e aspirina, o que forma uma combinação contraditória quanto à sua indicação médica. As pessoas que sofrem de úlcera estomacal devem evitar a aspirina, que irrita a região gastro-intestinal, mas o rótulo do Alka-Seltzer o indica contra a acidez gástrica. Assim como o Sonrisal, Sal de Andrews e o Sal de Fruta Eno, no Brasil.

Perigo continua

Ainda em 1972, quando o Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia — SNFMF —, apoiado num parecer da Comissão de Biofarmácia, estabeleceu normas para o uso do Hexaclorofeno, a medida foi aplaudida por todos os setores da população, menos pelos diretores e executivos dos grandes laboratórios estrangeiros.

A portaria de SNFMF visava a restringir a utilização indiscriminada do hexaclorofeno, uma substância química encontrada em talcos, sabonetes, shampoos, loções para barba e também utilizada como fungicida em produtos de limpeza doméstica. Sua divulgação seguiu-se à divulgação de análises realizadas pelo FDA, dos Estados Unidos, que colocaram em dúvida a eficácia do hexaclorofeno em muitas de suas finalidades e, ainda pior indicava riscos tais como danos no cérebro, através da infiltração no sangue.

Para comprovar a periculosidade do hexaclorofeno, poucos meses depois, em agosto desse mesmo ano, jornais de todo o mundo divulgavam a notícia sobre uma tragédia ocorrida na França: em Paris e Ardennes, 20 recém-nascidos morreram, segundo o ministério da saúde da França, devido ao excesso de hexaclorofeno de determinado talco. E os sintomas apresentados pelas crianças que morreram coincidiam: irritações na pele, disenteria, distúrbios nervosos e, em seguida, coma mortal.

Por esses sintomas, outros pais identificariam a causa de outras mortes e rapidamente o número de mortes por esse motivo foi estimado

em 100, em toda a França. A fábrica, que também produz detergentes, desculpou-se alegando que a adição da substância ao talco infantil havia sido um acidente, e o talco foi imediatamente apreendido e adotadas medidas rigorosas para controlar o uso do hexaclorofeno em toda a França.

No Brasil, entretanto, mesmo regulado o uso do hexaclorofeno, sua utilização continua um mistério. O nome hexaclorofeno sumiu da propaganda e da embalagem de alguns produtos como dentífricos e cremes de barbear, mas não há nenhuma garantia de que ele tenha sido retirado das fórmulas desses produtos. No caso do creme dental Signal, fabricado pela Gessy-Lever, antes o fabricante anunciava que sua maior qualidade era conter "hexaclorofeno nas listras vermelhas". Com a portaria do SNFMF, o "hexaclorofeno" desapareceu para dar lugar ao misterioso S-14, que ninguém sabe se é uma substância nova ou o mesmo hexaclorofeno mascarado.

O creme dental infantil Plá, fabricado pela Humboldt Cosméticos, antes trazia em sua embalagem: "contém hexaclorofeno e produz farta espuma anticárie". Com a portaria, o Plá colou um selo em cima dessa parte da embalagem, escondendo o nome hexaclorofeno, onde se lê: "importante — Plá é o único creme dental infantil que existe nos sabores limão, hortelã e tutti-frutti".

O creme de barbear Gol, fabricado pela Gillette do Brasil, anunciava, antes da portaria, o K-34 como antisséptico facial para ajudar a combater as bactérias prejudiciais à pele. O K-34 é a marca registrada pela Gillette para o hexaclorofeno. Agora, o K-34 saiu da embalagem. Terá saído também da fórmula?

Segundo o jornal O Estado de São Paulo, em reportagem publicada na época, existem no Brasil cerca de 300 produtos à venda contendo hexaclorofeno, como é o caso do Fiso-hex, antisséptico líquido fabricado pela Sidney Roos do Brasil. O Fiso-hex é muito utilizado na higiene pessoal de crianças e adultos, em micoses, frieiras, etc. e em sua bula lê-se claramente "hexaclorofeno 3 g", apesar do que é vendido nas farmácias sem nenhuma exigência.

A portaria do SNFMF proibiu o hexaclorofeno em pós, pastas, líquidos para uso bucal e outras mucosas, além de determinar que "os produtos cosméticos, de higiene e tocador deverão trazer em seus impressos os seguintes dizeres: "Atenção: contém hexaclorofeno", "cuidado: a observação, ainda, de que se leia na embalagem: "Após o uso enxague completamente. Não deve ser utilizado em condições patológicas que possibilitem maior absorção, a não ser sob orientação de médico assistente".

A ameaça nas vitaminas

Também os complexos vitamínicos foram regulados nos Estados Unidos, não se podendo dizer o mesmo quanto ao Brasil. A Foods and Drugs Administration determinou, em 1973, que os laboratórios reduzissem as quantidades de vitamina A e D de seus produtos, depois que estudos da FDA comprovaram que doses exageradas dessas vitaminas podem provocar sérios danos à saúde, como irritação, crescimento do fígado, baço e até mesmo lesões na estrutura óssea e outras complicações.

Os estudos da FDA denunciaram a existência, nos complexos, de quantidades até dez vezes maior do que a dose diária de vitamina A recomendada e de até 60 vezes, no caso da vitamina D, e propôs uma dosagem internacional de 1.000 unidades para a vitamina A e 400 unidades para a vitamina D, enquanto a Academia Nacional de Ciências estipulou um limite recomendável de 5.000 unidades de vitamina A e 400 unidades de vitamina D.

No Brasil, entretanto, a maioria dos complexos vitamínicos produzidos pelos laboratórios estrangeiros contém doses, para cada drácea, de 25 mil unidades de vitamina A e 1.000 unidades da D, enquanto os complexos fabricados pelos laboratórios nacionais já se situam dentro das recomendações, como é o caso do Combinovita, complexo produzi-

do pelo laboratório Sedabel, que contém 5.000 unidades de vitamina A e 200 unidades de vitamina D.

Mas, a coisa não pára af. Remédios aparentemente inofensivos como a Novalgina, um analgésico de resistência a ser utilizado somente numa segunda instância — em caso de resistência à aspirina — e que vendido sem nenhuma restrição, são usados indiscriminadamente para qualquer dor de dente. A Novalgina, contém dipirona, uma substância que se usada em quantidade pode causar agranulocitose (destruição das defesas do organismo) e até mesmo matar.

A crescente utilização das embalagens do tipo aerosol constituem um outro problema, não sendo tão inofensivos quanto aparentam. Nos Estados Unidos, a comissão de segurança dos produtos de consumo proibiu, em agosto de 1973, "em função da possibilidade de danos genéticos", a venda de três produtos adesivos (colas plásticas) vendidas sob a forma de aerosol, depois que 30 mortes súbitas de jovens americanos, em 1971, foram atribuídas ao uso (abusivo) por inalação, de aerosol.

Na Grã-Bretanha, outro jovem morreu, em 1973, depois de ter inalado um desodorante apresentado nesta forma. Também em Paris, no hospital Fernand-Vidal, as bombas aerosol tornaram-se uma preocupação. Em entrevista publicada no jornal Le Monde, o professor Gervais, daquele hospital, explicava como o aerosol poderia ser perigoso:

"Um banheiro pode ter uma superfície de menos de três ou quatro metros quadrados, sem ventilação (...) Num volume de ar assim tão restrito, os gases inertes emanados das bombas aerosol ocupam um espaço normalmente reservado ao oxigênio, o qual, deve-se lembrar, representa apenas um quinto do ar que respiramos. Em consequência, o gás inerte entra em concorrência, num espaço restrito, com o gás vital. Por outro lado, se este fenômeno puramente físico se acrescenta na atmosfera confinada a poluição pelo ingrediente contido na bomba, que não pode se dispersar facilmente e permanece concentrado no ar inspirado, em doses que podem causar irritações ou mesmo uma sufocação".

Mais recentemente, novas denúncias nos Estados Unidos envolviam outros remédios, a maioria dos quais é vendida no Brasil sem nenhuma restrição. O jornal New York Times, em sua edição do último dia 18, publicou um estudo revelando que as empresas multinacionais vendem medicamentos "duvidosos" na América Latina, "subestimando os perigos e exagerando as virtudes curativas dos produtos farmacêuticos". Um produto à base de hormônio — o winstrol, por exemplo — é vendido facilmente na América Latina como um estimulante do apetite para as crianças, enquanto nos Estados Unidos é considerado um medicamento tóxico que deve ser usado de forma estrita. O mesmo acontece com a pílula anticoncepcional Ovulen, que é vendida na Colômbia sem nenhuma advertência, enquanto nos Estados Unidos os consumidores são alertados contra possíveis riscos que ela provoca.

Ainda segundo o estudo, o Comel, que pode provocar enfermidades no sangue, é distribuído no Brasil como calmante para todo tipo de dores. O Raudixin, que também se vende no Brasil como "medicamento ideal" para reduzir a tensão e a ansiedade, às vezes provoca depressões, como se constatou nos Estados Unidos.

Disso tudo, o que se pode concluir é que há uma total irresponsabilidade da parte dos laboratórios estrangeiros no que se refere à saúde pública. Os motivos, entretanto, podem estar na explicação dada, em 1972, por um porta-voz do laboratório Parke-Davis, sobre as proibições dos antibióticos nos Estados Unidos.

"A companhia segue as leis de cada país em que atua".

Ou seja, se não houver leis que protejam o consumidor, ele que se dane.

SÉRGIO MACEDO



IMPORTA COMPRA VENDE TROCA FINANCIA

AGÊNCIA NOVA ATLÂNTICA AUTOMÓVEIS LTDA

Av. Atlântica, 1588-Loja
Copacabana Rio

Telefones 255-2729
257-4972

BRAGA'S

cabeleireiro para homens
Ponha sua cabeça no lugar certo



Depois que o homem descobriu a importância do cabelo (que já virou até tema de peça de sucesso — Hair) todos levaram a embalagem do cérebro ao lugar adequado. Braga's onde sua cabeça recebe o melhor tratamento.

Av. Rio Branco 156 — S/loja 240 e 246 — Ed. Av. Central
Telefone 231-0490 — Rio de Janeiro — RJ

EX-13

UM NÚMERO DE SORTE

1: a distensão, segundo Ademir da Guia/ 2: poeta do MDB verseja sobre o caso Moreno/ 3: mendigos de vestido e rabo de cavalo pedem uma esmolinha pelo amor de Krishna/ 4: vinte anos sem Carmen Miranda/ 5 e 6: a capoeira mental de Mestre Pastinha/ 7: borboleta é o 13 pela federal/ 8, 9 e 10: presa no chiqueiro pelo irmão: quem matou Cristo foi um insatisfeito sexual, segundo Reich/ 11 e 12: Adolf Hitler galã de fotonovela; mulher precisa assoviar pra homem na rua/ e 13: um repórter brasileiro em Cuba: o socialismo tropical!

NAS BANCAS

O DRAMA DO ATOR NEGRO

Ator no Brasil é uma façanha que exige muito preparo físico... e mental. E chega a ser heróica até, essa façanha, no caso do ator negro. Pois esta é uma dolorosa mas cruel verdade, e um absurdo, num país de sangue negro: o ator negro ainda é descaradamente discriminado no Brasil Conta-se nos dedos os que tiveram ou têm a ventura de ser bem sucedidos. Crítica foi ouvir um deles - Milton Gonçalves, doublê de diretor - e de sua voz ouvir o que ele tem a contar.

Ser ator no Brasil é bem difícil. Profissão que não é profissão, subemprego para muitos. Regulamentação das horas de trabalho, registro profissional, equiparação salarial, contratos que tenham um prazo mínimo; estas são algumas das reivindicações da classe, que conta, além disso, com a maior das dificuldades: a falta de consciência e união entre seus membros.

Sem muitas opções - o rádio perdeu seu lugar como mercado de trabalho para a televisão, o teatro continua a ser privilégio de uns poucos atores-empresários, os profissionais só têm um caminho: a televisão, que investe maciçamente na produção de novelas. Só a TV Globo do Rio possui elenco suficiente para gravar cinco novelas ao mesmo tempo. A Tupi, que tem seus estúdios em São Paulo, também mantém sob contrato número suficiente para três elencos. Essa absorção seria uma abertura satisfatória, em termos de mercado de trabalho para o ator brasileiro.

No entanto, a televisão se transformou numa máquina que fabrica astros e estrelas e com eles manobra como melhor lhe convier. Assim, temos atores tornados estáveis por longos contratos (até cinco anos, fixo, recebendo, estando ou não atuando) e com régios ordenados, ao lado de um número muito maior deles que trabalham em regime de insegurança, recebendo três salários-mínimos e sem saber se vão ter trabalho no final do mês. O ator se submete por medo de ficar sem trabalho, a toda sorte de arbitrariedades. O temor de ser chamado pela direção da emissora para se retratar de declarações que contrariam o interesse da empresa - como aconteceu recentemente com o ator Jorge Chequer, da TV Globo, suspenso por uma semana por declarações que fez à revista Realidade - trava-lhes a língua e lhes amordaça a boca: pouco são os que têm coragem de falar, veneno represálias. Esta é uma pálida configuração da situação profissional do ator.

Uma exceção

A todas essas dificuldades que a profissão traz, existem atores que somam mais uma, que aparece como o entrave mais grave: a cor da pele. As exceções são muito raras - e por isto mesmo exceção - e entre elas está Milton Gonçalves, negro que assume sua negritude, 41 anos de idade ("a idade do mundo, aquela que se conta em vivência, não em anos de vida"), 20 anos de profissão, muito trabalho, luta desigual para chegar onde está: fez figuração,

coadjuvante, pontas, teatro amador, teatro profissional, o aprendizado se fazendo na escola da prática, da vida.

Vitorioso na televisão - papéis de destaque em "Irmãos Coragem", "O Homem Que Deve Morrer", "O Bem Amado" e "O Espigão" - nos três



Milton Gonçalves: o malandro carioca de «O Espigão», novela de Dias Gomes.

últimos já aparecendo também como diretor. No teatro - "A Mandrágora", "Arena Conta Zumbi", "Revolução na América do Sul", "Gente Como a Gente". Premiado no cinema - "Macunaima", "Procura-se Uma Rosa" e "A Rainha Diaba", que lhe deu a Coruja de Ouro como melhor ator e o prêmio de melhor ator do Festival de Cinema de Brasília. Acima de tudo, homem consciente de seus valores, herança de uma raça que se estravasa nas suas atitudes, na sua luta.

MG - Não me sinto bem na pele de exceção, de ser um dos poucos atores negros que venceram no meio artístico. Ao mesmo tempo, não quero afirmar que estou descontente com minha carreira, que me trouxe algum triunfo importante. Sem ser racista e com preconceito de cor, ao contrário, quero é ter mais e mais negros como eu ao meu lado, ocupando posições de destaque que por sua capacidade teriam, mas que sua cor de pele não permite.

Fiz algumas concessões, me adaptei aos conceitos que apregoam uma separação entre os valores tidos como ideais - a beleza é um conceito subordinado aos padrões brancos, como a maneira de vestir ou mesmo de se comportar. Nunca tive que esticar o cabelo para ficar mais parecido com o cabelo liso, o único bonito. Mas não aprendi a tocar pandeiro, porque "era coisa de preto" e outras coisas de preto, que nada mais eram que a negação de uma consciência coletiva, que explodiu em mim um dia, quando senti na carne o problema.

Me assumi, como negro, defendendo minha etnia que não é só minha, é de todo este Brasil crioulo,

mulato, cafuso, mestiço, que não se pode negar. Minha luta como profissional é pela união da classe, pela consciência que nos falta. Como homem, é pela integração do negro, como brasileiro, como ser social participante, com todas as oportunidades que seus irmãos brancos. Branco para mim é tudo aquilo que cheira a reacionarismo, a apego a modelos ultrapassados de uma estratificação social e econômica. Somos um povo dinâmico, atuante, lutamos pela mesma causa: então, vamos lutar juntos.

Imposição social

MG - O negro entrou no Brasil como escravo, não como o imigrante que deveria ser. Esta condição lhe tirou todos os direitos e se reflete hoje na posição subalterna que se ocupa. Resquício da escravidão, o negro é lembrado como o serviçal, o que fica com as funções sociais consideradas inferiores. Isto se reflete no trabalho do profissional na medida em que os autores teatrais, escritores, dramaturgos, escrevem papéis só para os negros; geralmente, é o criado da família rica, o companheiro de brinquedo do ator principal, o engraxate, o pescador. Precisa-se de um figurante ou de um ator para um personagem humilde, convida-se um ator negro. O estereótipo que se criou, ditado por condições econômicas vigentes ainda hoje, não permitem que o ator negro interprete personagens com características "de branco".

Outro fator a ser observado, é que ao negro foi negado manter seus traços culturais próprios. Indo mais uma vez, às origens históricas do problema, se verá que para aqui vieram negros de várias regiões do continente africano, portadores de diferentes formações culturais. Na época em que o Brasil foi descoberto e os nativos brasileiros viviam do extrativismo vegetal e animal, existe na África a civilização do Bronze ou do Benin, povo adiantado que industrializava o bronze, tinha escrita, arte e conhecimento rudimentar de algumas ciências. Muitos dos negros que foram escravos aqui, sabiam ler e escrever na sua língua. Esses valores foram perdidos através da imposição de uma civilização mais forte e repressiva, embora tenham influenciado na formação de uma cultura própria brasileira.

Com base nisto, é que acredito na busca de uma verdadeira dramaturgia nacional que leve isso em conta. Na sociedade brasileira, o negro não é o submisso, o que recebe tudo. Ao contrário, ele se faz presente na música, nas danças, nos costumes, na cozinha, em tudo o que há de mais representativo para uma nação como expressão cultural própria. E precisa ser considerado assim. Nós somos um país de mestiços. Se as condições sociais do momento é que determinam a marginalização do negro e dos mestiços, é sinal que existe um problema a ser analisado com maior profundidade, porque já não se prende a uma minoria segregada, mas reflete a situação econômica e as condições de vida da maioria do povo brasileiro, que estão aquém do mínimo considerado desejável.

Uma mudança ou uma evolução se tornam necessários, quando se observa que a maioria esmagadora da população pertence à classe pobre. Existe uma estratificação social onde o rico é rico e o pobre é pobre.

O pior é quando, além de pobre, é preto. E de uma certa forma, ignorância se confunde com tez: todo preto tem que ser ignorante. E quando deixa de ser, é visto como um preto que quer ser branco. O que ofende as pessoas é quando um protegido começa a rejeitar a paternização, não é admissível para muitos deixar de exercer sua função caritativa de ajudar o pobre do negro.

Desmentindo o ditado de que no Brasil não existe preconceito porque o negro sabe o seu lugar, o negro está querendo saber qual é o seu lugar, em todas as manifestações e em todos os escalões, porque já é tempo de termos, da mesma forma



que a laboriosa colônia japonesa, um Ministro nitidamente de ascendência negra, para mostrar mais uma vez que os preconceitos não têm lugar e que o negro tem oportunidade de ascensão social.

O que se nota atualmente é uma tomada de consciência do negro no mundo inteiro. Causas econômicas, políticas, provocam esta mudança. A descolonização da África, a unidade africana, a luta de seus povos pela autogestão. Tudo isto provoca uma nova visão do negro, como raça, como etnia e como uma revisão dos valores a ele atribuídos. E injetam seiva nova na luta do cidadão comum negro para ser um cidadão comum, independente da cor.

Caminho difícil

Batalhador da igualdade social, com oportunidades para todos, Milton Gonçalves frisa que não quer a separação entre brancos e negros, nem acredita na superioridade de uma raça sobre a outra. "O negro não é inteligente porque é negro, tem muito negro burro e vice-versa". O que deve existir, na sua opinião, é o direito de opção para o negro, a escolha de seus caminhos. E se escolhe a profissão de ator, deve saber de todas as dificuldades em que isto implica.

MG - O ator não tem pouso fixo, fica vagando entre um trabalho e outro. As vezes consegue trabalhar durante seis meses, o que lhe permite sobreviver nos outros em que fica parado. Um ator que hoje tem boa situação, ganha bem e tem bons papéis, pode amanhã estar de novo lá embaixo, não temos estabilidade. Também nos falta a conscientização que a profissão não é um sacerdócio, nem a varinha mágica da fama.

O Ator faz um trabalho, como qualquer operário e deve fazê-lo da maneira mais digna possível. Conheço muitos atores que quando desconhecidos, punham até melancia no pescoço para aparecer e hoje usam óculos escuros, dizem que teatro é a única coisa séria, o resto é bico; porque teatro dá status.

Eu pessoalmente acho que fazer teatro às vezes enche, ficar fazendo todo dia a mesma coisa, dizendo tudo igual. Na televisão, a gente faz uma vez e acabou. Não quero depreciar nem um nem o outro, todos os meios onde o ator possa representar, que é seu trabalho, são válidos, embora o teatro ainda seja a fonte onde o ator vai beber. Agora, a gente tem que ter liberdade para criar, fazer experimentação. O ator não pode ser o ente mágico que de vez em quando sai do seu tuguírio para oferecer entretenimento. Tem que fazer um trabalho ativo, coerente, participante.

No Brasil, não temos uma linha de trabalho, uma temática, fazemos uma coisa aqui, outra acolá, ao acaso, de acordo com a vontade do empresário. Função social, quem há de? A oferta de mão de obra é muita, a qualidade exigida pouca. O empresário vai pelo mais barato, pelo ator que cobra menos por um papel, porque para ele, o importante é conseguir o máximo, com o mínimo de investimento. As peças e as empresas teatrais hoje, vivem de nomes, de atores famosos, principalmente de televisão.

Para tornar ainda pior a situação para o ator, existe a crítica especializada, que disto só tem o nome. Na maior parte das vezes ela é "compromissada", ou seja, envolvida com alguns nomes que se encarrega de promover. Em outras, malha um espetáculo gratuitamente, sem levar em conta o trabalho e o sacrifício com que foi montada uma peça.

Na minha opinião, para se criticar qualquer manifestação cultural, é preciso considerar o contexto político, econômico, social de que a gerou. Não se pode impingir ao povo brasileiro, por exemplo, o espetáculo que foi sucesso na Broadway ou em Paris, porque são duas realidades culturais diferentes."

Milton Gonçalves está no Teatro Nacional de Comédia com a peça "A Farsa da Boa Preguiça", de Ariano Suassuna, ao lado de Maria Pompeu.

VERA RODRIGUES SILVA

FILME EXPERIMENTAL

SUPER 8: A RESPOSTA DO FUTURO

O 3º Superfestival Nacional do Filme Super 8 foi inaugurado quinta-feira, dia 21, no Esporte Clube Sírio de São Paulo e vai até o dia 24, domingo. Uma multidão de cineastas, projetos de cineastas profissionais, amadores etc. estão dando um balanço na técnica barata que está revolucionando o mundo da imagem cinematográfica. Crítica foi ouvir para seus leitores o criador e principal responsável por essa importante mostra, Abrão Berman, diretor da Grife.

Numa rua arborizada de São Paulo, a casa colorida se desdobra em esquina. Se fosse uma loja, poderia se chamar "a pequena loja da rua principal". Mas é escola. Com o letreiro apresentando Gripe - Grupo de Realizadores Independentes de Filmes Experimentais. Lá dentro se aprende a registrar o que o futuro vai precisar saber. Um poder - ainda desacreditado por muitos - que se desenvolve há três anos com alegrias e dificuldades e tenta ganhar seu espaço merecido no mundo das imagens. Estamos falando do cinema super-8.

Tudo começou em 72, quando Abrão dava aulas e sua sócia, Maria Luiza de Alencar, trabalhava em propaganda. Iniciaram a ronda na área do audiovisual mas sentimos que as pessoas não aceitavam a idéia do super-8." Assim mesmo, acharam que poderiam aprofundar a idéia, pesquisar e dar a ela um bom acabamento. Criaram então o 1.º Festival de Super-8, em 73, que nessa época já começava a ser mais aceito e procurado. Oitocentas pessoas compareceram ao Teatro São Pedro, onde os filmes foram projetados. Foi a primeira vez que projetaram numa distância de 25 a 30 metros. Geralmente a distância usada para uma projeção de super-8 é muito pequena, mas com o festival foi possível constatar que a coisa pode ser feita. A essa altura, a Gripe já tinha muitos alunos.

Lugar para todos

AB: Pouco a pouco fomos tomando o lugar do audiovisual. O 1.º Festival representou uma abertura para a aceitação do super-8. O segundo, inclusive, contou com a participação do INC (que no primeiro se omitiu) através de um discurso de seu presidente e da participação, no júri, de Carlos Amara da Fonseca. A promoção conjunta foi feita pela TV Bandeirantes, canal 13, pela primeira vez no Brasil. O resultado disso tudo foi que a TV Cultura me convidou para co-produzir e apresentar um programa semanal, Ação Super-8 dirigido ao público que trabalha e se interessa por super-8.

C: Há alguns anos as pessoas vêm falando sobre super-8 como se fosse uma coisa muito simples e de realização possível para qualquer mão que não treme. Você, no entanto, levou anos pra chegar até ele e dominá-lo. Qual é a sua concepção sobre o super-8?

AB: O super-8 é uma arma. Tentar defini-lo como "cinema



Abrão Berman:
Super-8 é o cinema ao alcance de todos

amador ou audiovisual" é besteira. Super-8 é o cinema desintegrado de qualquer sistema e você pode fazer dele um uso doméstico, pornográfico, de treinamento, pesquisa, venda e tudo que puder ser filmado. O campo é ilimitado. Acredito que

a história do Brasil, no futuro, será contada através do super-8. O Grife tem cadastrados os nomes de dois mil alunos que atualmente estão filmando sem parar.

É comum, por exemplo, encontrar um engenheiro que via-



Regina Duarte:
«A Barreira» de Abrão Berman
realizado em 1966

LILIAN NEWLANDS
(Fotos Abrão Berman)

ja e faz um super-8 sobre folclore, no Recife. O cara que ganhou o segundo prêmio no 2.º Festival é comerciante. Ele fez um filme sobre uma praia de Guarujá e esse filme caracteriza bem as praias paulistas dos anos 70, que serão diferentes nos anos 80 ou 90. A área do super-8 é ilimitada justamente por causa disso. As pessoas captam o mundo e registram sem parar o que está acontecendo. Algumas festas regionais desaparecerão no futuro, mas haverá o registro. E os filmes terão um significado que ninguém pode prever.

C: O super-8 poderá se tornar uma ameaça para o longametrage?

AB: Não, o longa já tem um lugar muito definido. Não há concorrência, tem lugar pra todos. O super-8 vai se restringir a salas pequenas, público restrito, de elite.

C: E na área de indústrias, por exemplo. Não vai haver muito desemprego por causa do super-8? Um filme de cinco minutos mostrando o funcionamento de alguma empresa não poderá vir a ser o substituto de muitos vendedores e representantes?

Aprendizado

AB: Toda evolução técnica provoca abalos e cortes. Quando acabaram os bondes, por exemplo os condutores foram transferidos e aproveitados. Pode haver um aspecto de desumano nessa troca, mas é irreversível porque você para de pensar no produto humano para pensar em produção e evolução.

C: Há muita procura de super-8 na área industrial?

AB: As indústrias tem solicitado os serviços dele, mas há firmas de super-8 que estão queimadas, porque foram montadas sem consciência profissional, sem corresponder às expectativas. Houve descuidos técnicos, imprévistos, falta de pontualidade na entrega.

C: Como foi que você se encontrou definitivamente com o super-8?

AB: É uma história antiga. Comecei com 8mm e durante cinco anos trabalhei descompromissadamente. Abandonei a química industrial e cursei a Escola de Propaganda. Naquela época não havia previsão de super-8, e o 8mm era uma forma de treinar para o 35mm. Em 66 fiz meu último filme em 8mm (A Barreira) com a Regina Duarte, que ganhou prêmio em festivais de curta. Ganhei uma bolsa de cinema e fui passar dois anos em Paris. Quando voltei, quis me lançar profissionalmente em 35mm. Eu não me ligava ainda em super-8, e achava que tudo era apenas uma melhoria do 8mm. Mas não consegui financiamento para minhas idéias. Voltei à propaganda até o dia que uma firma me chamou para promover uma convenção de vendedores em super-8. Passei então, a modificar minha visão sobre as possibilidades do super-8.

C: O super-8 vem muito associado ao aspecto amador. Qual quer um pode ser um realizador de super-8?

AB: O cara que trabalha bem com super-8 é um cineasta, mesmo que não ganhe a vida com isso. Mas além de conhecer a técnica, é preciso o dom, o jeito especial para a coisa. Vai havendo, então, uma solução natural. Um dentista pode ser um excelente pintor, mas nem todos os dentistas são capazes de pintar quadros.

UMA FILMOGRAFIA POP/ROCK

Uma filmografia pop-rock é meio difícil de ser estabelecida no Brasil, principalmente por falta de informações atualizadas das produções mais recentes. Alguns desses filmes foram exibidos entre nós (vide «Monterrey Pop», «Woodstock», «Gimme Shelter», etc), sempre com excelentes bilheteiras. Outros poucos foram proibidos pela nossa diligente censura federal (como «200 Motels» de Frank Zappa ou «Symphony for the Devil» de Godard). A maioria porém não chegou às nossas telas por serem produções independentes e por isso serem desconhecidas e/ou esnobadas pelo nosso arcaico e conservador sistema de distribuição.

Abaixo é estabelecida uma lista parcial de filmes, segundo o nome do artista em questão. Mesmo sem ser completa, esta filmografia é provavelmente a maior publicada no Brasil a respeito do assunto. Ela incluiu não apenas astros do rock-and-roll tradicional (como Little Richard ou Chuck Berry), mas ainda do twist (Chubby Checker), e da música pós-Beatles (pop) assim como Bob Dylan (um meio termo entre o rock e a country-music). Excluiu os filmes de ficção estrelados por cantores mesmo que contenham números musicais (todos os de Elvis Presley, «Performance» e «Ned Kelly» com Mick Jagger, etc), incluindo apenas os compostos de exibições musicais.

• Musicais do período pré-Beatles

Bill Haley e seus cometas: «Don't Knock the Rock» e «Rock Around the Clock», os primeiros a exibir rock-and-roll ao vivo, ambos de 1956 e ambos dirigidos por Fred F. Sears.

Little Richard: «Mister Rock and Roll» de Charles Dubin em 1957, «Keep on Rocking» - 72 de Donn

Pannebaker; «Let the Good Times Roll» Voltando aos bons tempos do rock» - 73 de Sid Levin e Robert Abel.

Jerry Lee Lewis: «Jamboree» - 57 de Roy Lockwood; «Be My Guest» - 65 de Lance Comfort; «Beach Ball» - 65; «Let the Good Times Roll» e «Keep on Rocking».

Chuck Berry: «Rock Rock Rock» - 57 de Will Price; «Go Johnny Go» - 59 de Alan Freed; «Jazz on a Summer Day» - 60 de Bert Stern; «The T.A.M.I. Show» - 64 de Steve Binder; «Let the Good Times Roll» e «Keep on Rocking».

Chubby Checker: «Twist Around the Clock» - 61 de Oscar Rudolph; «Teenage Millionaire» - 61 de Lawrence Downey; «It's a Trad, Dad» - 62 de Richard Lester; «Don't Knock the Twist» - 62 de Oscar Rudolph; «Let the Good Times Roll».

Bo Diddley: «Keep on Rocking» e «Let the Good Times Roll».

• Período pós-Beatles

The Beatles: «A Hard Day's Night Os Reis do Ye-Ye-Ye» e «Help!» - 65 ambos de Richard Lester; «Magical Mystery Tour» - 66.

The Rolling Stones: «The T.A.M.I. Show» - 64 de Steve Binder; «Symphony for the Devil» «One Plus One» - 68 de Jean-Luc Godard (proibido no Brasil); «Gimme Shelter» - 70 de Albert e David Maysles; «Ladies and Gentleman: The Rolling Stones» - 74 de Robert Frank.

Jimi Hendrix: «Monterrey Pop» - 67 de Donn Pannebaker; «Woodstock» - 70 de Michael Wadleigh; «Jimi Plays at Berkeley»; «About Hendrix» - 73 (póstumo).

Janis Joplin: «Monterrey Pop»; «Janis Assim Como Era Janis» - 74 de Howard Alk e Seaton Findlay.

Joe Cocker: «Mad Dogs and Englishmen» - 70 de Pierre Adidge.

The Animals: «Go Go Mania» - 65.

Pink Floyd: «Music Power» - 69 de Jean-Noel Roy; «Pink Floyd in Pompeii» - 71 e «Pink Floyd at Stonehenge» - 73 de Adrian Maben.

The Who: «Monterrey Pop» - 67; «Woodstock» - 70; «Tommy» - 75 de Ken Russel.

Led Zeppelin: «Supershow» - 70 de John Crome.

Santana: «Woodstock»; «Sounds of the Seventies» - 71; «Soul to

Soul» - 71 de Dennis Sanders; «Love and Music» - 71 de Jason Pohland; «Filmore» - 73.

Jefferson Airplane: «Monterrey Pop»; «One P.M.» - 69 filme inacabado de Jean-Luc Godard terminado por Donn Pannebaker; «Gimme Shelter»; «Love and Music».

Bob Dylan: «Don't Look Back» - 65 de Donn Pannebaker; «Festival» - 67 de Murray Lerner; «Concert for Bangladesh» - 70.

George Harrison (sem Beatles): «Concert for Bangladesh» - 70 e «Raga» - 71.

• Filmes dirigidos por músicos pop-rock

«Rainbow Bridge» - 69 (co-dirigido por Jimi Hendrix); «Feast of Friends» - 69 (dirigido por Jim Morrison, líder do The Doors); «200 Motels» - 71 (dirigido por Frank Zappa, líder do Mothers of Invention); e «Imagine» - 73 (co-dirigido por John Lennon e Yoko Ono).

Filmes em cartaz

a) «Assim Como Era Janis»

Documentário póstumo sobre a cantora pop Janis Joplin, editado por Howard Alk e Seaton Findlay, contendo suas participações nos festivais de Monterrey (incluída no filme do mesmo nome) e Woodstock (cortada na montagem-final do filme do mesmo nome) e raras exibições na Inglaterra, Alemanha e Suécia, além de uma entrevista para TV americana e outras coisas mais. É quase impossível comentar este filme, montagem de material filmado em diversos locais por diversos cinegrafistas. Para quem gosta de rock ou de Janis Joplin (a única mulher vocalista que destacou-se neste ritmo selvagem e estimulante) é uma grande perda. A única do ano até agora, aliás.

b) «Lepke», de Menahem Golan

Filme americano, de gangsters dirigido pelo diretor israelense Menahem Golan sobre Lepke, o único contraventor judeu a destacar-se durante a Depressão e a Lei Seca. «Lepke» é repleto de clichês do primeiro ao último fotograma, algo assim como alguma coisa que todos nós já vimos diversas vezes. Não é um filme especialmente ruim ou mal dirigido, os fanáticos do gênero poderão até achá-lo eficiente enquanto diversão acadêmica. Nada além disso, porém.

c) «Traga-me a Cabeça de Alfredo Garcia» de Sam Peckinpah.

Décimo longa-metragem de Peckinpah, violento diretor que já assinou bons filmes («Ride the High Country/Pistoleiros do Entardecer»-61, «Wild Bunch/Meu Ódio Será a Tua Herança»-69, «Junior Bonner»-72) e teve frequentemente atritos com os produtores de Hollywood (que mutilaram tanto «Major Dundee»-65 como o mais recente «Pat Garret e Billy the Kid»-73), hoje radicado no México.

Peckinpah é hoje seguramente um dos melhores diretores americanos em atividade (ao lado de Robert Aldrich e Don Siegel). Quem conhece bem sua filmografia pode notar a evolução e a depuração do seu estilo de cinema, cada vez mais próximo das formas clássicas de ficção (vide tragédia grega, western etc).

«Traga-me a Cabeça de Alfredo Garcia/Bring Me the Head of Alfredo Garcia» é seu melhor filme até o momento. Um aventureiro americano radicado no México parte em busca da cabeça de Alfredo Garcia, posta a prêmio por um caudilho do qual ele seduziu a filha. O prêmio é alto (um milhão de dólares) e por causa dele o personagem chega ao violamento de túmulos (Garcia morreu num desastre automobilístico), enquanto paralelamente diversas pessoas lutam primeiro pela posse da cabeça, depois pela do dinheiro, num rastro de sangue e violência tão típico na obra deste diretor.

«Alfredo Garcia» não é o que possamos chamar de um filme moderno. O decorrer da narrativa é fluente, cronológico e linear como um antigo western de John Ford ou Anthony Mann mesmo que decorra nos dias atuais. O que o diferencia por exemplo de um filme acadêmico (vide «Lepke» de Menahem Golan) é apenas o inventivo uso de arquetipos e não de caducos clichês. Em suma, um bom diretor atrás da câmara. «Alfredo Garcia» é quase um filme clássico.

JOÃO CARLOS RODRIGUES



Tim Morrison: o falecido líder do The Doors dirigiu «Feast of Friends», filme tão elogiado quanto desconhecido

JÁ
NAS BANCAS!



Neste número:
ELVIS: ROCK E NOSTALGIA
No jornal:
CAETANO VELOSO
MILTON NASCIMENTO

COMPLETE A SUA COLEÇÃO!

Já lançadas: 1 - The Rolling Stones, 2 - Paul McCartney, 3 - Pink Floyd, 4 - Bob Dylan, 5 - Yes e Rick Wakeman, 6 - Jimi Hendrix, 7 - Elton John.
De nº 1 ao 3 De nº 4 ao 7 ou 30,00 (4,00 cada) (5,00 cada) pela coleção.
Mande vale postal no valor assinado em nome de ROCK, A HISTÓRIA E A GLÓRIA, Rua do Lapa, 120, gr. 504, ZC 06 - CEP 20.000 - Rio de Janeiro, RJ.

LEIA
ABERTURA
CULTURAL

UM MENSÁRIO DIFERENTE
UMA ATITUDE DIANTE DA VIDA

8 ANOS DE TEATRO DE RUA
UM MOVIMENTO

- Uma Campanha

NAS BANCAS
do Brasil e Portugal
ou contato pela
Caixa Postal 12.193 ZC-07 RIO

ESTA COM PRESSA?
NÃO QUER PERDER O
AVIAO?
QUER PEGAR O
JOGO DO FLAMENGO OO
INÍCIO?
QUER VER O
INÍCIO DO PAREO?



Ligue para
227-0060 ou 227-0062
e procure o
Geraldino motorista
no Sol Ipanema.
Ou então procure o Galá
ou a Eni que eles
lhe informam o paradeiro
do Geraldino. Ele,
Geraldino Luiz
Alves Pereira,
tem um Opala (LB-0282)
e um TL (TA-5752)

CONSTÂNCIA NAS PROBLEMÁTICAS ONTOLÓGICAS DO SER

Livro que leva o leitor a inúmeráveis momentos de bela emoção em cada página, «Contato» apresenta-se como leitura a todos recomendável: seguro, firme, belo. Como é e deve ser a boa poesia. A boa literatura. A literatura verdadeira, da verdade que acrescenta algo ao que já somos.

São várias as ponderações a que chegamos, após a leitura e releitura deste último livro de poesia, de Marly de Oliveira, "Contato" (Imago Editora, Rio de Janeiro, 1975), obra perturbante, onde este poeta admirável se utiliza, ricamente, do verso polimorfo ao decassílabo, dentro da melhor tradição da lírica em língua portuguesa, revalorizando, em sua linguagem poética, o objetivo estético-expressivo, insistindo, outrossim, no que poderíamos apontar como sendo sua mais constante peculiaridade: uma forte tonalidade afetiva, algo que se aproxima da decifração do mistério-todos-os-mistérios, num fluir e refluir das origens e da essência das coisas, saber acumulado que não distingue gêneros, "nem, epistemologicamente, disciplinas, ciências, campos de conhecimento", mas, analogicamente, apóia-se numa tradição válida, que "parece que para poder ser memorizável, se reveste de uma trama de apoios fonéticos" que, sem dúvida, são a fonte de seus versos e lhe dão as suas características formais, ou seja, ritmo (quantitativo ou qualitativo), assonâncias, rimas, cognatismos, aliterações, anáforas, etc.

Essa linguagem, verdadeiro "esforço de orquestração de formas fônicas, valores semânticos ou estruturas sintáticas", criados ou selecionados pela artista, a partir das possibilidades de seu sistema linguístico, leva Marly de Oliveira à elaboração de um material poético que é "relativamente à norma vigente original o bastante para estruturar um objeto singular que é o universo da obra, mas que permanece fiel às relações básicas do sistema" adotado, o que lhe garante a intersubjetividade sobre que assenta esse seu fenômeno linguístico, no plano da imaginação, da criação propriamente dita, dos mais notáveis dentro os criados aqui entre nós, desde o aparecimento de "Invenção de Orfeu", de Jorge de Lima.

Aliás, desde seu livro de estreia, em 1957, "Cercos da Primavera", passando por "Explicação de Narciso" e por "A Suave Pantera", o ofício de Poeta, em Marly de Oliveira, é um intrincado "objeto feito de palavras, com existência assegurada no plano da imaginação", e que, por



Marly de Oliveira:
a busca do sentido das coisas na
mera urgência de não ser

analogia e como epifenômeno, projeta-se sobre o mundo das coisas e dos homens (projeção que se dá, por sua vez, no mundo imaginário), como um cosmos através do qual se exprime o Poeta e comunica uma visão particular da vida, "filtrada por uma atitude poetizante que a linguagem da obra literária fixa tal como é dada no ato da criação".

Em Marly de Oliveira, especialmente neste seu último livro, a linguagem poética é sempre conotativa, isto é, voltada para si mesma, possui o "significado de seu próprio significado e transcende a simples função primeira de comunicação de idéias, própria da atividade linguística usual". Poesia metafísica, com todas as implicações que esse vocabulo acarreta, inclusive seus apoios fonéticos se vêem estribados na grande maneira, no modo de fazer que viria em linha reta da poesia

latina, de Virgílio, passando por Dante, Camões, Garcilaso, até chegar a Fernando Pessoa e Carlos Drummond de Andrade.

Não queremos com isso dizer que Marly de Oliveira sofra influência de todos esses poetas aqui citados. Muito ao contrário. Sua poesia, formalmente e subjetivamente muito pessoal, é decorrente, através da tradição poético-literária, dessa respeitável linhagem, seus significantes aspirando a uma reestruturação de valores, aqui, no caso, a necessidade de prosseguir, de saber "tirar partido do incognoscível, que estimula a mente, e subjugada a têm a tais enigmas, que sequer se propõe (ou bem se estima a) resolvê-los, antes, de forma obscura encontra, enfim, deleite no persistir atento nessa forma de não-entendimento que a torna humilde e chã, se bem que válida, e a faz ao desistir, que se não lhe

alforria o raciocínio, outras formas lhe dá de mor letícia que a tantos comunica".

Logo no início de "Contato" dá Marly de Oliveira as coordenadas de sua poética, ao afirmar a sua busca do sentido das coisas "na mera urgência de não ser", uma espécie de "atualização do amor em ato", já que

"O palpável vazio de tudo é um abstrair-se; o concreto real: símbolo e soma e forma de aludir".

Esse fruir certo do amor a faz exclamar que a surpresa do existir, "se creta alegria", é um "dilatarse amor, que é restituir". Ora, a sua matéria é o inacessível, pois constata ela que não é o novo aquilo que a assombra, sequer o insólito:

"A verificação é o desconcerto de cada inquieto movimento da mente em direção àquele imóvel ponto inicial e indiviso: a não-coisa da coisa, o informe, o núcleo".

Para ela, que não se detém nos números, mas no mistério deles, o problema é "descer fundo no agora, isso é a esperança", um "justo convergir de futuro e passado nesse eterno Presente, inatingível, (que) se procura mais que o mergulho na água". Sua simbologia, pois, como facilmente poderá perceber o leitor menos atento, aspira à desistência, "para chegar à firme realidade do que já é". Essa desistência, entretanto, já que "terrível é o tempo", não é passiva, sequer restritiva, mas "o abranger sucessivo das coisas (...) que impede a minha urgente vontade de entender o que em mim sente". Isso, leva Marly de Oliveira à absoluta problemática da apreensão, apreensão do que

"inexiste e persiste, não obstante, corroendo o presente, corroendo o futuro, que é o presente disfarçado em roupagens de não ser".

Para tanto, há que acreditar "no que se exaspera, na exaltação de um casto lupanar de sonho e fúria e mágica atmosfera". Porque tudo parece resultar, em última instância, numa "viva sucessão de espelhos, que bem pode confundir o apreender e o sentir duplicativos", as formas substantivas que escapam ao seu engano, e que fazem do mundo algo reticente, ainda que as coisas bradem pela vida, como sendo "multiforme e reintegrante", uma espécie de eco sempre repetido, imposto, e que desampara como a solidão e o mito.

Ha, nesta poesia, como consequência dessa filosofia da desistência total, uma espécie de ansia medular, de "vida opressa de perguntas sem forma e sem resposta", que nos fascina a cada instante, pergunta Marly de Oliveira: "De que vale o que aprovo ou desaprovo? O insistir nessa mínima verdade que é ter um corpo, um eu, um certo jeito de ver e perceber a sutil, desconexa realidade que sou e me circunda para além dessa tão restrita área de entendimento?" A resposta, contudo parece ser sempre dúbia, com um

duplo sentido, como deve sempre acontecer no contexto poético. De qualquer indagação. Assim, prossegue ela, afirmando e afirmando-se: "Não me devo, insisto em despojar-me do que herdei, do que vivo, e olhar a tarde."

Porém é o tempo, talvez, o único causador da indagação que se repete sempre em cada página, em cada verso, deste magnífico «Contato». É ainda o poeta quem insiste em questionar a razão da temporalidade das coisas e da situação-limite em que se encontra o ser ontologicamente: "Há-de sempre escapar-me o presente em forma vaga ou perturbar-se em vão, deixando livre campo ao meu assombro?" De onde vem esse assombro, esse espanto ante o primarismo da existência cotidiana? Vem da própria força interior do poeta? Confessa Marly de Oliveira: "...vem talvez a minha força que continuo desistir estranho à ansia original e livre de todo impedimento? Teimo em pensar que o amor sabe o caminho e é ainda imperfeição se me extravio."

Mas, aqui no caso, seria realmente o amor a aspiração suprema do poeta? Diz Marly de Oliveira, com rara felicidade: "...aspiro à desistência do intelecto para chegar àquilo que está perto". É triste, inútil, funesto e empobrecedor qualquer forma de afastamento para o poeta. Ele leva, continuamente, ao tormento, e seu é esse cansado ofício "que não alcança dirimir o mínimo tormento". Tudo aquilo que o poeta vive o ultrapassa, tudo o que ele pensa o excede, "e me destina a inquirir sem sossego e sem cansaço, levada de uma força desabrada: menos que força, um ímpeto, um desejo que reconheço em cada coisa viva de persistir na própria natureza". Vai cair, então, o poeta, a partir daqui, numa pluralidade "que a mente adiafana confunde em solidão e perspicácia". Inicia-se, portanto, a redescoberta da unidade, não do que é dispare, múltiplo, mas do que é encaixável e indivisível, daquilo que apenas obedece, cegamente, a um só destino indissolúvel.

Parte, assim, Marly de Oliveira para a percepção do início ("é preciso retornar ao princípio"), a esse "ponto inicial que é o próprio eu, que é aquilo que está dentro e que me move buscando direção". Toda via, por mais que se acentue essa busca desenfreada mas consciente, pergunta o poeta: "...como estar atento ao presente essencial, se sou no que seréi o que já era?" Sem dúvida, a lição é renovada constantemente e arduamente, o poeta reaprende "que nem tudo passa nessa fuga do tempo desatada". Inclusive a substância que, nela, é divinizável e que escapa "ao limite do nosso entendimento possessivo", tornando a procura do ser, através das sendas tortuosas da poesia, um difícil caminho a ser trilhado inconscientemente.

Realmente o que ganha o poeta sabendo-se e pensando-se? Quase impossível uma resposta lógica a essa pergunta, tão duvidosa, tão duvidosa como a verdade de cada um, essa verdade que faz Marly de Oliveira exclamar atônita: "...a minha verdade é algo que se acrescenta ao que já sou, e algo que se retira, e algo que se transforma" nessa liberdade que ela própria não sabe

ROMANCE

UM SALTO DE FELINO

O aparecimento na França, do estranho livro de Severo Sarduy - «Cobra» - dois anos atrás, teve sucesso sem precedente na literatura de vanguarda. Era o terceiro romance do escritor cubano residente em Paris. Um crítico do L'Express qualificou o livro de "salto de felino". Outro, de Le Monde, apontou o autor como o mais representativo, o mais dotado e também o mais

raro dos novos romancistas. «Cobra» recebeu o prêmio Médicis, como o melhor romance estrangeiro publicado na França em 1972.

Cubano, residente em Paris, Sarduy é poeta, autor de teatro, romancista e ensaísta, e ainda este mês saiu, pela "Seuil", um volume de ensaios que escreveu sobre o barroco. No teatro europeu foram repre-

COBRA
SEVERO SARDUY



sentadas suas peças «La Playa», «Relato» e «La Caida». Pauvert editou seus poemas «Merveille de la Nature» e «Big-gang». «Cobra» é um romance na linha do anti-romance, contando, se conta, a história de um travesti parisiense - Cobra - do cabaré Carroussel.

Dois relatos entrecruzam suas vozes nesta narrativa. O primeiro narra a vida de Cobra, com sua metamorfose compulsiva em termos de paixão do absoluto, de perfeição física, até a figura do modelo ideal. Diz o autor que sua literatura brota do sexo e ascende até a mão, e que, na busca de uma palavra, se entrega à dança e seu corpo fica convertido em linguagem. Daí seu barroquismo na expressão, barroco que significa abstrato no detalhe e objetividade no conjunto. O ser e a morte se identificam numa erótica situada em pleno êxtase. O ritual da transformação de Cobra, como um orgasmo de asceta é semelhante à

representação teatral religiosa do Oriente.

A segunda parte do livro, o «Diário Índio», concluído num roteiro budista do Nepal, é um longo diálogo Oriente-Occidente que pode acontecer no bas-fond de Paris ou Amsterdã, com a explosão funerária, segundo o rito do Livro Tibetano dos Mortos. O itinerário não é fluido e seus elementos significantes se escondem entre arcaísmo, giras argentinas e afro-cubanas, alegorias sinuosas e verdadeiros enigmas. A começar pela palavra Cobra, sigla de Copenhague, Bruxelas e Amsterdã, ou alusão à sacralidade da serpente ou ao barroco, ou a uma seita. O tema não importa. Ele surge da imobilidade formal do autor, onde se mistura um fundo amargo de tragédia, um vento fresco do melhor humor e a apresentação de uma aporia implacável: a de ser excessivamente, deixando de ser.

GERARDO MELLO MOURÃO

até onde poderá chegar. Admite, então o poeta que: "sou aquilo que fui sem o ter sido", pois entra-lhe, agora, pelos olhos, "o que só pelo sonho antes entrava: a impenetrável, viva realidade do silêncio das coisas". Deseja, pois, em prosseguimento a estas constatações, quase que míticas, o poeta voltar "ao que fui sem o ter sido embora, e assim como a manhã se desprende da noite, inexplicada, eu ganho, de repente, um futuro e um passado, um passado que é feito de um presente, de um voltar só com o sonho onde a memória nunca acertaria".

É notável a conscientização que possui o poeta dos fenômenos poéticos que parecem pulular dentro do seu peito. Das indagações do ser passa, conseqüentemente, para as indagações da morte, perguntando-se:

Para que cogitar da natureza
do que às vezes me atirge,
quando penso no dia

em que só for memória o que ora
tenho?

Uma ilusão de infinito insiste em dar tipicidade a estas páginas da segunda parte de "Contato", reforçando o poeta a sua verdade, através de repetidas perguntas, que muito elucidariam as trilhas que ele pretende tomar, quando na decifração de suas próprias parábolas. Escreve, a página 74, Marly de Oliveira: "Eu que sei do que sei? que faço? que ouso? Ousa, talvez, o poeta, destrinchar a memória sempre fiel, que transfigura aquilo que lembra e revive? Ou, antes, acredita ele, que "uma coisa é viver, viver em bruto, o sol dando na pele, o vento levantando cortinas de esperança e esquecimento, outra coisa é criar"?

Essa "ilusão de infinito que há no desdobramento sem esforço do tempo noutros tempos, generoso", essa ilusão de vida e morte na natureza que a exige, eis, por fim, o que pretende atingir em plenitude Marly de Oliveira, um paraíso que "é a minha escolha antiga, mas por estranha via que não exclui do gozo o sofrimento, e as visões deleitosas de outros mundos etéreos não separa das visões suscitadas pelas águas estíguas, e une o frio ao calor, a morte à vida, em tão fino tecido que por mais que se esforce não alcança a mente desfazê-lo, na esperança de recompô-lo um dia, o que arde e o que não arde, o amor e o não-amor estão unidos, e aquilo que me escapa é que é o sentido".

Para finalizarmos, gostaríamos de acentuar vários aspectos desta obra que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, o grande poder, não só de síntese, mas de plasticidade, de sua autora, como no soneto XVII, à página 113, o soneto I, à página 105, o poema XXXI, à página 91, o poema XXI, à página 81, o poema XVI, à página 76, e especialmente o poema XXII, à página 82. Vários são também os sonetos de Marly de Oliveira que deveríamos destacar, como, por exemplo, o dedicado a Mônica, sua filha, o da página 33, o da página 43, e finalmente toda a terceira parte do livro, que leva o título "O Sangue na Veia", onde encontramos decassílabos perfeitos, dentro do maior rigor técnico e da melhor tradição camoniana. Ai, realiza-se plenamente a escritora, conseguindo uma contensão extraordinária, abusando, inclusive, com sabedoria, de uma economia vocabular, digna dos nossos mais calorosos elogios.

Estes sonetos de "O Sangue na Veia" giram todos em torno do amor, um amor que é "um ver maior que a fome, dilatado; um ver maior que a sede, diluído; um ver-amor, não água, como um cacto, mas um cacto não áspero, e sim liso, um cacto que pudera ser domado, e, não sendo água, ser todo bebido".

Aqui, uma espécie de fuga não-fuga, quase uma paz, quase um sono, um abandono, simbolizam a poesia de Marly de Oliveira. Sua linguagem, neste final, torna-se mais simples, mais direta, humanizada pelas metáforas que levam a alegria e à origem mais secreta das coisas. Sabe a escritora que "amor não é acaso, é sucessão". Adivinha, pois, que "só o que é real é que me importa, no fundo, o que é real é que sustenta, e amor não é acaso, é memória". É sucessão da memória, que em absoluto consente na esperança e na contemplação passiva do objeto amado.

Sem favor algum, com "Contato", Marly de Oliveira atingiu um dos pontos mais altos da atual poesia,

REYNALDO BAIÃO



Alceu Valença:
depois do "Abertura",
a verdadeira
abertura sem aspas.

O QUE RESTOU DO ABERTURA

O pernambucano Alceu Valença está no Rio. Um show da maior importância e que deve ser visto por quem tem sensibilidade e não quer ficar numa de horror lamentando os tempos passados que não voltam mais. Olhar para o passado com carinho é uma boa, mas chega de saudade. A música popular brasileira é do tamanho deste país. E assim como ele, não pára nunca. Entre Alceu Valença e Ary Barroso, não há opção: é ficar com os dois.

A velha música dizia que "quem canta comigo, canta o meu refrão". Isto naturalmente quando os refrões eram feitos e ouvidos. Agora, parece que as coisas estão mudando um pouco. Não por falta de quem queira cantar. Ou de quem saiba fazer os refrões cantáveis. E atitude melancolicamente saudosista, ficar batendo na tecla dos "bons tempos". O negócio é começar a sacar as coisas que estão acontecendo. Olho vivo, ouvidos abertos, que muita coisa está pintando por aí na área da mpb. Da gente que está ligada ao esquecimento da chamada "máquina de consumo" até os que estão numa posição semelhante a do excelente jogador Afonsinho, de passe livre. Jô meio livre...

Há quem diga que a melhor desculpa para quem está de rédeas curtas na criação é invocar a "crise". O leitor certamente já ouviu falar nessa senhora de profissão pouco recomendável. Dona crise da silva. É uma espécie de deusa de nossos criadores bissexto. Mas tem gente que nem liga para ela. Milton Nascimento tá pintando com disco novo por aí. Sue Costa acabou de gravar e já está dando rasteira na dona crise. Para não falar de Caeta-

no, Gil, Chico. Verdade que Chico conheceu de perto alguns sérios problemas de sua criação, mas na hora da chuva, corre para a marquise. Assim como a banda, a chuva também passa.

O pior da dona crise é que de tanta propaganda, as pessoas passam a achar que ela não só existe, como está na maior paquera. Pronta pra agarrar e faturar mais um. O remédio é estar atento e forte. Não deixar de curtir o que existe. E quem está atento e forte precisa conhecer o trabalho de Alceu Valença. Urgentemente.

Na música do Milton e do Ronaldo, "nada de novo existe neste planeta que não se conte aqui na mesa do bar" ("Nas asas da panair") e neste imenso bar que é o Rio de Janeiro (reparem como tudo aqui lembra um desses bares da moda: tudo muito agradável, mas o serviço é sempre da pior qualidade), o pernambucano Alceu Valença está fazendo uma mini-temporada no Teatro Tereza Rachel. O nome do "show" é, evidentemente "Vou danado prá Catende", a música que Alceu levou ao "festival" Abertura da rede Globo.

A estrutura do "show" é muito

simples. O "teresão" como é chamado pela garotada que curte o som brabo do rock tupiniquim, não permite maior inventividade. Afinal ele não é exatamente um teatro: é mais uma ampla sauna. Sem massagista, toalhas e outros acessórios indispensáveis a tão salutar hábito europeu. Lá na sauna da dona Teresa, o negócio é fazer como na velha e batida piada: se o esturpo é inevitável, relaxe e aproveite. Porque tem muito o que ser aproveitado nessa rápida temporada carioca de Alceu Valença. Além de sua música, fica também um convite para que o ambiente da mpb seja pensado em termos realistas. Como diria João Gilberto, chega de saudade. Vamos sentir mais a música brasileira de 1975, sem procurar comparações com a chamada "época de ouro". Querer contrapor Lupiscínio Rodrigues a Valter Franco, Dalva de Oliveira a Gal ou Elis, é coisa que não está com nada. Aliás, é qualquer coisa. Com cheiro de santa inquisição e tudo.

O espetáculo de Alceu apresenta ao público carioca um artista da maior garra no palco. Pernambucano de São Bento de Una, não escapou à tradição bacharelística do

Nordeste e fez estudos superiores na Universidade Federal de Pernambuco, graduando-se em Direito, mas nunca exerceu a profissão, começou logo a transar música, pois sempre teve a vocação do cantador, do andarilho que gosta de correr mundo. Gente e bicho, vivido e curtido pelos nordestes da vida, procurou manter sempre uma posição crítica diante das coisas, recusando-se a fazer e faturar qualquer tipo de "folclore".

Sua primeira aparição pública foi no último Festival Internacional da Canção (1972), promoção da rede Globo, quando apresentou-se juntamente com seu parceiro Geraldo Azevedo, um dos mais espetaculares músicos do Brasil, e também um dos maiores injustiçados do "showbiz" nacional. Geraldinho é um desses fenômenos que acontecem muito por aqui: quem conhece enaltece, mas até hoje nenhuma gravadora se dispôs a fazer um trabalho sério com ele. Fica o registro, com vistas principalmente à Continental (que tem investido em valores considerados "malditos" e com ótimos resultados). Tomara que o Geraldinho não caia na Som Livre, que, ao contrário do que muitos pensam, não é uma gravadora, e sim um departamento de "merchandise" da rede Globo, e uma boa (e rentável) maneira de descarregar imposto de renda.

Alceu e a Abertura

Mas voltemos ao Alceu, que o Geraldo Azevedo será objeto de um outro artigo. No FIC de 72, "montado no futuro indicativo do papagaio do futuro - fumando e tossindo fumaça de gasolina", o pernambucano conseguiu fazer vibrar quantos assistiam ao enterro do festival da rede Globo. No mesmo ano em que Valter Franco provocava arrepios indignados na santa inquisição nacional com sua excelente «Cabeça». E não me venham falar em "mera coincidência". Sua apresentação (a do Alceu, que fique bem claro) com o rei do ritmo Jackson do Pandeiro não chegou a merecer a atenção da imprensa. Tremenda bobeira dos coléguias, mas o que se há de fazer?

Depois do FIC, Alceu volta a Recife, onde monta o show «O Ovo e a galinha». Mas não é só na música que ele encontra campo para seu talento. Convidado pelo diretor do filme «A noite do espantinho», interpreta o papel título, sendo considerado o melhor ator entre os que participaram do festival de Toulon (França). Se quisesse fazer carreira como ator, estaria com tudo em cima, pois foi convidado para estrelar o filme «O Profeta», baseado no livro de Gibran, com locações no Líbano. Mas o negócio dele é música mesmo. E música quente. Boa. Nova. Atual.

O trabalho que Alceu Valença apresentou (ou ainda está apresentando - no momento em que escrevo, Benil Santos ainda não decidiu se a temporada, inicialmente prevista para terminar dia 24, será prorrogada ou não) é uma resultante do clima de criatividade que envolve muitos de nossos autores novos. Restrições claro, que há. Menos ao próprio Alceu, que à esrutura do show. No palco, ele comporta-se como um personagem de ficção: cabelos longos, um porte marcial, olhar penetrante, movimentos rápidos (alguns desnecessários). Mas sem "deixar todos quantos o vêem num estado de letargia quase hipnótica" (sic) como pretende a produção.

A primeira parte do espetáculo não chega a causar maiores surpresas. Nesta parte, as maiores restrições se fazem exatamente à "coreografia" (com aspas, mesmo), que chega a prejudicar o entendimento das letras. Problema de dicção que não existe no segundo ato. Que mistério é esse?

Menção toda especial à banda que acompanha Alceu. Músicos que integraram o conjunto "Ave Sangria", os acompanhantes de Alceu mostram que a música do Nordeste está com ótimas promessas. Zé Ramalho da Paraíba, na viola, além de ótimo músico é também um bom cantor, com presença cênica digna de ser admirada. Na guitarra, Paulo Rafael, com bons momentos de registro: o cara sabe como tirar proveito do instrumento sem precisar "cobrir" a voz do cantor ou mesmo

JOVENS DOMINAM A SEMANA

Um professor de arte de Sarajevo (35 anos) e uma aluna do Centro de Pesquisa de Arte (18 anos) são as duas exposições individuais mais importantes da semana, cuja mostra de grandes nomes da pintura brasileira ocorre em Recife.

fazer com que o espectador tenha que ir ao otorrino. Na percussão, o Agrício: o cara é simplesmente sensacional. Inventa sons. Em alguns momentos, chega a lembrar o trabalho de Djalma, no disco da dupla Jorge Ben-Gilberto Gil. O flautista José Vasconcelos está no mesmo nível de seus companheiros. Boa técnica, talvez exagerando um pouco nos ralentandos. E não é culpa dele se em alguns momentos nota-se que o instrumento desafina: quando é que os administradores de teatro no Brasil vão entender que a temperatura influi (sempre negativamente) nos instrumentos? Dos músicos, a única restrição fica com o baixista: Dicinho está muito aquém de seus companheiros, mas não chega a prejudicar.

Em resumo a música de Alceu Valença merece ser conhecida. O cara sabe tirar inspiração na matéria-prima do Nordeste, sem fazer folclore. Mas ou menos como dizia Glauber Rocha: "entre o luar do sertão e uma hidrelétrica, não há o que escolher: é ficar com as duas". Assim, Alceu usa a guitarra num sensacional "Frevo surrealista" com maior liberdade e numa boa. O frevo é quase um símbolo de seu trabalho: o cara está atento para as coisas que estão pintando sem abrir mão do que ficou para trás, em termos temporais. É uma atitude de crítica diante da música e da tentativa de impor uma posição ante a realidade musical que está aí.

O som medieval de Pernambuco

Quando assistia ao show de Alceu, veio à minha cabeça o tal do "Abertura". O espetáculo-festival foi anunciado pela rede "Globo" como uma espécie de "laboratório musical". Bem, o problema é que os gênios da aldeia global não podem provocar revoluções semânticas e "abertura" é abertura mesmo, o que não significa um rompimento com o passado. Quando eu abro uma porta e entro no corredor, significa apenas que eu saí de uma sala ou quarto, não que negue a existência do cômodo. Aí, entusiasmados com a ideia, muitos jovens compositores concorreram ao festival. Se era "Abertura" o que se buscava. Nada mais adequado que Jorge Mautner, Macalé, Luiz Melodia, Alceu, Hermeto Pascoal e tantos outros. Para eles, dirigia-se a mensagem do "Abertura". No fim, o premiado foi Carlinhos Vergueiro. Bom compositor, coerente com a linha a que se propôs, mas que não significa absoluta e rigorosamente nada em termos de "abertura", ou seja de novos caminhos na música. Se o juri pretendia premiar «Como um ladrão», que mudasse a filosofia da promoção. Isto me lembra uma conversa que tive há pouco com uma amiga de São Paulo: ela me cobrava uma posição. Afinal eu era amigo pessoal de dois compositores que concorreram ao festival. Carlos Walker e Piry Reis, autores de «Cidade americana», música selecionada para o festival. A menina me disse mais ou menos o seguinte: "Se você concorda que a música deles é bonita, por que não abriu a boca contra a desclassificação?" Foi difícil fazê-la entender que, primeiramente, não é por ser amigo que sou obrigado a gostar. Isto, *latus sensus*, porque no caso específico gosto muito de «Cidade americana» e considero Piry Reis um dos melhores valores da música brasileira, mas ocorre que Piry não tem uma proposição crítica em relação à mpb. Ele está na dele, e cumprindo com muita coerência sua função de compositor. Só que o «Abertura», nos termos em que foi concebido, não é o lugar para uma música como «Cidade americana». Uma simples questão de respeito semântico, ou de coerência.

O «Abertura» deveria ser o palco para aqueles que acham que é preciso novos rumos na mpb. O palco adequado para um Alceu Valença, como pode ser constatado por quantos conheçam seu trabalho.

Assim o show «Vou danado pra Catende», deve ser visto por todos. Depois do Rio, São Paulo, Vitória, Curitiba e Porto Alegre, receberão a visita de Alceu Valença. É ir ver pra conferir.

Nunca foi tão fácil cantar. Ou tão difícil, mas é preciso dançar para não dansar.

ANTONIO OSÉAS.

A Bienal paulista de 71 já nos tinha proporcionado a ocasião de ver Mersad Berber, o artista iugoslavo que agora a Galeria Vernissage (Maria Quitéria 42) está expondo. Embora tenha então causado uma impressão marcante; Berber, que vem de ganhar o grande prêmio de outra Bienal, a de Florença, somente numa exposição individual exibiria, como agora ocorre, as múltiplas faces de um trabalho riquíssimo. Trata-se, portanto, mais que de uma exposição-rotina no calendário de uma galeria de arte, de um acontecimento cultural.

Berber nasceu na Bósnia e percorrendo o disponível sobre sua trajetória profissional, um dado se impõe inicialmente: grande parte de suas exposições mais importantes teve lugar no Oriente. Assim é que vamos encontrá-lo como Primeiro Prêmio de Gravura na Bienal Mediterrânea de Alexandria, em 68 e na Trienal de Nova Delhi no ano anterior. Com uma qualidade de mais que suficiente para expor nas mais importantes capitais europeias e professor da Academia de Belas Artes de Sarajevo, o que lhe daria status para representar seu país nas promoções internacionais mais importantes do Ocidente, estranhamente seu roteiro profissional se volta para o Oriente. Vendo-se, como agora, um conjunto mais completo de seu trabalho chega-se ao porquê dessa preferência: Berber é um orientalista. E dizer orientalista na Iugoslávia, país partido em vá-

rias dicotomias - políticas, linguísticas, geográficas, históricas - é ir da maneira mais verroumadora ao cerne do trabalho desse artista capaz de sentir e de realizar enquanto arte o drama de seu país, fascinante amálgama de nacionalidades não apenas heterogêneas, mas inarredavelmente arraigadas às suas raízes antropológicas.

O voltar-se para o Oriente e toda sua sugestão de mistério e drama é em Mersad Berber aquela mesma nostalgia que em Fernando Pessoa, por exemplo, era a busca do Portugal imperial: não uma atitude reacionária de imperialismo territorial ou econômico transposta para a criação poética, mas o perdido gosto pela aventura, a infundável dilatação de horizontes ou, como ele mesmo disse: "Eu vou buscar ao ópio que consola um Oriente ao oriente do Oriente." Berber vai buscar o seu numa retomada de figuras míticas, cuja dívida formal para com o bizantino é evidente mas aí não se esgota, enriquecendo de caligramas rúnicos e mandalas das culturas indo-gangéticas.

Além do poderoso efeito dessa escavação simbólica - que bastaria, em si, para constituir uma das mais eruditas escrituras poéticas da pintura europeia contemporânea - o jovem Berber (é uma surpresa sabê-lo nascido em 1940) propõe uma outra leitura de todo esse trabalho: a que consistiria em ver essa escavação não apenas simbólica, mas simbolicamente,

Senão vejamos: a Iugoslávia, territorialmente falando, é um dos corredores da Europa para o mundo oriental; no plano político essa ambigüidade. Este-Oeste se repete, tendo sido o próprio termo terceiro mundo cunhado na Conferência de Belgrado; o Estado professa os dogmas marxistas e o país é associado do Fundo Monetário Internacional; é um conjunto de seis nações, mas sua resistência ao invasor alemão se fez através de um líder comum: o hoje marechal Tito, que é dado pelos estudiosos do assunto como um sofisticado pós-marxista, pioneiro, na prática, das teses de autogestão, sendo, para não fugir à regra dos contrastes, presidente vitalício de seu país, único, creio, no seu campo ideológico, a desfrutar, proclamadamente, essa monárquica prerrogativa.

Estariamos, ante o trabalho de um artista plástico que faz coexistirem modernidade estrutural e carga mitológica, diante de uma arte de síntese em que a alma balcânica se procura pelos textos da memória ancestral e se resolve no próprio ato de assumir suas diversidades, de recolher as mais desencontradas heranças, de transtornar a história com suas surpresas, desde a conquista de Alexandre ao atentado de Sarajevo. Berber nos dá uma arte em que os arquétipos estão nitidamente fixados num clima de legenda e nada do que os cerca é acessório, mas toda a escritura mágica que lhes serve de *background*

desempenha um duplo papel de significante e significado, na estruturação do polivalente signo que é seu trabalho. Signo que é um símbolo da vitalidade da arte de uma região cujos ecos poucas vezes nos chegam e muito raramente com as sonoridades esquisitas e misteriosas que a exposição de Mersad Berber nos canta.

Uma boa estréia

Flory Menezes, com vinte desenhos a bico de pena, estréia esta semana em termos de exposição individual (Centro de Pesquisa de Arte, Rua Paul Redfern, 48). Apresentando-a, Bruno Tausz assinala a extraordinária sensibilidade que preside seu processo criador, voltado, segundo ela própria, "para que as pessoas que, ao menos, apreciem meu trabalho pela técnica, possam parar diante dele e, quem sabe, lê-lo; e lendo-o, quem sabe, compreender-se também." O misticismo religioso que, ainda segundo o apresentador, dominou a formação da estreante, transfigurou-se, aos poucos, em questionamento social.

Além de uma execução formal sutilmente gratificante, os desenhos dessa jovem artista de dezoito anos são complementados por textos e da integração entre ambos nasce sua proposta. Ao equilíbrio de meticulosidade austera e de fantasia contida, resultantes tanto de um aprendizado rigoroso quanto de um temperamento exigente, o trabalho de Flory Menezes junta um terceiro fator: a originalidade que lhe confere essa coisa tão difícil de conseguir e tão pouco encontrada numa nova geração motivada por modismos e vogas - uma fisionomia pessoal, cujos primeiros e promissores traços esta exposição de agora já marca não apenas em termos de tratamento da figura, mas quanto à sua articulação com o mundo conceptual da artista.

A lição pernambucana

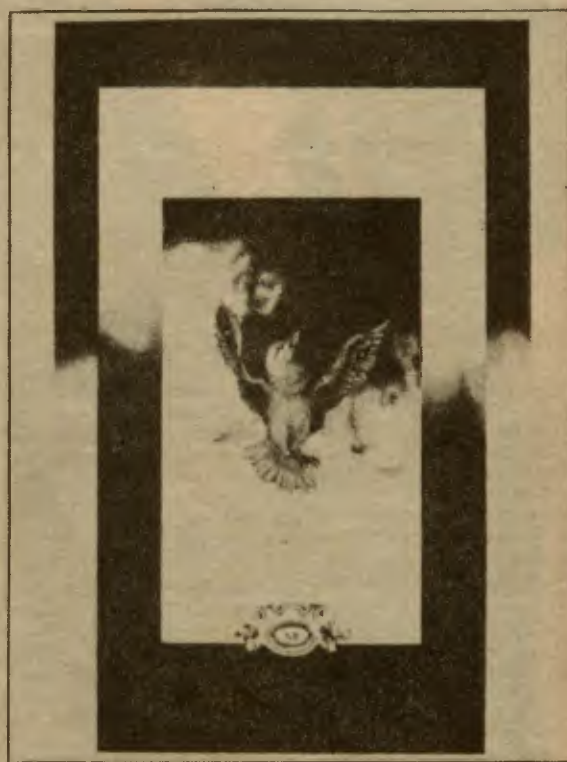
Com mais de oitenta por cento de sua capital atingida pelas enchentes e ainda avaliando o incalculável dos danos que sua economia sofreu ali e nas cidades do interior, Pernambuco dá uma prova de vitalidade cultural indiscutível quando inaugura mostra do porte desta que a Galeria Ranulpho chamou de I Resumo da Arte Brasileira, congregando Amoedo, Batista da Costa, Bonadei, Carybé, Castagneto, Di Cavalcanti, Djanira, Guignard, Ismael Néri, Jenner Augusto, José Paulo Moreira da Fonseca, Lasar Segall, Lula Cardozo Ayres, Ivan Marquetti, Milto Dacosta, Pancetti, Raimundo de Oliveira, Rebolon Gonzalez, Reynaldo Fonseca, Rubem Valentim, Scliar, Vicente do Rego Monteiro, Wellington Virgolino, Visconti e Volpi, entre outros.

Indiscutivelmente o mais importante acontecimento na área das artes visuais do ano no nordeste e um exemplo para alguns outros marchands que, operando em terreno de maior tradição aquisitiva, raramente jogam cartadas altas do nível dessa promoção, cedendo cada vez mais a área aos leilões e equívocos do gênero, por entre cujos atalhos o mercado de arte sofre a ameaça de ver completamente perdida sua seriedade. É o artista, a oportunidade de comercializar seu trabalho em termos de apreciação seletiva e não entre lances competitivos do novorichismo emergente.

RUI SAMPAIO



Mersad Berber:
a síntese
balcânica.



Flory Menezes:
um estilo
nasce feito.

Quando os jornais abordam o caso Olaria e Vasco, em que a Portuguesa acaba de entrar, eu me lembro do Calazans. Não se trata do Calazans, ponta direita, o irmão do Zózimo. Não, O Calazans, que eu falo, é um dos assassinos de meu pai. Para ser mais preciso: o assassino oficial de meu pai. Pois embora a história fale de quatro, a justiça só castigou um.

Lá se vão cinquenta anos e mais um. Foi em Sobral, no Ceará. Meu pai, um jornalista que contava apenas com sua dignidade e pobreza, fez dois inimigos terríveis: a igreja e a justiça. Sabe lá o que é isso: um pobre mortal, sem eira nem beira, sob as miras do bispo e do juiz de direito.

Excomungaram ao velho e a toda sua família. Intimidaram-no até não poder mais. E o velho firme: dizendo "a verdade na terra embora desabassem os céus", "contando o caso como o caso foi - o cão é cão e o boi é boi". Chegou um momento em que seus adversários tiveram que apelar pro jogo violento. No dia 14 de junho de 1924 o estado maior das forças dominantes de Sobral decretou a morte de Deolindo Barreto Lima. E. Foi assim mesmo.

Na tarde de 14 de junho, uma popular apareceu espavorida, na porta de nossa casa. Queria falar com a mulher de "seo" Deolindo. Disse para a mamãe que não deixasse o velho ir à Câmara, no dia seguinte. Que ela trabalhava na casa de Chico Monte. E que escutara ele, e mais dois, combinando pra matar papai, nas eleições que teriam lugar na Câmara Municipal, no dia seguinte. Chico Monte, membro de boa família, saíra dos trilhos e se transformara num pistoleiro vulgar, responsável por vários crimes menores e pela morte de um delegado de polícia: o tenente Castelo Branco, a quem assassinou fria e covardemente, um ano antes.

A velha falou tudo para o meu pai. Implorou para que ele não comparecesse à Câmara.

"Tu é besta, mulher. Não vê o que é que tu tá me pedindo. Não vou fazer isso, não. É o mesmo que eu me esconder debaixo da tua sata. Se eu não for lá amanhã, nunca mais eu vou poder sair de casa."

E foi. Foi às eleições onde tudo se passou como a preta velha falara. Com uma diferença apenas: em vez de três foram quatro os matadores de Deolindo. O velho recebeu 18 tiros em seu corpo e foi morrer na tarde de 18 de junho, 72 horas depois de ter sido abatido.

Os bandidos deram no pé. Tempos depois, veio o processo em cujo bojo aparecia como responsável pelo assassinato de meu pai, um só miserável, o mais insignificante deles, o Calazans.

Chico Monte trepou no cadáver de meu pai, passou o Zésaboa pra trás e acabou mandando na política do Ceará, elegendo-se deputado federal e fazendo ministro nesta infeliz república.

Quem será o Calazans?

Foi o Calazans que me veio à mente quando percebi que estão querendo enrolar a opinião

FUTEBOL

AS MARRETAS DO OTAVIO

Em 1924 mataram meu pai. O crime foi cometido à luz do dia e todo mundo viu quem praticou o assassinato de Deolindo Barreto Lima. Mas a justiça, a soldo de quem perpetrara o crime, custou a achar um responsável. Quando o processo chegou ao fim, foi parar na cadeia um miserável, o mais pé rapado dos pistoleiros que assassinaram meu pai. O que será que estão esperando para punir os responsáveis pelo "arreglo" Olaria-Vasco? Que o tempo passe? Ou estarão à procura de um culpado menos capaz de se defender? Falo disso e das decisivas com que seu Otávio Pinto vem garfando a bolsa da torcida carioca.



Otávio Pinto Guimarães: os males e as desgraças do futebol carioca.

pública com esse caso tão simples do "arreglo" Vasco-Olaria. Que sempre houve mumunha por aí, todos nós sabemos. As coisas acontecem, os botequins comentam e ninguém liga. Deixa pra lá... O diabo é que desta vez descobriram a coisa. Simples. Punição para os culpados. Mas quem são os culpados?

Aqui é que a porca torce o rabo. Ninguém quer encontrar o culpado. Por isso eu aposto no Calazans...

Sim. O caso resume-se numa afirmativa de Adalberto de que tinha havido um "arreglo" entre Vasco e Olaria, para um encontro de pontos nos jogos de amadores e de profissionais. Os garotos do Olaria tinham recebido ordens para amolecer o jogo com o Vasco. Pronto. Isto já está provado. Se o Vasco prometeu uma recompensa, ou seja, entregar o jogo de profissionais, isto ainda tem que ser provado.

A Portuguesa é que não tem nada a ver com o caso. A Portuguesa subornou sim aos jogadores do Vasco. Mas seu suborno é de uma marca já aprovada pela censura. Trata-se do subornar para vencer. Esse suborno moralmente é similar do outro. Mas esportivamente é válido. A gente lê por aí que tal clube irá reforçar o bicho dos jogadores do clube tal no caso dele vencer tal compromisso. Se o Flamengo pode dopar os jogadores do Madureira para tirar o Vasco do páreo (1970), por que é que a humilde Portuguesa não teria o direito de incentivar os jogadores vascaínos a vencer o Olaria, já que disso resultaria sua classificação para o terceiro turno?

O culpado número um - o Olaria - já tem sua pena bem estruturada. Já há nos autos elementos suficientes para punir alguns. Falta provar que o Vasco teria prometido entregar a partida de profissionais ao Olaria. Mas quem será que vai conseguir fazer isto? Acho quase impossível provar uma promessa feita às escondidas. Quem foi que escutou? Onde foi? Quem prometeu? Dolorosas interrogações.

As decisivas do Otávio

Foi no infeliz advento do Otávio que apareceu a chuva de decisivas. O minúsculo presidente querendo passar à posteridade como um grande incentivador do futebol. E apontando para isso o montante de cruzeiros que vem entrando para os cofres da Federação. Quer o sr. Otávio afirmar que em seu advento o futebol cresceu no conceito popular e que a frequência aumentou. Menos verdade. O que aumentou foi a população do Rio. Se levamos em consideração a percentagem de população que ocorreu aos campos da cidade depois que seu Otávio substituiu seu Passos, iremos verificar que houve uma fuga de povo dos estádios. Nunca mais o maior estádio do mundo apanhou uma platéia como aquela do Fla-Flu de 1963 (176.736).

Agora mesmo tivemos platéias acima de 100 mil, mas sem sequer passar por perto daquela cifra. Na realidade, e eu o provarei noutra vez, o público vem escasseando nos campos de futebol. E isso é muito natural. O que tinha para fazer aos domin-

gos, em 1960 um rapazola? Praia, cinema e futebol. Não havia o fusquinha, nem outras alternativas de divertimento que lhe são apresentados, hoje em dia. O garotão pedia: "Pai, me dá dinheiro preu ir ver o James Dean?" e o velho respondia: "Qual James Dean, qual nada; vá se vestir; você vai é pro Maracanã ver o Botafogo jogar". E o rapaz tinha que ir. Hoje a coisa é diferente. A vida é um barato para eles todos. Eles fugiram dos estádios. E não aumentou, absolutamente, a frequência aos campos de futebol.

Como não aumentasse a frequência, havia que ser dado um jeito. Vieram as decisivas. Invenção do Otávio. Para marretar o público. O público é o único elemento do futebol a quem Otávio não corteja. Ele corre com os diretores de clube, com os jornalistas, com os jogadores, com o diabo a quatro. O público que se lasque. As eleições para a presidência da Federação são indiretas. Pra que é que Otávio precisa do público?

Então, decisiva no bolso dele.

Para fingir que se interessa pelo público, ele inventou uma pesquisa. E não fez nada do que o povo pediu. O povo pediu para os jogos, aos sábados, serem realizados de tarde. O Otávio nem deu bola. O que ele fez foi arranjar esse incômodo horário de 5 horas da tarde, para início dos jogos, seja inverno ou verão. Sabem por quê? Porque ele tem que almoçar aos domingos, em Teresópolis. E precisa assistir aos jogos. O público que se dane. As patroas que se roam, porque o marido que chega tarde do futebol não vai querer sair para um cinema, na noite de domingo.

O nosso herói inventou os três turnos e as decisivas. A toda hora a bolsa do povo é assaltada com o aumento dos ingressos para as partidas decisivas. Decisiva do primeiro turno. Do segundo. Do terceiro. Decisiva para ver quem é que vai decidir. Decisiva a qualquer pretexto. Mas decisiva, porque Otávio quer tomar mais dinheiro daqueles que sustentam o futebol.

Assisto a futebol nesta terra, há mais de quarenta anos. Nunca, nunca mesmo, vi um presidente com a eficiência do Vargas Neto, e vou morrer sem ver um tão negativo para o futebol como esse esquelético senhor que substituiu o Passos na infelicitização do futebol carioca. O senhor Otávio fez mais mal ao futebol carioca do que a saúva tem feito ao Brasil. Está nele, e só nele, em sua personalidade confusa, em sua falta de decisão, em seu abandono às reais responsabilidades de seu cargo, a origem dessa balbúrdia que reina nessa Federação desmoralizada, envolta com um bando de casos; nessa federação onde os juizes de futebol estão mergulhando no caos da despersonalização, por falta de quem lhes ampare, de quem lhes dê pulso forte.

Pobre futebol carioca. O que vale é que o homenzinho vai embora. E não há força humana capaz de engendrar algo parecido com ele, que possa vir continuar sua devastação no seio do povo fluminense. Para alguma coisa havia de servir a fusão...

PEDRO ZAMORA